



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



MARIA CLARA HAYWANON SANTOS ARAUJO

FEIRA DE SANTANA E A ANÁLISE ESPACIAL DE SUA EVOLUÇÃO URBANA

**LARANJEIRAS - SE
JULHO DE 2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

FEIRA DE SANTANA E A ANÁLISE ESPACIAL DE SUA EVOLUÇÃO URBANA

Autora: Maria Clara Haywanon Santos Araujo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rozana Rivas de Araújo

Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção do
título de Bacharelado em Arquitetura e
Urbanismo, pela Universidade Federal de
Sergipe

**LARANJEIRAS - SE
JULHO DE 2025**

Para Professora Cynthia Sá (*in memoriam*),
por um dia, em 2016, ter questionado se eu
sabia como surgiam as cidades.

E para Nise Barata (*in memoriam*), por ter
escolhido minha mãe, minha família e a
minha cidade para ser sua casa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pela força, sabedoria e saúde ao longo desta jornada acadêmica. Em cada desafio, encontrei amparo; em cada conquista, senti Sua graça. Que este projeto seja reflexo do aprendizado e do propósito que Ele tem para minha caminhada.

Agradeço a meus pais, Maria de Lourdes e Cícero, por me entregarem todas as ferramentas possíveis para chegar até aqui, por seu amor, por seu cuidado e preocupação, por lutar e batalhar todos os dias pelo meu futuro, e por sempre deixar a luz da varanda ligada quando eu estava voltando para casa. Sem vocês eu não seria nada, e não existem palavras no mundo para explicar o quanto eu amo e sou grata por vocês. Também agradeço o tempo que dedicaram para essa pesquisa junto comigo, estando sempre disponíveis para revisar e corrigir, e mais do que tudo, me assegurar de que estava fazendo um bom trabalho.

Agradeço a meu irmão Pedro, meu bebê, por entender a distância e a falta de contato, por sempre me fazer rir e, do seu jeito, cuidar de mim, por sempre me receber com um abraço apertado e ser aquele que mais me entende no mundo.

Agradeço a tia Lirane e tio Cal, por serem meus segundos pais, por cuidar de mim, se preocupar e sempre fazer questão de vir me ver quando viajam para Aracaju. Agradeço a Taís e Vanine, pelos conselhos, companheirismo e por não me deixar sentir só, constantemente enviando vídeos no Instagram (mesmo quando eu não respondia).

Agradeço a tia Minéia e tio Carlos pelo carinho, cuidado, por sempre me ouvirem e conversarem comigo, pelas perturbações e risadas, e a Arthur e Cecília pelo amor e pelas brincadeiras.

Agradeço a minhas irmãs do coração, Malu, que mesmo longe constantemente se fez presente, me dando conselhos, me fazendo rir e conversando sobre as maiores loucuras fantasiosas, e Giulia, que de perto me deu companhia, puxões de orelha, abraços apertados e risadas de fazer doer a barriga.

Agradeço a Duda, por sempre perguntar como estou, mesmo a um oceano de distância, por compartilhar momentos, histórias e fanfics, por ser uma das melhores parceiras que a vida poderia me dar, e a Giovana, por estar comigo nos momentos difíceis, e não deixar a distância diminuir a nossa parceria e amizade.

Agradeço aos presentes que Sergipe me deu, a minha panelinha da UFS: Leandra, Thamires, Vitória, Mayara, Aline, João, Elber e Dalila. Com vocês essa caminhada se tornou mais fácil, e serei eternamente grata por todo o apoio, broncas, discussões, opiniões, palhaçadas

e por me dar um espaço em que pudesse ser eu mesma, mais do que nunca. Nunca esquecerei o que cada um de vocês fez por mim nesse período. Agradeço especialmente a Thamires, por ser minha parceira de projeto e porto seguro, a Leandra, por ser minha confidente, a Vitoria, por ser a metade da minha laranja, e a Mayara, por não ter ficado chateada comigo quando, **sem querer**, te dei uma queimadura de segundo grau.

Agradeço a tia Janaína, mãe de Leandra, a tia Simone, mãe de Aline, e a tia Rute e tia Conceição, mãe e tia de Vitória, por diversas vezes abrirem as suas casas para mim e me receberem de braços abertos, mesmo de última hora, quando precisava ficar em Aracaju.

Agradeço a minha comunidade laranjeirense, Laura, Tatiane, João e Laís, por me acolherem e serem parceiros, cúmplices e entenderem os momentos que estava distante. Também nunca esquecerei tudo o que fizeram por mim (ou comigo, se contarmos o assalto).

Agradeço a minha orientadora, Rozana Rivas, por entender e colocar em palavras o que eu queria fazer, pelos conselhos e orientações, pelas brincadeiras, por ser a melhor professora de projeto que tive no curso. Agradeço o tempo curto e loucura de entrega de prazos, porque me mostrou que eu sou capaz de muito mais do que achava.

Agradeço aos professores do DAU/UFS, pelos ensinamentos e por sempre disponibilizarem conhecimento, particularmente a professora Sarah França, por me ensinar o que é fazer pesquisa, por me acolher e me presentear com diversas oportunidades, ao professor Pedro Ribeiro, pelos conselhos e conversas sinceras, por topar os pedidos do centro acadêmico, por estar sempre disponível quando precisei de ajuda e por fazer as aulas serem leves, e a professora Raquel Kohler, por confiar em mim, por me permitir participar do PETarq e promover um espaço que eu estudasse outras áreas da arquitetura.

Agradeço a banca, Prof.^a Dr.^a Ana Maria Farias e Prof.^a M.^a Lygia Nunes Carvalho, pela disponibilidade e tempo dedicado a leitura e avaliação do meu trabalho, assim como suas contribuições para a construção dessa pesquisa.

Agradeço a equipe SDR, por ouvir minhas incansáveis reclamações e me fazer rir, em especial a Danilla Andrade, por ter confiado em mim e me dado uma oportunidade, e a Vanessa dos Anjos, por ser a primeira pessoa que verdadeiramente me tratou como uma profissional, por me ensinar tanto, todos os dias, e por sua amizade.

Agradeço a universidade pública, que permitiu o meu acesso a diferentes experiências ao longo de minha graduação: o grupo de pesquisa CEPUR, o centro acadêmico (CRIAR), o grupo PETarq e a bolsa da PROGRAD. Sem essas instituições e investimentos, não seria a

profissional que me tornei hoje. Também agradeço ao Grupo Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, e do Laboratório de Planejamento Territorial (UEFS), e a arquiteta e urbanista Lívia Amasis, que forneceram materiais indispensáveis para a produção dessa pesquisa.

Por fim, agradeço de coração a todos que, de alguma forma, estiveram ao meu lado ao longo desses cinco anos de graduação — seja por meio de orações, pensamentos, conversas ou gestos de apoio. A presença e o cuidado de cada um foram fundamentais para minha formação pessoal e profissional.

“Não deixe de fazer algo de que gosta devido à falta de tempo. Não deixe de ter pessoas ao seu lado por puro medo de ser feliz. A única falta que terá será a desse tempo que, infelizmente, nunca mais voltará”

Mário Quintana

RESUMO

Este trabalho analisa a expansão urbana de Feira de Santana (BA) desde sua origem, no século XVII, até 2025, identificando os principais fatores que impulsionaram seu crescimento e moldaram sua configuração territorial. Inicialmente estruturada em torno da feira de gado e da atividade comercial, a cidade consolidou-se como centro regional a partir de sua localização estratégica e da articulação de redes de transporte. Utilizando abordagem qualitativa e estudo de caso como método, a pesquisa baseia-se na metodologia de análise de funções urbanas proposta por Souza e Müller (1977), correlacionando dados populacionais, econômicos, locais e institucionais, que quando sistematizados, promoveram o mapeamento da evolução urbana do município por meio da delimitação da mancha urbana e da identificação dos vetores de crescimento em diferentes períodos. A pesquisa evidencia que a expansão de Feira de Santana ocorreu de forma descontínua, ora concentrada no centro tradicional, ora direcionada para áreas periféricas, sendo influenciada por agentes urbanos e resultando em processos como conurbação, espraiamento urbano e segregação socioespacial. Também foi possível identificar que o fortalecimento do setor comercial e industrial, aliado à implementação de programas habitacionais, contribuiu para a formação de novos bairros e centralidades e para um adensamento desordenado. A pesquisa destaca a ausência de estudos consolidados sobre a evolução territorial de Feira de Santana, reforçando a relevância deste trabalho para o entendimento de sua configuração atual.

Palavras-chave: Feira de Santana, expansão urbana, morfologia urbana, agentes modeladores, crescimento territorial.

ABSTRACT

This study analyzes the urban expansion of Feira de Santana (BA) from its origins in the 17th century up to 2025, identifying the main factors that have driven its growth and shaped its territorial configuration. Initially structured around the cattle fair and commercial activity, the city established itself as a regional center due to its strategic location and the development of transportation networks. Using a qualitative approach and the case study method, the research is based on the methodology for analyzing urban functions proposed by Souza and Müller (1977), correlating population, economic, locational, and institutional data. When systematized, this data enabled the mapping of the municipality's urban evolution through the delimitation of the urban footprint and the identification of growth vectors in different periods. The research shows that the expansion of Feira de Santana occurred in a discontinuous manner, sometimes concentrated in the traditional center, other times directed toward peripheral areas, being influenced by urban agents and resulting in processes such as conurbation, urban sprawl, and socio-spatial segregation. It was also possible to identify that the strengthening of the commercial and industrial sectors, combined with the implementation of housing programs, contributed to the formation of new neighborhoods and centralities, as well as to unplanned densification. The study highlights the lack of consolidated research on the territorial evolution

of Feira de Santana, reinforcing the relevance of this work for understanding its current configuration.

Keywords: Feira de Santana, urban expansion, urban morphology, urban agents, territorial growth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Metodologia de Análise	17
Figura 2: Organograma de organização e correlação de dados	19
Figura 3: Feira Livre na segunda metade do século XIX - primeira foto de Feira de Santana	39
Figura 4: Estação Ferroviária da Matriz	41
Figura 5: Rua Direita, em 1900	42
Figura 6: Tanque da Nação, com a Igreja Matriz ao fundo	46
Figura 7: Campo do Gado Novo.....	50
Figura 8: Currais Modelo em 1940.....	50
Figura 9: Rua Direita, já pavimentada e com postes de iluminação	49
Figura 10: Avenida Senhor dos Passos em 1926	49
Figura 11: Feira livre na Praça João Pedreira em frente ao Mercado Municipal, atual Mercado de Arte Popular, na Av. Getúlio Vargas, em 1915.....	50
Figura 12: Perímetro comercial de Feira de Santana em 1954.....	55
Figura 13: Desfile da frota de kombis em 1962	56
Figura 14: Zoneamento espontâneo de Feira de Santana em 1968	59
Figura 15: Zoneamento urbano proposto	60
Figura 16: Sistema viário proposto.....	60
Figura 17: Evolução urbana de Feira de Santana até 1968.....	64
Figura 18: Evolução urbana de Feira de Santana até 1968.....	64
Figura 19: Imagem de satélite do Conjunto Feira I e Feira II	72
Figura 20: Última feira livre da cidade, em 10 de janeiro de 1977	76
Figura 21: Imagem de satélite do Conjunto George Américo.....	89
Figura 22: Região de influência de Feira de Santana.....	99
Figura 23: Vista aérea do bairro Santa Mônica em Feira de Santana.....	107
Figura 24: Complexo de condomínios Vila Olímpia.....	121

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Feira de Santana (BA).....	32
Mapa 2: Expansão urbana de Feira de Santana - origens a 1899	43
Mapa 3: Expansão urbana até 1949.....	51
Mapa 4: Evolução urbana até 1969	64

Mapa 5: Programas habitacionais até 1985	74
Mapa 6: Expansão urbana até 1985	78
Mapa 7: Programas habitacionais até 1999	84
Mapa 8: Expansão urbana até 1999	90
Mapa 9: Bairros de Feira de Santana	98
Mapa 10: Programas habitacionais até 2025	104
Mapa 11: Região Metropolitana de Feira de Santana	106
Mapa 12: Expansão urbana até 2025	110
Mapa 13: Feiras livres e espaços de comercialização do gado	114
Mapa 14: Programas habitacionais em Feira de Santana	116
Mapa 15: Síntese da evolução da mancha urbana de Feira de Santana	117
Mapa 16: Tendência da segregação socioespacial de Feira de Santana	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Revisão Sistemática de Literatura	14
Quadro 2: Relação de teóricos utilizados	34
Quadro 3: Conjuntos habitacionais da URBIS e INOCOOP entre 1970 e 1985	70
Quadro 4: Conjuntos habitacionais da URBIS, INOCOOP E CEF entre 1986 a 1999	82
Quadro 5: Lotes distribuídos pelo PLANOLAR entre 1988 e 1992	85
Quadro 6: Empreendimentos habitacionais pela CEF e MCMV, entre 2009 e 2014	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População total, urbana, rural e taxa de urbanização de Feira de Santana entre os anos 1920 a 2022	33
Tabela 2: Taxa de crescimento total e urbano em Feira de Santana, entre 1920 e 2022	108

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. METODOLOGIA.....	16
3. QUADRO TEÓRICO.....	21
3.1. O que é cidade, seus agentes, impactos e repercussões.....	21
3.2. Morfologia urbana e tipologia urbana na escala territorial.....	28
4. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: FEIRA DE SANTANA, BAHIA	32
5. O CRESCIMENTO URBANO DE FEIRA DE SANTANA	35
5.1 Da Origem à 1899: A Cidade da Feira.....	35
5.2. De 1900 a 1949: A Cidade Moderna	45
5.3. De 1950 a 1969: A Cidade Comercial	53
5.4. De 1970 a 1985: A Cidade Industrial	67
5.5. De 1986 a 1999: A Cidade da Periferia Planejada.....	81
5.6. De 2000 a 2025: A MetrÓpole.....	92
6. DO PASSADO AO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE A EXPANSÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

1. INTRODUÇÃO

As cidades se configuram como uma construção em grande escala no espaço, perceptível apenas em longos períodos, espaço este que reproduz as transformações ocorridas na sociedade, influenciando e sendo influenciado por modos de produção, distribuição populacional e demais necessidades sociais. O espaço urbano se apresenta de forma paradoxal, concentrando tanto oportunidades de acesso a moradia, saúde, cultura, educação etc., quanto fenômenos de insegurança urbana e ambiental. Dessa forma, a cidade se configura como um organismo vivo, em constante transformação e essencial para a compreensão da dinâmica social. (Santos, 1979; Lynch, 1960; Souza, 2011)

A cidade é um objeto no qual as transformações econômicas e sociais percebidas pela sociedade se apresentam de maneira física, sendo ela um produto de construtores (agentes) que modificam sua estrutura por diferentes razões. O design de uma cidade, portanto, é uma arte que ocorre ao longo do tempo, mas que raramente é possível sequenciar. Os desenhos das ruas contam a história daquela população e daqueles que a construíram, configurando tipologias e formas que podem ser lidas e decifradas como um texto. (Lynch, 1960; Rolnik, 1995)

Considera-se então que a transformação das cidades é influenciada por diferentes fatores econômicos, políticos, históricos, geográficos, sociais, e outros, que afetam sua expressão físico-territorial, e por sua vez alteram e promovem o surgimento de variadas funções urbanas dentro de um núcleo.

Dentro dessa abordagem, é observada que ao longo de sua formação, a cidade de Feira de Santana (BA) sofreu modificações em seu tecido urbano, fruto da ação de diversos fatores e funções urbanas, até chegar a sua configuração atual. Essas ações resultaram em diferentes processos sociais, como segregação urbana, conurbação e espraiamento, que por sua vez transformaram, de maneira direta ou indireta, a estrutura da cidade.

Esses fenômenos, ao serem analisados ao longo do tempo sob diferentes perspectivas, aprofundam e amplificam as particularidades do tecido urbano da cidade, e tais análises revelam as transformações cumulativas que moldaram a história do município. Dessa maneira, surgem algumas questões: Quais ações foram responsáveis pelas particularidades que surgiram? Quais fatores e agentes influenciaram a formação do espaço urbano atual? E, finalmente, como se deu o processo da expansão urbana de Feira de Santana até os dias de hoje?

É importante considerar que existem poucos trabalhos dedicados à análise da expansão urbana em Feira de Santana sob a perspectiva da morfologia urbana — ou seja, abordando os

padrões de distribuição e disposição dos elementos físicos da cidade, com o objetivo de compreender como esses elementos se inter-relacionam e de que maneira a configuração do espaço urbano influencia a vida social, econômica e cultural da população. A ausência de estudos que investiguem esse “passo a passo” — de como determinadas ações e fatores atuaram e ainda atuam sobre a expansão urbana feirense — dificulta a realização de um planejamento territorial efetivo.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica por buscar, a partir da análise do passado, fornecer subsídios essenciais para ações futuras, permitindo não apenas que a população se aproprie da história e da cultura de sua cidade e a defenda, mas também que os agentes com capacidade de intervir no processo de planejamento urbano — como os arquitetos — possam utilizar os resultados deste trabalho como base técnica para decisões políticas, econômicas e institucionais, bem como para a criação de políticas públicas voltadas a habitação e ao ordenamento territorial.

A partir de uma revisão sistemática da literatura, realizada por meio da plataforma SciELO, de periódicos da CAPES, do banco de teses e dissertações da CAPES e dos repositórios das universidades UEFS, UFBA, UFS e USP, foram utilizados filtros como “Feira de Santana + expansão urbana”, “Feira de Santana + urbanização” e “Feira de Santana + morfologia urbana”, entre outros (Quadro 1). Essa busca evidenciou a ausência de pesquisas e dados que consideram uma gama de fatores acerca das transformações no tecido urbano, e a falta de análises robustas sobre o tema caracterizam uma lacuna significativa na compreensão do contexto urbano de Feira de Santana.

Quadro 1: Revisão Sistemática de Literatura

Revisão Sistemática de Literatura (feita em 15 de janeiro de 2025)								
Publicações em plataformas por categoria								
Plataforma	Categoria							
	Feira de Santana	FSA com filtro de área (humanas, sociais aplicadas e engenharias)	Expansão Urbana	FSA + Expansão Urbana	Urbanização	FSA + Urbanização	Morfologia Urbana**	FSA + Morfologia Urbana**
SciELO	130	16	365	0	1.100	0	53	0
Periódicos CAPES	1.389 (no título)	746	4.137	39	10.238	56	2.031	3
Banco de teses e dissertações da CAPES	4.288	705	2.768	12	8.109	12	1.170	0
Repositório UEFS*	1.725	235	113	16	14	5	131	20
Repositório UFBA*	6.703	481	6.164	46	3.536	44	1.304	0
Repositório UFS*	2.813	487	3.622	10	2.510	7	1.009	5
Repositório USP*	66	-	704	0	2.785	0	211	0

* Alguns arquivos aparecem duplicados nos resultados

** Quando utilizado o termo morfologia urbana, alguns resultados aparecem se referindo a morfologia linguística ou biológica

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Percebe-se então, a necessidade de compreender a evolução urbana de Feira de Santana e os seus fatores transformadores, de modo a contribuir não só para o entendimento de sua configuração atual e adicionar ao conhecimento histórico e de identidade do município. Esse trabalho também possibilita, a partir de dados recolhidos sobre a expansão urbana da cidade, a criação de critérios para o planejamento urbano e para futuras políticas públicas que afetem o crescimento de Feira de Santana.

Considerando essas informações, objetiva-se nesse trabalho analisar o processo de expansão urbana de Feira de Santana desde sua origem (datada em 1650), investigando e justificando as transformações espaciais ocorridas, até o ano de 2025. Dentre os objetivos específicos encontram-se:

- Compreender como os dados históricos, econômicos, políticos, institucionais, locais e demográficos que influenciaram o processo de urbanização de Feira de Santana;
- Avaliar, de forma sucinta, a configuração atual do espaço urbano da cidade com base nas transformações acumuladas ao longo do tempo;
- Identificar as etapas do processo de evolução urbana, destacando as principais alterações verificadas em cada uma das fases delimitadas.

Para alcançar os objetivos propostos, fez-se necessário a utilização de uma metodologia (capítulo 2) que relaciona fatores econômicos, populacionais, políticos socioculturais, locais e institucionais para compreender a expansão urbana do município de Feira de Santana e realizar análises de cunho morfológico sobre a sua estrutura urbana.

Posteriormente, é produzido um quadro teórico (capítulo 3), que aborda conceitos de cidade e suas origens, compreendendo suas transformações e repercussões a partir de agentes sociais, assim como a conceituação de morfologia e tipologias urbanas na escala territorial, além de breve apresentação do estudo de caso (capítulo 4).

Assim, os resultados são expostos através do capítulo 5 que abarca a evolução urbana de Feira de Santana, desde sua origem até o ano de 2025, identificando as diferentes funções que alteraram a configuração física do município e suas diferentes fases de expansão, e são analisados no capítulo 6. Por fim, as considerações finais realizam um apanhado da pesquisa, apontando os principais resultados assim como as principais dificuldades encontradas ao longo do processo, bem como a relevância do trabalho e necessidade de continuá-lo em futuras oportunidades.

2. METODOLOGIA

Para desenvolvimento dessa pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, na qual os dados coletados são predominantemente descritivos e a principal preocupação ao estudar um problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, procedimentos e interações cotidianas (Ludke e André, 2008). Utilizou-se o estudo de caso como estratégia de pesquisa, por entender que esse método responde às questões de “como” e “por que”, focaliza nos acontecimentos contemporâneos e não exige controle sobre os eventos comportamentais (Yin, 2010). O autor Robert Yin afirma que,

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas da vida real - tais como ciclos individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores. (Yin, 2010, p. 21)

Desse modo, essa pesquisa utiliza do estudo de caso como objeto empírico, no qual a partir de observações e fatos, é possível tratar de relações de causa e efeito. Como inspiração para atingir os objetivos determinados para essa pesquisa, a metodologia desta monografia adotou a metodologia de análise utilizada por Célia Ferraz de Souza e Doris Müller (1977) no seu livro “Porto Alegre e sua evolução urbana”. Souza e Müller (1977) baseiam sua abordagem na lei geral do crescimento urbano, que estabelece que,

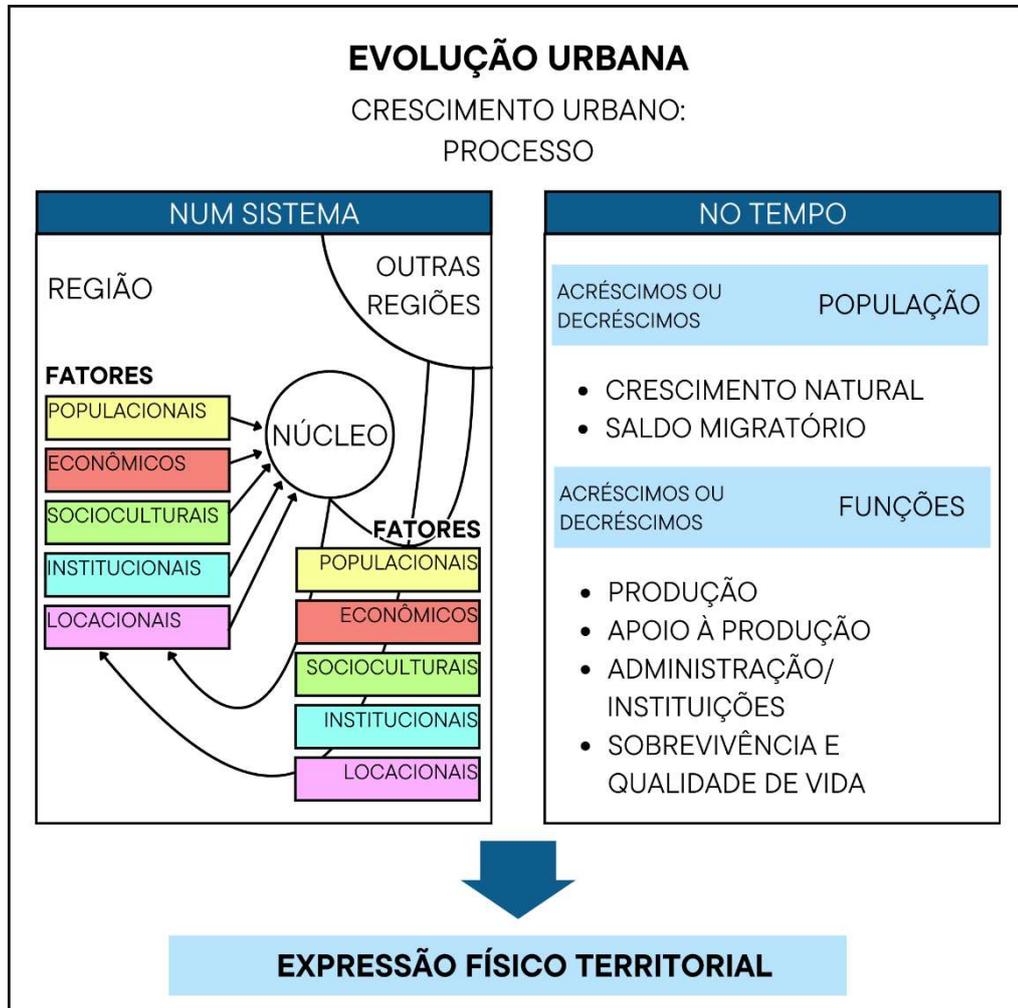
Um núcleo urbano sofre modificações quantitativas e/ou qualitativas em sua população quando ocorrem modificações quantitativas e/ou qualitativas em suas funções. (Müller *apud* Souza, 1977, p.17)

Ou seja, a população e a função de um núcleo tem uma relação de impactos interdependentes. Essa metodologia de análise procura, essencialmente, investigar as funções “que um núcleo acrescente, ganha ou perde”, dado que essas alterações permitem analisar o crescimento urbano de um núcleo e o aumento/decréscimo de sua população (Souza e Müller, 1977, p.17)

Essas funções se referem ao papel desempenhado por uma cidade dentro de uma rede urbana, considerando suas atividades predominantes e sua influência sobre a região ao seu redor. Müller (1976) identifica a função urbana com base em fatores econômicos, sociais (voltados para demandas externas) e administrativos (voltado para demandas internas), ou seja, o que impulsiona a cidade e a diferencia das demais (Müller *apud* Wink, 2000, p.29).

Para ilustrar a sua abordagem de análise, Souza e Müller (1977) apresentam um quadro analítico (Figura 1) que sintetiza o crescimento urbano, destacando suas interconexões e causas, evidenciando como esse processo se reflete na configuração territorial das cidades:

Figura 1: Metodologia de Análise



Fonte: Souza e Müller, 1977. Adaptado pela autora, 2025.

Portanto, para realizar uma análise sobre a expansão urbana de Feira de Santana, fez-se necessária a coleta de dados de diversas fontes bibliográficas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, além de trabalhos acadêmicos que abarcam diferentes fatores que contribuíram para a evolução urbana do município, de autores como: Poppino (1968), Andrade (1990), Cruz (1999), Santo (2012), Freitas (2014), Lima (2012), Silva (2014), Oliveira (2008) e outros.

Agrupar os fatores populacionais, econômicos, socioculturais, institucionais e locacionais permitiu uma análise mais completa da expressão físico territorial de Feira de

Santana, e esclareceu como esses fatores interagem e afetam uns aos outros e ao seu meio local, regional e nacional.

De modo a correlacionar os dados de uma maneira sintetizada, proporcionar maior compreensão sobre a época em que estão inseridos e como isso afetou o crescimento urbano do município, foi necessário levantar os fatores considerados por Souza e Müller (1977) em sua metodologia, apontando quatro diferentes perspectivas de seleção dos dados.

A primeira é a **morfologia**, que abrange dados que demonstram as mudanças no espaço urbano e a forma como o desenho da cidade se transformou ao longo das modificações sociais, políticas e econômicas. Na perspectiva **populacional**, são considerados dados sobre o acréscimo ou decréscimo populacional, o êxodo rural, migrações e outros fatores que impactam a composição demográfica. A abordagem **econômica** foca no desenvolvimento econômico do município, avaliando o aumento ou a diminuição da participação de setores da economia local, considerando os fatores que possibilitaram essas transformações. Por fim, a análise **histórica** examina dados locais, culturais, sociais e históricos em diferentes escalas, que contribuíram para as mudanças vivenciadas no espaço urbano.

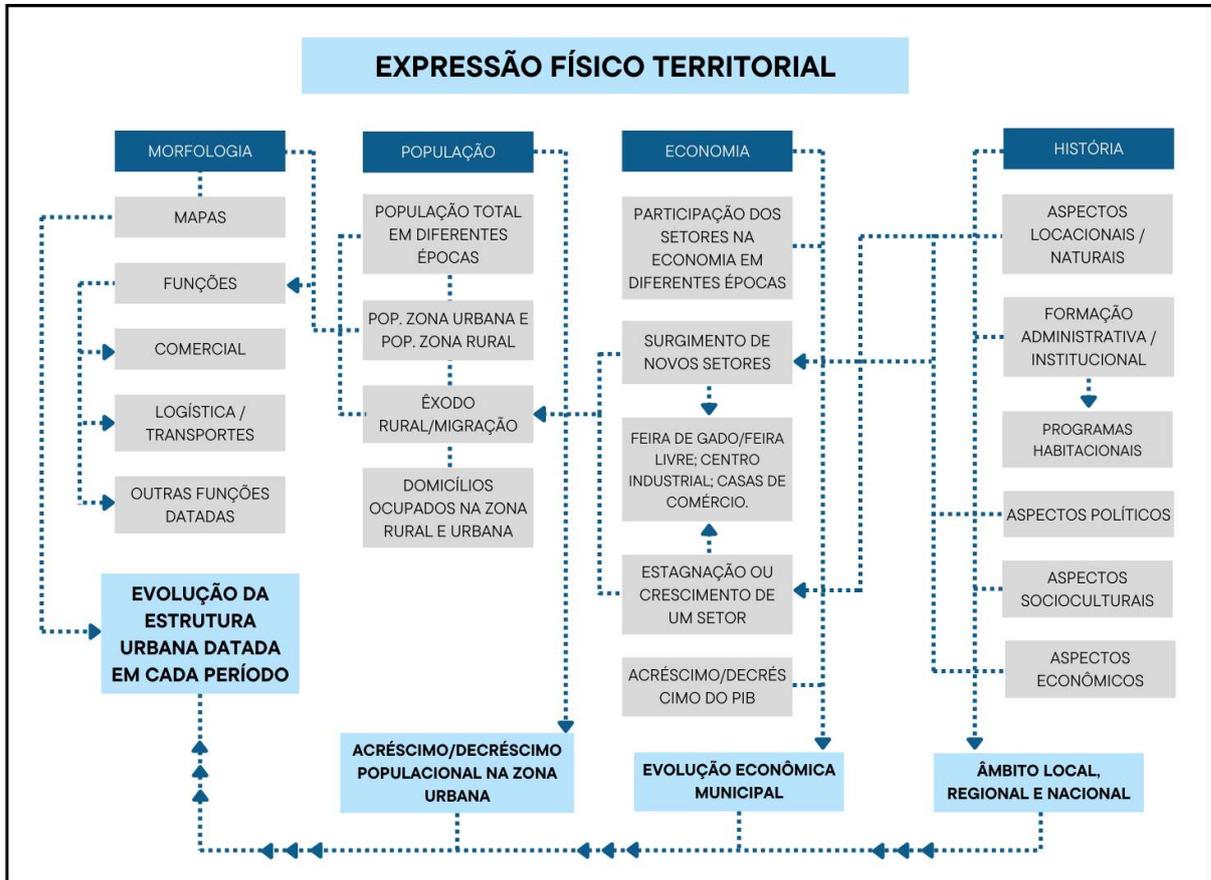
Esses aspectos são fundamentais para o desenvolvimento deste estudo, pois as dimensões morfológicas e populacionais estão intimamente conectadas, conforme argumenta Souza e Müller (1997), e o aspecto econômico está diretamente relacionado ao crescimento urbano da área analisada. Além disso, a dimensão histórica envolve elementos políticos, institucionais e locais, que impactaram a configuração física da cidade ao longo do tempo.

Considera-se que esses fatores não existem de forma independente, mas estão intrinsecamente conectados e que seus comportamentos afetam uns aos outros (Souza e Müller, 1997), a exemplo de como políticas públicas de urbanização ou regulamentações ambientais pode moldar o uso do solo e a expansão urbana, afetando a distribuição da população e, conseqüentemente, o aspecto populacional. A interação entre os fatores políticos, como decisões de governo sobre financiamento de projetos urbanos e iniciativas de habitação, pode tanto acelerar quanto frear o desenvolvimento de áreas específicas.

Desse modo, respaldando-se no trabalho de Carmo (2017), que também utiliza Souza e Müller como sua metodologia de análise, foi elaborado um organograma (Figura 2) para demonstrar a organização e a relação dos dados coletados, considerando as quatro áreas escolhidas. A partir desse organograma foi possível relacionar os dados, preencher lacunas e estabelecer um vínculo entre as esferas nacionais, regionais e local, além de permitir a

determinação e a caracterização de cada fase da evolução urbana de Feira de Santana (Apêndice 1).

Figura 2: Organograma de organização e correlação de dados



Fonte: Carmo, 2017. Adaptado pela autora, 2025.

Ainda, em cada uma das fases procurou-se representar a estrutura física da cidade com as mudanças de uso do solo, aberturas e alargamentos de vias e construção de estruturas fundamentais para a expansão urbana através da produção de mapas (aspecto morfológico), gerados através do software QGis 3.28 e utilizando dados cartográficos e georreferenciados retirados do IBGE, da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, do portal de geoinformação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEIGEO), de informações recolhidas pelo Landsat através da EMBRAPA, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Serviço Geológico do Brasil (SGB).

Cabe então aos próximos capítulos, através do uso dessa metodologia, possibilitar a compreensão aprofundada das dinâmicas territoriais da cidade, identificando as fases de crescimento urbano do município e como os fatores analisados interagem e influenciam a evolução territorial de Feira de Santana ao longo do tempo.

Para alcançar os objetivos propostos, fez-se necessário a utilização de uma metodologia que relaciona fatores econômicos, populacionais, políticos socioculturais, locais e institucionais para compreender a expansão urbana do município de Feira de Santana e realizar análises de cunho morfológico sobre a sua estrutura urbana.

Posteriormente, é produzido um quadro teórico (capítulo 3), que aborda conceitos de cidade e suas origens, compreendendo suas transformações e repercussões a partir de agentes sociais, assim como a conceituação de morfologia e tipologias urbanas na escala territorial, e é introduzido o estudo de caso: Feira de Santana (capítulo 4)

Assim, os resultados são expostos através do capítulo 5 que abarca a evolução urbana do município estudado desde sua origem até o ano de 2025, identificando as diferentes funções que alteraram a configuração física do município e suas diferentes fases de expansão. Em seguida, no capítulo 6, são realizadas reflexões sobre a expansão urbana de Feira de Santana a partir dos dados coletados anteriormente, considerando como os diferentes fatores transformaram o tecido urbano e geram diferentes fenômenos sociais. Por fim, as considerações finais realizam um apanhado da pesquisa, apontando os principais resultados assim como as principais dificuldades encontradas ao longo do processo, bem como a relevância do trabalho e necessidade de continuá-lo em futuras oportunidades.

3. QUADRO TEÓRICO

Esse capítulo aborda teorias e pesquisas relacionadas ao conceito de cidade, evolução urbana e morfologia urbana, registrando os aspectos que auxiliam o entendimento do tema da monografia em questão, mas não tem a intenção de elucidar de maneira aprofundada sobre esses conceitos.

Desse modo, o capítulo se divide em três tópicos, o primeiro discute o conceito de cidade, seus agentes e seus impactos e repercussões, o segundo que trata de morfologia urbana e tipologia urbanas na escala territorial, e o terceiro tópico que apresenta Feira de Santana como estudo de caso.

3.1. O que é cidade, seus agentes, impactos e repercussões

De maneira simplificada, a cidade pode ser definida como a expressão física de um modo de vida sedentário, que se manifestou após a produção agrícola gerar uma quantidade de insumo para além do consumo imediato, permitindo aos trabalhadores desvincularem-se de atividades primárias de subsistência para se dedicar a outras atividades. (Rolnik, 1995)

A evolução urbana da cidade possui diversos estudos com diferentes caracterizações sobre o tema, por autores como Lewis Mumford, Henri Lefebvre, David Harvey, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Flávio Villaça etc. Entre eles, Singer (1977) identifica que a divisão social do trabalho e, conseqüentemente, a sociedade de classes, foram condições imprescindíveis para a formação da cidade.

É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração enfim, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. (Singer, 1977, p.14)

Mumford (1965) aborda que embora muitas cidades tivessem surgido ao redor do mercado, este era apenas o local no qual se localizava a cidade. Ele cita que, em modelos políticos de monarquia, o rei se coloca no centro, é o “ímã polarizador” que aproxima o povo para a cidade e controla as forças de movimentação da civilização, o que significa que a origem da cidade não é apenas determinada pelo fator econômico, mas também pelo fator político e social.

Segundo Sposito (1988), essa estrutura de classes complexa permitiu a centralização e dinamização das cidades, com uma clara distinção entre campo, espaço de produção, e cidade,

espaço de dominação política. A capacidade de aumento da produção e distribuição agrícola permitiu o aumento do tamanho das cidades com o surgimento de capitais e cidades-estados, e o aumento das regiões sob o seu domínio.

O comércio dos produtos (artesanais, agrícolas, de origem animal, vestuários etc.) foi fundamental para estabelecer as cidades da antiguidade, se tornando polos de atração em razão de seu potencial de compra e de venda, e se estabelecem como feiras livres na Idade Média, devido a necessidade de designar um local próprio para que pudesse ocorrer a troca de produtos. (Fonseca, *et al.*, 2009)

Tal centralização econômica e política incentivou o relacionamento entre cidades, criando uma rede integrada e permitindo a divisão do trabalho entre os diferentes núcleos urbanos, aumentando a força produtiva de região e permitindo, de acordo com Singer (1977) o surgimento de atividades especializadas capazes de atender a uma demanda que vai além do mercado local.

O crescimento do comércio nessa rede urbana integrada permitiu o estabelecimento de uma nova classe social, a burguesia, e a estruturação do modo de produção capitalista, no qual a produção não era mais para o suprimento das necessidades básicas, mas obtinha a característica de mercadoria, promovendo o lucro e o seu conseqüente acúmulo. (Sposito, 1988)

A "troca comercial transforma-se em uma função urbana" (Lefebvre, 1999, p.26), e essa função emergente dá origem a uma nova configuração, resultando em uma nova estrutura para o espaço urbano. As cidades começam a se transformar, em compasso com o aumento da produção e acumulação de capital, envolvendo não só os fatores econômicos em suas transformações, mas fatores políticos e socioculturais também. Ademais, a cidade deixa de ser entendida apenas como um espaço físico e passa a ser compreendida como um espaço social produzido, moldado pelas interações humanas e pelo uso cotidiano (Lefebvre, 1999)

Com a expansão do capitalismo, as cidades deixam de ser mercantis ou comerciais e passam a se tornar industriais. A produção na fábrica utilizava máquinas mais rápidas e complexas, gerando uma produção e uma mão de obra mais barata - e assalariada - do que aqueles feitos pelo trabalho artesanal. Sposito (1988, p.47) complementa que,

O reforço deste processo deu-se pelas transformações que ocorriam no campo: fim das terras comuns para pastagens, elevação das taxas de arrendamento em decorrência da transformação definitiva da terra em mercadoria, o que quer dizer, em fonte de renda. O aumento das taxas de crescimento populacional também permitiu a ampliação do contingente de expropriados, que portadores apenas de sua força de trabalho, constituíam-se mão-de-obra abundante para a produção fabril, e reforçavam

a instituição do trabalho assalariado como forma predominante, já a partir do século XVI.

Com o crescimento das indústrias e a sua consequente dominação do espaço físico da cidade, os donos da indústria, ou seja, dos meios de produção, passam a se tornar agentes indispensáveis para a expansão e modificação da cidade. A Revolução Industrial foi a maior responsável pela ampliação da complexidade do espaço urbano, desde o seu início no século XVIII, ao alterar o modo que produziam as cidades para um processo em que se pode obter lucro. Para Harvey (2005) a acumulação e circulação de capital implicam que precisa existir uma estrutura física e material para a produção, circulação, troca e consumo.

A industrialização “reforçou a divisão social do trabalho, que se manifestou a nível espacial - a divisão territorial do trabalho” (Sposito, 1988, p.53) e, ainda, alavancou a urbanização das cidades, impulsionando o movimento migratório campo-cidade, aumentando seu contingente populacional e criando uma infraestrutura urbana capaz (em teoria) de suportar as indústrias e seus trabalhadores.

Ainda na antiguidade percebeu-se a necessidade de ordenar o crescimento urbano através de traçar o desenho da cidade, a exemplo das cidades romanas que eram estruturadas em dois eixos principais: o *decumanus* (nascente-poente) e o *cardus* (norte-sul), o que lhes permitiam uma malha urbana regular (Benévolo, 2015) Ademais, a Revolução Industrial alavancou a criação de planos de urbanização para as grandes cidades, ordenando a malha viária e o uso e ocupação do solo.

Cidades inteiras tiveram sua estrutura urbana alterada, a exemplo de Paris em 1850 e o Plano Haussmann¹, caracterizado por seu caráter estético, técnico e higienista (Gobbo, 2012). O plano foi concebido sobre uma grande área industrial, com um montante populacional maior do que a área poderia suportar, e recebeu intervenções com a criação de grandes bulevares, áreas verdes e largas avenidas, instalação de equipamentos públicos e infraestrutura urbana.

Para Leme (1999), o Plano Haussmann influenciou as propostas urbanísticas para as principais cidades brasileiras, a exemplo de Salvador, que em 1910 teve elaborado o “Plano Geral de Melhoramentos em Parte de Salvador”, por Jeronymo Teixeira de Alencar Lima, engenheiro civil que observava que a maioria das moradias da cidade carecia de higiene,

¹ O Plano Haussmann foi um plano urbanístico criado pelo engenheiro e prefeito da cidade Georges-Eugène Haussmann, para colocar em prática as reformas urbanas desejadas por Napoleão III de uma nova capital francesa (Gobbo, 2012)

estética e conforto. O plano visava abrir, retificar e alargar diversas vias da Cidade Alta, ampliando o tecido urbano já consolidado. Previa também um conjunto de intervenções pontuais e coordenadas tanto na Cidade Baixa quanto na Cidade Alta², incluindo a implantação de mercados, áreas verdes, equipamentos públicos e uma rede de coleta de água destinada a cerca de 250 habitações de baixa renda e novas residências para os operários.

Observa-se que as transformações urbanas não se limitaram ao contexto europeu, mas repercutiram em diversas partes do mundo, influenciando diretamente o desenvolvimento das cidades brasileiras. Inspiradas pelo modelo parisiense, essas intervenções buscaram não apenas melhorar a estética e a funcionalidade urbana, mas também responder a questões de saúde pública e infraestrutura. Esse movimento de alterações urbanas refletiu a necessidade de reorganizar o espaço urbano para atender a uma população em crescimento e adaptar-se às novas demandas sociais e econômicas da época.

Entende-se então que o espaço urbano é uma estrutura que passa por diferentes processos e tem sua forma afetada por diversos fatores, e que necessita de agentes sociais que realizem a organização do espaço. (Santos, 1985; Corrêa, 1989).

Corrêa (1989) identifica cinco **agentes modeladores** que produzem o espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes indústrias; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. De acordo com o autor, o espaço produzido tanto na rede urbana quanto no ambiente intraurbano é resultado das ações desses agentes sociais, inseridos em contextos históricos. Esses agentes possuem interesses próprios, adotam estratégias e práticas espaciais particulares e carregam contradições, o que gera conflitos tanto entre os diferentes elementos envolvidos quanto com outros grupos da sociedade. Nesse sentido, o autor identifica ainda quatro importantes fatores a serem considerados sobre esses agentes:

Em primeiro lugar, a ação desses agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Esse marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes [...].

Em segundo lugar, convém apontar que, ainda que possa haver diferenciação na estratégia dos três primeiros agentes, bem como conflitos entre eles, há, entretanto, dominadores que nos unem: um deles é apropriação da renda da terra. [...]

Em terceiro lugar [...], os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta ou diretamente, neste caso em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem

² O geógrafo Milton Santos (2008) destaca que a separação entre Cidade Alta e Cidade Baixa pode estar relacionada a processos históricos de urbanização, nos quais as classes dominantes ocupavam as áreas mais elevadas e estratégicas, enquanto as áreas baixas eram destinadas a atividades portuárias, comerciais ou habitacionais populares.

espaço urbano. Como consequência dessa integração, muitos dos conflitos entre aqueles agentes supramencionados desaparecem.

Em quarto lugar, é importante notar que as estratégias que esses agentes adotam variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas a contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe (Corrêa, 1989, p. 12 e 13)

Cada um desses agentes opera de modo a produzir a cidade, e podem desenvolver diferentes estratégias e práticas espaciais das que os identificam, mas que são semelhantes entre si. Para os proprietários do meio de produção, donos das grandes indústrias e empresas comerciais, o que importa é a terra urbana na qual vão implantar empreendimentos lucrativos. Terra essa que deve ser ampla e barata, para diminuir os custos de construção e expansão e aumentar o valor dos imóveis da região, gerando especulação fundiária. (Corrêa, 1989)

Para os proprietários fundiários, a posse da terra é lucrativa devido ao seu potencial de conversão, de rural para urbana, estando interessados no seu valor de troca e não em seu valor de uso. Esses agentes comumente atuam junto ao Estado, promovendo alterações na legislação referente a leis de uso do solo e zoneamento urbano. (Corrêa, 1989)

Os promotores imobiliários apropriam-se do processo de transformação da terra urbana, articulando, de acordo com seus interesses, diversas funções entre si, como a compra de terrenos, incorporação (transformação da terra em mercadoria), o financiamento (formação de recursos para o investimento da compra do terreno e do imóvel), a construção (produção do imóvel por empresas especializadas) e a sua venda para obtenção de capital (corretores, agências imobiliárias e de propaganda). (Corrêa, 1989)

O Estado, entretanto, é o único agente que atua como planejador da cidade, fornecendo infraestrutura e serviços, e comportando-se “como consumidor do espaço, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sendo também um agente regulador do uso do solo e alvo dos chamados movimentos sociais urbanos” (Corrêa, 1989, p.24). A produção de cidades, e especificamente da habitação, é mediada pelo Estado através de um jogo de interesses na disputa do espaço pela população mais pobre e pelo mercado, buscando o maior lucro possível.

Carlos (2015, p.17) sintetiza a relação entre esses agentes no espaço, ao considerar que

O setor financeiro apropria-se do espaço como lugar possível de realização do investimento produtivo, ao passo que o setor imobiliário reproduz (aliado à indústria da construção civil), constantemente, o espaço enquanto mercadoria consumível. Em todos esses momentos da reprodução do capital, a interferência do Estado é fundamental e sua ação desencadeia um processo de revalorização/desvalorização dos lugares e, com isso, expulsão/atração de habitantes (em função de sua compatibilização com os movimentos de renovação), produzindo o fenômeno de explosão do centro – movimento de expulsão de habitantes em direção à periferia,

reproduzindo-a. Essas novas estratégias orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço e através dele os interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade que vêm no espaço a condição de realização da reprodução econômica.

Nesse contexto, o Estado age além do seu papel como mediador, se tornando participante do “jogo de interesses” que envolve a comercialização da terra, e se torna responsável por, além de viabilizar infraestrutura e serviços, produzir habitação para uma parcela da população que não pode participar desse processo de mercantilização, mas que ao mesmo tempo impacta diretamente a reprodução do capital na metrópole. Entretanto, essa produção deve ser viabilizada por outros agentes, de modo que ela se torne economicamente lucrativa: a construção de imóveis (em sua ampla maioria realizada através de construtoras) para famílias de baixa renda somente é interessante quando o Estado a torna possível através de políticas habitacionais.

O Estado, como agente regulamentador do espaço, também é responsável pela criação de instrumentos organizadores da cidade, como os planos diretores e, em maior escala, do Estatuto da Cidade. Tais ferramentas, concebidas com a intenção de ordenar as aglomerações urbanas e a produção da cidade, acabam por criar e reproduzir fenômenos urbanos significativos, como segregação socioespacial, espraiamento urbano, gentrificação, surgimento de periferias e favelas, e outros.

Pedro Abramo (2001a, 2001b) analisa essa produção do espaço urbano a partir da dinâmica intraurbana e da mudança das convenções urbanas, enfatizando o papel do mercado imobiliário na definição das lógicas espaciais. No entanto, sua abordagem também reconhece a intervenção do Estado como mediador e regulador do processo de urbanização, especialmente na cidade latino-americana.

No contexto latino-americano, a interação entre mercado, Estado e necessidade conforma uma estrutura urbana particular. A lógica da necessidade se manifesta na ocupação espontânea do solo, seguida pela autoconstrução e posterior auto-urbanização. Historicamente, o Estado teve um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que promoveu habitação social por meio de conjuntos habitacionais e lotes urbanizados, também foi conivente com o crescimento da informalidade, especialmente após a crise do financiamento habitacional nos anos 1980 (Abramo, 2009).

O Estado, portanto, não apenas regula, mas também influencia diretamente a dinâmica urbana ao atuar sobre os mercados formais e informais de solo. A ausência de regulação

adequada e de mecanismos eficazes de redistribuição territorial contribui para a formação de uma cidade "com-fusa", onde coexistem processos de compactação e dispersão, intensificando desigualdades socioespaciais (Abramo, 2009). Dessa forma, a política urbana surge como um instrumento imprescindível para conter os efeitos adversos do mercado e garantir um direito à cidade mais equitativo.

O grupo mais afetado pelas ações do Estado é o quinto agente identificado por Corrêa (1989), os grupos sociais excluídos, que não possuem renda para alugar ou adquirir um imóvel, e por conseguinte produzem moradias informais em terras públicas ou privadas, geralmente distantes do centro urbano. Esses agentes transformam o espaço urbano através da criação de favelas como forma de resistência até a sua eventual progressão para um bairro popular.

Villaça (2001) observa que o grande desnível entre as camadas sociais nas cidades latino-americanas realça a luta de classes que ocorre em torno do “acesso espacial às vantagens ou recursos do espaço urbano”. A fragmentação do espaço central e não-central gerado pela especulação financeira da terra urbana reproduz uma “organização socioterritorial baseada no modelo núcleo-periferia” (Ribeiro, 2018, p.185), acentuado com o crescimento das fronteiras da cidade, e com ele a criação dos assentamentos precários.

Raquel Rolnik (2015) argumenta que a luta de classes pelo acesso ao espaço urbano se expressa em conflitos entre a apropriação capitalista e as resistências sociais que reivindicam o direito à cidade. A mercantilização da moradia e sua transformação em ativo financeiro submetem o espaço urbano à lógica de valorização do capital, afastando a habitação de seu papel social. Esse processo é fortalecido por políticas públicas que abandonam a ideia de moradia como um bem comum, favorecendo a acumulação de riqueza por meio da exploração do território (Rolnik, 2015).

Esse avanço do mercado se materializa na privatização de áreas públicas, na mercantilização do solo e nas expulsões forçadas. No entanto, essas práticas enfrentam resistências em diversos contextos. Movimentos sociais, culturais e autonomistas questionam as formas tradicionais de representação política e realizam ocupações que, além de denunciar as desigualdades, propõem experiências alternativas de autogestão e organização coletiva (Rolnik, 2015).

Essas ocupações, argumenta a autora, sejam temporárias ou prolongadas, evidenciam as tensões sociais e oferecem oportunidades para experimentar novas formas de convivência e gestão coletiva. Contudo, enfrentam repressão crescente e uma militarização do controle

urbano, o que demonstra que a disputa pelo espaço vai além da dimensão econômica, alcançando também os campos político e simbólico.

A "guerra dos lugares" não se limita aos grandes protestos ou ocupações visíveis, mas está presente no cotidiano de cada resistência a despejos, remoções, lutas contra a privatização e na defesa do espaço coletivo como lugar de diversidade e liberdade. “É, em essência, o exercício contínuo de formular e lutar pelo direito à cidade” (Rolnik, 2015, p.305).

Ao dividir os espaços urbanos de acordo com o poder aquisitivo, cria-se uma segregação que separa classes sociais e define as funções do espaço. Nesse sentido, Rolnik (1995) observa que essa segregação é marcada por fronteiras imaginárias que determinam o lugar de cada grupo dentro da cidade. Exemplos claros desse fenômeno são os condomínios fechados, onde muros físicos e sistemas de segurança controlam rigidamente as interações com o ambiente externo. Além das divisões por raça, classe ou idade, a segregação se manifesta na distância entre locais de trabalho e áreas residenciais e na desigualdade de serviços públicos, como a coleta de lixo, que varia em frequência conforme a região.

Milton Santos (1978) complementa essa análise ao considerar que fenômenos urbanos, como a segregação social, resultam de um espaço que é simultaneamente um fator social e uma expressão da sociedade. Para ele, "o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares" (Santos, 1978, p.122).

Por sua vez, Rolnik (1995) reforça a ideia de que a cidade é complexa e multifacetada, com diferentes espaços e relações sociais. Ela a define como um ímã, um campo magnético que atrai e concentra pessoas, mesmo antes de se tornar um local fixo de trabalho e moradia. O termo cidade ímã será amplamente utilizado neste trabalho, por compreender que representa, mais do que qualquer outro conceito citado, a realidade da cidade de Feira de Santana e a sua evolução urbana.

3.2. Morfologia urbana e tipologia urbana na escala territorial

Emprega-se o termo morfologia para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto (do grego *morfo* - forma e *logia* - estudo), estudando as formas e conectando-as com os fenômenos que lhes originaram (Lamas, 1993). Inicialmente o termo era empregado nas ciências biológicas, com o estudo da forma e estrutura dos seres vivos, e das ciências linguísticas, analisando a estrutura interna das palavras.

No campo do urbanismo, a morfologia urbana estuda “os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana em sua estrutura” (Lamas, 1993, p.37). A morfologia urbana utiliza dados recolhidos de diferentes áreas do conhecimento, como economia, sociologia, história, geografia, arquitetura, e outros, com o objetivo de entender a cidade como fenômeno físico e construído, compreendendo a forma urbana e seu processo de formação. (Lamas, 1993)

Os pesquisadores Moudon (1997) e Strauss (1955) apontam a morfologia urbana como estudo da cidade como um habitat humano, a mais complexa das invenções humanas na qual encontram-se a natureza e o artefato. Compreende-se que a cidade é resultado da acumulação e interação de ações determinadas por costumes regionais e configuradas por forças sociais e econômicas desenvolvidas ao longo do tempo, praticadas por indivíduos ou diferentes grupos.

A partir dessas definições, Costa e Netto (2015) destacam a relação essencial entre morfologia urbana e ocupação do solo, uma vez que as edificações, os parcelamentos e os espaços livres refletem tanto as intenções humanas quanto as necessidades sociais de cada época. Esses fatores acabam influenciando as transformações no traçado urbano, afetando vias, praças, quadras e suas subdivisões em quarteirões e lotes.

A forma urbana, objeto de estudo da morfologia urbana, pode ser analisada a partir de três princípios, de acordo com Moudon (1997, p.45),

- i. A forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: edifícios e os espaços abertos relacionados com estes, parcelas ou lotes, e ruas.
- ii. A forma urbana pode ser compreendida em diferentes níveis de resolução. Normalmente, reconhecem-se quatro níveis, que correspondem ao edifício/parcela, à rua/quarteirão, à cidade, e à região.
- iii. A forma urbana só pode ser compreendida na sua dimensão histórica uma vez que os elementos que ela compreende sofrem uma contínua transformação e substituição.

Entretanto, apesar do consenso entre pesquisadores do conceito teórico e qual é o seu objeto de estudo, existem três linhas de pensamento sobre o estudo da morfologia urbana: a Escola Inglesa, a Escola Francesa e a Escola Italiana (Costa e Netto, 2015). A Escola Inglesa de Morfologia Urbana, fundada por Michael Robert Gunter Conzen, estuda a forma urbana de maneira **descritiva e explicativa**, com o objetivo de desenvolver uma **teoria de construção da cidade**. Essa linha de pensamento questiona o modo que as cidades foram construídas e o porquê. (Moudon 1997)

Anne Moudon (1997) identifica que a Escola Italiana de Morfologia Urbana, fundada por Saverio Muratori, estuda a forma urbana de maneira **prescritiva**, com o objetivo de

desenvolver uma **teoria de desenho da cidade**, buscando estudar como as cidades deveriam ser construídas e desenvolvendo uma teoria do desenho edificado, baseada nas tradições históricas de construção de uma cidade.

Já a mais nova das escolas, a Escola Francesa de Morfologia Urbana, fundada no final da década de 1960 por arquitetos Philippe Panerai, Jean Castex e sociólogo Jean-Charles Depaule, apresenta uma mistura da linha de pensamento das escolas anteriores, estudando a forma urbana de maneira a **avaliar** o impacto das antigas teorias de desenho na construção da cidade. Essa Escola avalia as diferenças e semelhanças entre o que deve ser construído e o que de fato é construído. (Moudon 1997)

Para cumprimento dos objetivos dessa pesquisa, a análise morfológica adotada será aquela da Escola Inglesa, de modo a compreender o modo e o porquê a cidade de Feira de Santana foi construída, justificando a sua forma urbana.

A análise metodológica utilizada pela Escola Inglesa utiliza do conceito de Tripartite: a subdivisão da forma urbana em três complexos formais: o plano urbano, o tecido urbano e o uso e ocupação do solo. Costa, Netto e Lima (2014, p.31) identificam que é a combinação entre as três categorias que formam a paisagem urbana, na qual “o plano urbano é a estrutura morfológica que contém o tecido urbano e o padrão de uso e ocupação do solo”.

Em um plano urbano, podem existir agrupamentos que formam manchas, configurando os diferentes tecidos urbanos. É dentro do plano urbano que se encontram elementos morfológicos que constituem a paisagem urbana, elencados por Lamas (1993) em dez categorias: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado, a praça, o monumento e por último, à árvore, a vegetação e o mobiliário urbano.

Todos esses elementos morfológicos possuem uma correlação entre si, pois analisam desde as pequenas dimensões dos lotes até os extensos limites da forma urbana, e permitem, através de análises, definir tipologias sobre essa forma.

Lamas (1993) infere que na dimensão territorial da escala da cidade, a forma é estruturada através da conexão de diferentes formas com a dimensão urbana - diferentes bairros conectados entre si. A forma da cidade é definida pela organização de seus elementos estruturantes: o sistema viário que conecta os bairros, as diferentes zonas (habitacionais, centrais, industriais etc.) que se articulam entre si e com o suporte geográfico, e é resultante de fatores socioeconômicos, políticos e culturais.

O autor reconhece que a forma da cidade pode gerar diferentes tipologias, reconhecíveis e possíveis de serem padronizadas, sendo elas as cidades lineares, radioconcêntricas, em malha ortogonal, setorial, radial e outras. Essas tipologias são marcas de assentamentos urbanos que passaram por um planejamento urbanístico, mas também é possível reconhecer tipologias que foram resultado da disseminação da urbanização no território, como as cidades difusas, aglomeradas ou orgânicas, que foram causa e resultado de fenômenos como a conurbação urbana, assentamentos precários e espraiamento.

De maneira similar a Lamas, Rossi (1964) considera que na estrutura espacial, a morfologia deve ser observada sobre a escala da rua, do bairro e da cidade, e considera a edificação um elemento morfológico fundamental para a análise da paisagem urbana. Um bairro pode ser caracterizado por um critério social a partir da divisão de classes e de funções econômicas observadas na tipologia dos edifícios que o constituem.

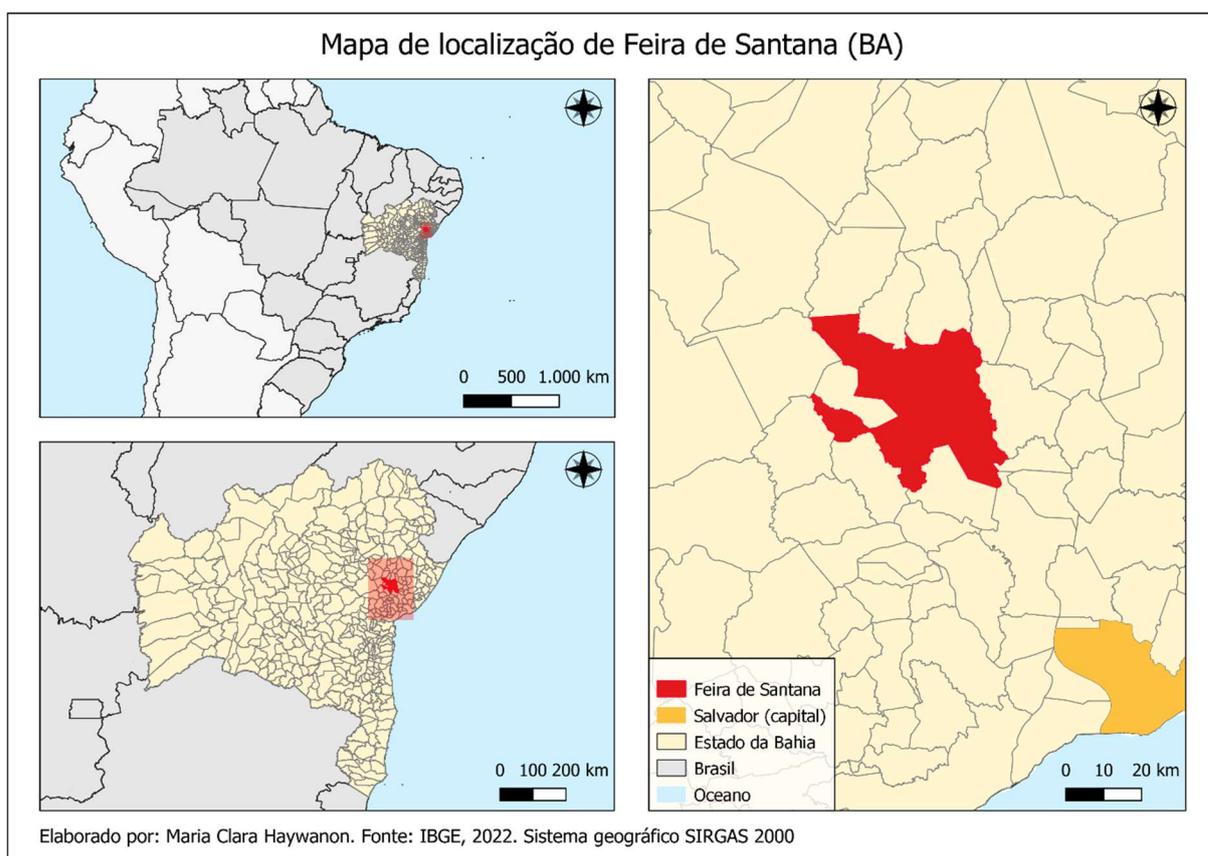
É possível identificar, de acordo com Rossi (1964), que na escala da cidade o fator econômico, através da especulação imobiliária, é o principal agente transformador da cidade e de sua evolução urbana. Para ele, nas cidades capitalistas não se justificam empreendimentos sem lucro, e as intervenções urbanas só ocorrem para incentivar o desenvolvimento urbano na cidade.

Considerando o exposto neste subtópico, é necessário ter uma noção básica de morfologia urbana quando se trata de pesquisar a evolução urbana de uma cidade, por compreender que fatores econômicos, socioculturais e históricos modificam fundamentalmente, ao longo do tempo, a sua forma urbana. Para o estudo de caso dessa pesquisa, Feira de Santana, foram analisadas as modificações que ocorreram em sua dimensão territorial através de estudos do traçado de vias, construção de lotes e áreas verdes e o surgimento de bairros e equipamentos de grande porte, mas não foram analisados elementos morfológicos individuais que compõem a sua paisagem urbana

4. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: FEIRA DE SANTANA, BAHIA

Localizado no Centro Norte Baiano, o município de Feira de Santana (Mapa 1) dispõe de 616.272 (IBGE, 2022) habitantes distribuídos sobre uma área de 1.304,425 km² (IBGE, 2023), e se encontra no nível hierárquico de Capital Regional B, de acordo com informações coletadas pelo IBGE em 2018. O município conta com oito distritos em sua região administrativa, sendo eles Humildes, João Durval Carneiro (Ipuacu), Jaguará, Bonfim de Feira, Jaíba, Tiquarucu, Matinha e Maria Quitéria, e está a 116 km da capital do Estado, Salvador. Dentre a população residente no município, 578.086 (93,8%) moram em sua área urbana e 38.186 (6,2%) em sua área rural, apesar da maior parte de sua extensão territorial não ser edificada.

Mapa 1: Localização de Feira de Santana (BA)



Fonte: IBGE, 2022. Elaborado pela autora, 2025.

O município, localizado no Polígono das Secas e apelidado de “Princesa do Sertão”³, apresenta diversos fatores que contribuíram para a sua expansão urbana, entre eles estão a feira

³ Apelido concedido a cidade pelo poeta e jurista Rui Barbosa em 1919. Fonte: Confederação Nacional de Municípios, 2015. Disponível em < <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/conhecida-como-princesa-do-sertao-feira-de-santana-ba-comemora-182-anos-nesta-sexta-feira> > Acesso em mar 2025.

do gado e a feira livre, o entroncamento rodoviário, o Centro Industrial Subaé, os programas habitacionais e outros. Tais fatores auxiliam a entender como se deram os ciclos econômicos, históricos, políticos e socioculturais que resultaram no processo de produção da cidade, e que permitem entender as diferentes fases de expansão urbana de Feira de Santana.

A análise da crescimento populacional de Feira de Santana (Tabela 1) revela que o município se manteve primariamente agrário até a década de 1950, mas, a partir da década de 1960, os percentuais populacionais urbano e rural passaram a se aproximar. Destaca-se especialmente a década de 1970, quando a população urbana quase dobrou, impulsionada pelo forte movimento migratório causado pela instalação do CIS e pela intensificação da política rodoviarista. Já na década de 2010, observa-se que mais de 90% da população feirense passou a residir em área urbana, consolidando-se a urbanização do território.

Tabela 1: População total, urbana, rural e taxa de urbanização de Feira de Santana entre os anos 1920 a 2022

Anos	População total	População urbana	População rural	Taxa de urbanização (%)
1920	77.873	12.000	65.873	15,41
1940	83.268	19.660	63.608	23,61
1950	107.205	34.277	72.928	31,97
1960	141.757	69.884	71.873	49,30
1970	187.290	131.720	55.570	70,31
1980	291.504	233.905	57.599	80,24
1991	406.447	348.973	56.875	85,86
2000	480.949	431.730	49.219	89,77
2010	556.642	510.637	46.007	91,74
2022	616.272	578.086	31.186	93,80

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960; IBGE. SIDRA. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022

É importante destacar que os principais autores que estudam Feira de Santana utilizados neste trabalho, recorrem aos mesmos teóricos abordados ao longo deste capítulo, como exposto no Quadro 2:

Quadro 2: Relação de teóricos utilizados

Pesquisadores sobre Feira de Santana	Teóricos utilizados em seus trabalhos
Santo (2012)	Corrêa, Harvey, Lamas, Ribeiro, Rolnik, Santos, Sposito e Villaça;
Oliveira (2008)	Lefebvre, Rolnik e Santos;
Freitas (2014)	Carlos, Harvey, Lefebvre, Santos e Sposito;
Lima (2012)	Carlos, Corrêa, Harvey, Lefebvre e Santos;
Silva (2014)	Carlos, Corrêa, Harvey, Lefebvre, Ribeiro, Rolnik e Santos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025

Considerando essas informações introdutórias e na tentativa de explicar a configuração atual de Feira de Santana, faz-se necessário entender os fatores fundamentais para a sua origem, em âmbito regional, estadual e nacional, de modo a reconstruir o seu crescimento e evolução urbana ao longo dos anos e desse modo, documentando a sua história.

5. O CRESCIMENTO URBANO DE FEIRA DE SANTANA

Considerando que o surgimento de formação de uma cidade é uma história única, inicialmente o trabalho foi produzido como um texto corrido, considerando a pesquisa e coleta de dados de diferentes fatores que afetaram o crescimento feirense ao longo dos anos. Feita essa pesquisa, percebeu-se a possibilidade de dividir a expansão urbana do município estudado em múltiplas fases, devido a fatores econômicos, populacionais, institucionais, políticos etc. (exemplificados no texto a seguir) que foram marcantes em distintos períodos, estando cada fase representando diferentes facetas de Feira de Santana.

Dado isso, as fases apresentadas nos subtópicos a seguir estão separadas em: da origem à 1899 – A Cidade da Feira; de 1900 a 1949 – A Cidade Moderna; de 1950 a 1969 – A Cidade Comercial; de 1970 a 1985 – A Cidade Industrial; de 1986 a 1999 – A Cidade da Periferia Planejada; e, por fim, de 2000 a 2025 – A MetrÓpole.

5.1 Da Origem à 1899: A Cidade da Feira

De acordo com Vicente Salvador (1627), em sua obra História do Brasil, os portugueses inicialmente restringiram sua ocupação das terras brasileiras a atividade de exploração da região litorânea. Entretanto, essa situação mudou de forma significativa a partir do século XVI, quando, em razão das ameaças de invasão francesa, inglesa e holandesa, foi criado o sistema de capitâneas hereditárias, com o intuito de promover a colonização e a defesa do território.

Durante esse período, observa Freyre (1976), a colonização portuguesa fortaleceu sua influência ao estabelecer uma economia centrada na produção e no comércio da cana de açúcar, que precisava ser viabilizada através do uso de bois e cavalos para o funcionamento dos engenhos. Apesar da relação de dependência mútua entregue entre a agricultura canavieira e a pecuária, a cultura do açúcar permaneceu próxima ao litoral, enquanto a criação de gado foi deslocada para as regiões do agreste do sertão. Tal situação se torna mais evidente quando em 1701 uma carta Régia que visava priorizar a produção do açúcar para exportação proibiu a criação de gado em um perímetro de 10 léguas a partir do litoral em direção ao sertão. (Barreto, 2009).

A partir disso, a pecuária desempenhou um papel fundamental no desbravamento e na ocupação de várias regiões do Brasil, incluindo o sertão nordestino, onde ocorreram as primeiras concessões de sesmarias destinadas à criação de gado, tornando-se um fator importante na exploração desse território. O sistema de sesmarias resultou em um novo tipo de

domínio territorial: a fazenda, consolidando a pecuária como o segundo principal meio de ocupação durante o Brasil colonial. Os currais tiveram grande relevância, tanto para a expansão territorial quanto para a fixação das populações. No século XVII, a criação de gado se associou ao cultivo do fumo, já que o couro passou a ser utilizado para envolver os rolos de tabaco. (Andrade, 1990).

A maior parte do gado criado nas regiões de Pernambuco e Bahia pertencia a famílias latifundiárias, como os Dias D'Ávila, da Casa da Torre, os Guedes de Brito, da Casa da Ponte, e João Peixoto Viegas (Boxer, 1969, p. 245 *apud* Andrade, 1990). No século XVII, a atividade pecuária expandiu-se pelo sertão de Jacobina – Bahia, região forte de mineração, alcançando o Rio São Francisco. Por meio do sistema de concessão de sesmarias, a criação de gado integrou o sertão à vida colonial e incentivou seu povoamento. Ao longo dos rios e das rotas de passagem do gado, surgiram núcleos populacionais ainda nesse século. Essa atividade foi essencial para conectar as frentes de expansão que partiram da Bahia, São Vicente, Pernambuco e Maranhão, promovendo a integração de diversas regiões do Brasil. (Andrade, 1990)

Especificamente na Bahia, após a conquista de Sergipe em 1590, o gado pode ser direcionado até o rio São Francisco, criando dois vetores de expansão da criação bovina, ambos acompanhando o vale do São Francisco: um na direção sul e o outro na direção norte, para o Piauí. Desse modo, a atividade criatória foi responsável por abastecer o litoral, onde se desenvolviam as atividades de plantação da cana de açúcar e de extração do pau brasil, e de penetrar o sertão nordestino, sendo “o pastor, o primeiro bandeirante baiano”. (Andrade, 1990, p.41)

Nesse contexto, se estruturam as estradas de boiadas, sendo uma delas a “Estrada Real”, que partia de Cachoeira (BA), atravessava Jacobina (BA) e se bifurcava, se estendendo até o Piauí e Goiás. A introdução da pecuária no sertão foi facilitada pelo planalto levemente ondulado e planícies prolongadas as margens do Rio São Francisco, mas teve dificuldade de fixação devido à ausência de plantas rasteiras, principalmente gramíneas, forçando o gado a se alimentar de arbustos e cactos. (Andrade, 1990)

É a partir dessa perspectiva que se inicia a ocupação do território hoje conhecido como Feira de Santana. Em 1650, a sesmaria de Tocos, que fazia parte das terras da Casa da Ponte, tem parte doada a Antônio Guedes Brito, e parte adquirida por João Peixoto Viegas. Essa sesmaria englobava as terras de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria. (Andrade, 1990; Oliveira, 2008)

João Rodrigues de Vasconcellos e Souza Conde de Castelmelhor etc. Faço saber aos que esta Carta de Sesmarias virem, que João Peixoto Viegas me representou em sua petição como houvera de João Lobo de Mesquita, por título de compra as datas de terra e campos das Itapororocas, Jacoípe e Agoa Fria sitas no termo desta cidade que chamou da Cachoeira, das quase ele suplicante estava de posse havia mais de três anos e ia povoando de gado com grande risco e despesa, em razão do gentio bravo, que nela deu muitas vezes. (Rio de Janeiro, 1930, p.348 *apud* Andrade, 1990, p.

O povoado estabelecido na região pela família Peixoto Viegas, São José das Itapororocas, se localizava próximo a Estrada Real, e era ponto de parada no caminho para o Rio São Francisco ou para as minas de ouro de Jacobina, sendo instaladas casas-de-fazenda para comercialização. Também é construído no povoado uma Igreja dedicada a São José, que atraía fiéis em época de festejos religiosos. (Andrade, 1990; Oliveira, 2008)

Em 1693 a região se torna parte da comarca de Cachoeira, e em 1696 é promovida a freguesia, mas deixa de ser um destino valorizado religiosa e economicamente no início do século XVIII, quando após a morte de João Peixoto Viegas no final do século XVII, a propriedade é dividida em fazendas. Dentre as terras divididas, é adquirida pelo casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão a propriedade “Sant’Ana dos Olhos d’Água”, onde é erguida a capela em adoração a São Domingos e Sant’Ana, se localizando a três léguas (aproximadamente 15km) ao sul de São José das Itapororocas, situada na estrada que posteriormente viria a ser a Estrada das Boiadas, que ligava Feira de Santana a Salvador. (Poppino, 1968; Andrade, 1990; Freitas, 2014)

Andrade (1990, p.130) afirma em sua pesquisa que,

A partir do início do século XVIII as pessoas que acompanhavam as tropas, passaram a aglomerar-se em torno da capela, formando uma feira de gado, transformando-se Sant’Ana da Feira na área mais movimentada e em um novo arraial. Dá-se então o deslocamento do eixo econômico e da vida social de São José das Itapororocas para a nova localidade. Apesar disso, São José das Itapororocas, mesmo tendo perdido importância e movimento, do ponto de vista administrativo continuava como centro decisório e sede da freguesia.

Após o falecimento do casal, em 1733, as terras em torno da capela são doadas, e nessas se formou o povoado. Ao longo dos anos, o povoado de Sant’Ana da Feira se estabeleceu como ponto de parada de tropeiros, viajantes e boiadas que se direcionavam aos sertões baianos, Minas Gerais, Goiás e Piauí. A região se destaca na primeira metade do século XIX devido à grande feira de gado realizada semanalmente as terças-feiras, recebendo em torno de 3 a 4 mil frequentadores (Oliveira, 2008).

A feira de gado de Capuame foi a primeira da capitania, localizada próximo a atual cidade de Camaçari (BA) e criada em 1614, permaneceu como a mais importante da região até

suas terras foram incorporadas a atividade canavieira, na década de 1820, o que forçou a reorientação do comércio pecuário para outros locais, entre eles, Feira de Santana. (Andrade, 1990; Oliveira, 2008). Poppino (1968, p.56) explica que a cidade foi escolhida por três motivos:

Primeiro, porque estava situado no caminho mais direto entre o Recôncavo e suas imensas pastagens do Mundo Novo, Jacobina e do médio São Francisco. Em segundo lugar, porque o povoado estava rodeado de excelentes pastagens naturais. A terceira razão, de vital importância para uma zona sujeita a secas periódicas, é que a região era atravessada por dois rios e por numerosos riachos. Salvo nos períodos de seca prolongada, o suprimento de água dessa área bastava para milhares de cabeças de gado.

É nesse contexto que o arraial de Sant'Ana da Feira começa a crescer e, através do Decreto de 13 de setembro de 1832, é desmembrada de Cachoeira e se torna vila, sem antes ter sido freguesia. Dentre o domínio administrativo da vila, estavam as freguesias de São José das Itaporocas, Santana do Camisão e Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão. Também é nesse ano que se estabelece como “o centro da área pastoril da Bahia” (Andrade, 1990, p.131), e rapidamente, em 1833, é elevada à categoria de município autônomo. (Andrade, 1990; Oliveira, 2008).

Essa conformação inicial de Feira de Santana é corroborada por Sposito (1988) e Lefebvre (1999), ao afirmarem que a capacidade de distribuição da produção permitiu o crescimento da cidade, se tornando polo de atração em razão do seu potencial de compra e venda, e resultando em uma nova estrutura do espaço urbano que envolve fatores econômicos, políticos e socioculturais.

O movimento comercial continua a expandir, não apenas a feira de gado, como também a feira livre, a criação de diferentes casas de comércio, e em 1833 é aprovada a regulamentação da venda de animais pela Câmara Municipal, que proibia a sua comercialização dentro do município, sendo designado o Campo do Gado para local de venda. Todavia, apenas cinco anos depois, em 1838, a feira de gado é oficialmente transferida para o Campo do Gado na Gameleira – atual Praça do Nordeste (Oliveira, 2008).

Em 1854 a feira livre (Figura 3) é transferida para ocorrer as segundas-feiras, de modo a otimizar a ida do gado para Salvador, visto que as boiadas chegavam no município aos domingos, passavam a noite nos pastos e, na segunda feira eram conduzidos ao Campo do Gado, vendidos por arroba e direcionados para abatedouros locais, da capital e de outras cidades do Recôncavo. Estima-se que, nessa década, eram vendidos anualmente 50 mil cabeças de gado (Poppino, 1968; Oliveira, 2008).

Figura 3: Feira Livre na segunda metade do século XIX - primeira foto de Feira de Santana⁴



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

Poppino (1928, p.106-107), expande sobre o progresso da vila no século XIX, antes de sua ascensão a categoria de cidade, afirmando que possuía

poucas ruas, tortas e sem pavimentação e algumas praças estendiam-se entre os edifícios. A rua principal não passava de um trecho da estrada mestra que unia Juazeiro à Cidade do Salvador. Viam-se aqui e ali sobrados de dois andares e outras estruturas mais progressistas no distrito comercial, ao Norte da Matriz; duas das artérias principais haviam sido parcialmente pavimentadas e os responsáveis pelo progresso do lugar começaram a dirigir sua atenção para as necessidades mais prementes da vila. Muitos anos se passariam ainda antes que a vila se tornasse conhecida pelas ruas largas e retas, pelas casas bem pintadas e pelas altas árvores, que dão sombra.

De acordo com Freitas (2014), em 1835, Feira de Santana ainda como vila, constava com 634 casas e 2.872 habitantes, na qual 572 eram escravos e 75 libertos. O município continuava a crescer, alimentado pela atividade comercial, e, através da Lei Provincial nº. 1.320, de 16 de junho 1873, é elevado à categoria da cidade, sendo nomeada a “Cidade Comercial de Feira de Sant’Ana” (Andrade, 1900), inclusive, com São José das Itaporococas (atualmente nomeado Maria Quitéria) como seu distrito.

⁴ O Memorial da Feira informa que essa é, provavelmente, a primeira foto de Feira de Santana, encontrada na coleção da imperatriz Thereza Christina Maria, esposa do imperador Dom Pedro II, em uma visita a cidade em 1859. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon852438/icon852438.html.

Freitas (2014) afirma que a implantação da Estrada de Ferro em 1876, chamada Estrada Central da Bahia (Zorzo, 2001), que ligava Feira de Santana ao porto de Cachoeira, intensificou a expansão urbana da cidade, e que até 1878, constava com dois pontos propagadores: a Capela de Santana no centro, e o Campo do Gado, ao norte, e tinha um núcleo estruturado pelas Ruas Direita (hoje Conselheiro Franco), a Senhor dos Passos e a Marechal Deodoro da Fonseca, que se estendiam até a Rua Campo General Câmara, e se conectavam pela Rua Sales Barbosa nas imediações da Praça do Comércio (hoje Praça Padre Ovídio), do Cemitério Piedade e da Santa Casa de Misericórdia (Freitas, 2014).

O núcleo da cidade é formado por três largas ruas, que começam em frente à matriz e se prolongam, paralelas e regularmente alinhadas, até na extensão de mais de um quilometro, e vão terminar no vasto Campo do General Camara, denominado vulgarmente Campo do Gado, onde, nos dias de feira (nas segundas) se reúnem 1000 a 2000 rezes, que acham compradores.

(...) As três ruas principais são realmente esplendidas, pela sua largura, alinhamento, calçamento, e passeio das casas, todos uniformes.

(...) As três mencionadas ruas são cortadas ao meio pela bellissima Praça do Comercio, correctamente arborizada por tres ordens de tamarindeiros, toda calçada, de construções decentes, formando como um grande e poetico boulevard, como não possui a Bahia, que não tem igual tambem um açougue, um matadouro, e uma rua Senhor dos Passos. (Jornal O Município, 03/09/1893, p. 1).

A criação de espaços como a estação de trem em 1876, localizada na Praça Presidente Médici atrás da Igreja de Santana – atual Igreja Matriz (Figura 4), do primeiro matadouro da cidade, em 1890 e o início de uma industrialização de pequeno porte a partir de 1860, que de acordo com Cruz (1999, p.202) era “baseada em trabalhos manuais, com pouca utilização de vapor e de máquinas”, indica fatores que proporcionaram o crescimento da cidade e modelam sua configuração física até os dias atuais.

Figura 4: Estação Ferroviária da Matriz



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

É possível verificar que Feira de Santana surge a partir de importantes transformações econômicas e sociais, e que a sua ocupação territorial se deu de maneira a facilitar o comércio de gado e a feira livre, sendo assim, após se estabelecer como cidade, as vias se tornam largas e praticamente retas, raridade para a época, de modo a permitir a passagem dos animais e as praças criadas eram espaços de comercialização. O seu crescimento urbano se limitou a área central, registrando “construções para habitações e casas comerciais e o estabelecimento da Rua dos “Marchants” – posteriormente denominada Rua Direita (Figura 5) e atualmente Rua Conselheiro Franco (Freitas, 2014). Considera-se então que a sua expansão urbana e independência econômica e política se deu de maneira acentuada, atraindo cada vez mais viajantes e residentes com a promessa de modernidade.

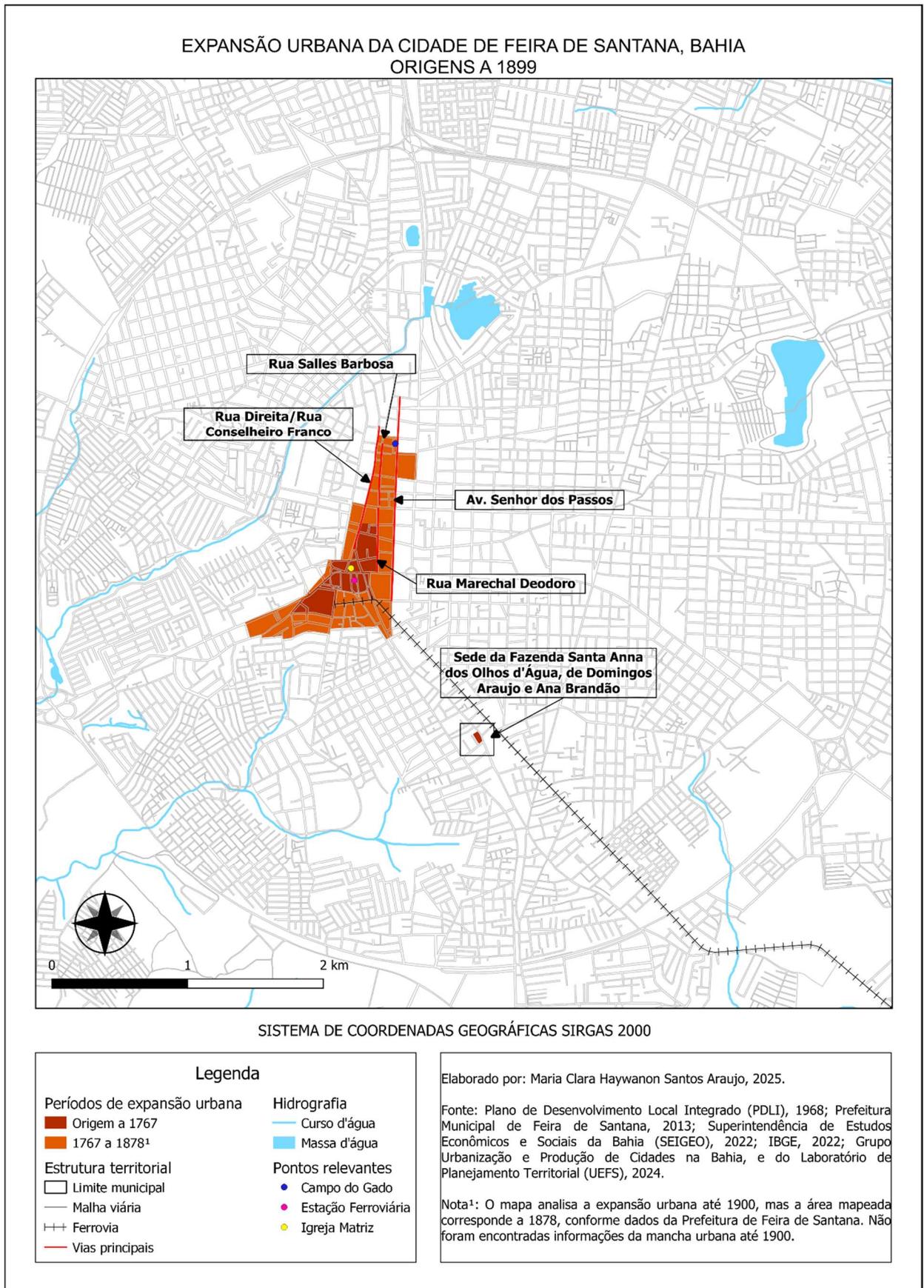
Figura 5: Rua Direita, em 1900



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

A expansão urbana de Feira de Santana reflete um processo histórico marcado pelo crescimento econômico e pela consolidação de sua centralidade regional. O Mapa 2 a seguir ilustra os primeiros momentos desse desenvolvimento, destacando a origem da cidade e sua evolução até o ano de 1900. A partir da antiga Fazenda Santa Anna dos Olhos d'Água, observa-se a formação de um núcleo urbano que se expandiu progressivamente, impulsionado por fatores como a atividade comercial e a logística de transporte do gado. A análise dessa expansão inicial permite compreender os vetores de crescimento da cidade e os elementos que estruturaram sua malha urbana ao longo do tempo.

Mapa 2: Expansão urbana de Feira de Santana - origens a 1899



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A análise da expansão urbana de Feira de Santana até 1900 evidencia um crescimento inicialmente concentrado próximo da sede da Fazenda Santa Anna dos Olhos d'Água, em torno da Igreja Matriz, sendo esse núcleo original um ponto estratégico de comércio e passagem no interior da Bahia. O adensamento do espaço urbano ao longo das décadas seguintes demonstra um processo de consolidação territorial associado ao desenvolvimento econômico da região.

A ocupação identificada entre 1767 e 1878 sugere um crescimento alinhado às dinâmicas de circulação, destacando a relação entre a estrutura viária e a formação urbana. A presença da ferrovia, representada no mapa, reforça essa lógica, funcionando como um eixo de atração para novas ocupações e contribuindo para a integração da cidade a redes comerciais do estado. Esse processo é característico de cidades que se expandem a partir de sua vocação econômica, no caso de Feira de Santana, fortemente ligada ao comércio e ao transporte.

Além disso, a relação entre a malha hidrográfica e a ocupação urbana levanta questões sobre os cursos d'água e a sua influência na conformação dos primeiros assentamentos. Embora os rios e lagoas não estejam diretamente evidenciados como limitadores da expansão, eles desempenharam um papel na escolha dos locais de ocupação e no desenvolvimento das infraestruturas urbanas ao longo do tempo.

Outro ponto relevante é a ausência de dados sobre a expansão após 1878, o que indica uma lacuna documental sobre o processo de crescimento da cidade no final do século XIX. Esse trabalho, assim como outros que estudam a expansão urbana de Feira de Santana, utilizam da única fonte existente sobre essa mancha de crescimento exposta no mapa até a década de 1950: o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de 1967, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

Dessa forma, a formação urbana de Feira de Santana revela-se como resultado de uma complexa articulação entre fatores econômicos, populacionais, históricos e morfológicos, conforme metodologia adotada nesse trabalho. A economia baseada na pecuária e no comércio, somada à posição estratégica entre o litoral e o sertão, favoreceu o surgimento de núcleos habitacionais e estruturas de circulação. A ocupação consolidou-se a partir das sesmarias e da presença de famílias latifundiárias, que influenciaram o povoamento e a organização territorial. A chegada da ferrovia, a feira de gado e as vias largas e retas facilitaram a mobilidade e escoamento da produção, moldando uma morfologia urbana voltada à funcionalidade comercial. Assim, a cidade revela-se como polo regional, tendo um crescimento guiado pelo mercado, elemento que ainda marca sua configuração.

5.2. De 1900 a 1949: A Cidade Moderna

De acordo com Cavalcante (2008), no início do século XX o Brasil se destacava no panorama econômico internacional devido a sua capacidade agroexportadora, e se encontrava nas primeiras décadas como um país republicano. A Bahia, até os anos de 1950, manteve a sua economia primariamente agroexportadora, mas que estava com desempenho abaixo da média nacional, e não avançava industrialmente.

A Cidade Comercial de Feira de Sant'Ana, denominada Feira de Santana pelo Decreto Estadual nº. 11.089/1938, se manteve nesse padrão econômico nacional até a década de 30, com a predominância de atividades agrárias e pecuárias, apesar da instalação de grandes casas comerciais e residenciais, hospedarias e serviços, estruturando a feira livre e o comércio para tentar responder a uma demanda crescente de compra. (Freitas, 2014; Oliveira, 2008)

A indústria, até a década de 40, possuía 29 estabelecimentos, dentre fábricas de pequeno porte e usinas de beneficiamento, mas se encontrava limitada por, segundo Rossine Cruz (1999, p.202), dois aspectos fundamentais:

- a) o pequeno tamanho do mercado local e sub-regional, principalmente no aspecto de baixa renda de sua população; e
- b) a concorrência, ainda que pequena, de produtos mais elaborados ou sofisticados, em parte importados através de Salvador, mas crescentemente oriundos de São Paulo.

O autor informa que a indústria local só sobrevive, a curto prazo, quando produz para o mercado local bens de consumo básico, como fumo, algodão, peles, e para o mercado da capital e de cidades vizinhas produziam artigos de mineração, que recebiam maior investimentos tecnológicos. (Cruz, 1999)

Em busca de facilitar a logística de transporte de mercadorias para Salvador, em 1917 o governo do Estado traça o primeiro Plano Rodoviário da Bahia, dando prioridade ao trecho Salvador-Feira, com a conclusão da estrada de rodagem SSA-FSA em 1929. Nesse período, a cidade estende vetores de expansão principalmente nas direções norte, leste e sudeste, sendo que na parte central em direção a leste eram a Rua Cristóvão Barreto e Avenida Getúlio Vargas, na parte norte seguia em direção ao Minadouro, na estrada para Serrinha (BA), e na parte sudeste acompanhava a linha férrea. (Freitas, 2014; Cruz, 1999; Santo, 2012)

Foi elaborado em 1926 um projeto para desviar a estrada de ferro no que hoje é a Rua Papa João XXIII para a atual Avenida João Durval Carneiro, objetivando o acesso ao município de Irará e a Estação Ferroviária de Água Fria. As obras iniciaram em 1946 e não foram concluídas até a década seguinte, mas ainda assim atraíram a população para o eixo leste da

cidade (Britto, Santos e Freitas, 2021). É também nessa década, em 1941 que se inicia a construção da Rodovia Transnordestina (Rio-Bahia) ou BR-116, atualmente uma das mais importantes rodovias do país, conectando o Ceará com o Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, e perpassando Feira de Santana.

Ainda sobre a expansão do centro em direção a área leste do município, Freitas (2014) informa que em 1938 o prefeito Heráclito Dias Carvalho instituiu o primeiro loteamento nas áreas que atualmente correspondem as Ruas Comandante Almiro, Castro Alves e Barão do Rio Branco, que compreendem o bairro Kalilândia. De acordo com Santo (2012, p.137), “até 1940, a maior parte da mancha urbana se concentra na área banhada pela bacia do rio Jacuípe e no seu Riacho Principal, hoje conhecido como riacho do Canal. Com isso, toda esta área passa a ser a mais afetada pela ação antrópica.”

Parte da região oeste também estava ocupada na área da Fonte dos Olhos d’Água e do Tanque da Nação (Figura 6), que durante várias décadas abasteceu a cidade e encontra-se atualmente impermeabilizado pelas edificações do conjunto residencial Feira IV, com suas águas sendo drenadas para um canal a céu aberto na Avenida Canal, agora utilizado como esgoto. (Freitas, 2014)

Figura 6: Tanque da Nação, com a Igreja Matriz ao fundo



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

Nessa época também aconteceu a instalação de diversos equipamentos que representavam a modernidade: o Cine Theatro Santana (1919), do Cinema Brasil (1920), da Rádio Sociedade (1948) e, principalmente, dos Currais Modelo (1938 e 1943), designados para a comercialização do gado (Oliveira, 2008). Os Currais Modelo foram uma alternativa para centralizar os negócios do gado, assim como organizar e “civilizar” o espaço urbano, removendo do centro as “cenas consideradas tipicamente sertanejas” (Oliveira, 2008, p.42).

Juarez Bahia (1986, p.30 apud Oliveira, 2008, p.42-43) informa que,

As Feiras com os Currais se transforma, passando de um centro de pequenos negócios, de pequenos serviços, de intercâmbios artesanais a um enorme entreposto com seu mercado de produtos agrícolas e pastoris, seu grande comércio e sua nascente de indústria com os estabelecimentos de beneficiamento do fumo, do algodão, do couro. O gado descortina essa nova era comercial e industrial, os Currais Modelo dão à cidade o aspecto de uma nova província do ouro que para chegar ao ápice só espera o fim da rodagem para o sul.

A representação rural no município através do Campo do Gado – nesse momento já transferido para outro local, conhecido como Campo do Gado Novo, atualmente no espaço ocupado pelo Fórum Felinto Bastos e o Colégio Municipal Joselito Amorim (Figura 7) – lugar que era símbolo de grandes negociações da atividade pecuária, se torna um símbolo de atraso, ao passo de que os Currais Modelo representavam em um ideal de modernidade e higiene típicos a época. Os Currais (Figura 8), localizados no atual prédio do Museu de Arte Contemporânea de Feira de Santana, foram posteriormente transferidos da zona central para um local mais distante, hoje no cruzamento da Rua Intendente Abdon com a Avenida Maria Quitéria, separando então a feira do gado da feira livre. (Oliveira, 2008)

Figura 7: Campo do Gado Novo



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

Figura 8: Currais Modelo em 1940



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

A cidade estava constantemente se modernizando, seja através da pavimentação de ruas e urbanização de praças, seja com o sistema de iluminação pública, iniciado em 1899 e

permaneceu com o sistema de iluminação com querosene até a sua troca por lâmpadas em 1929 (Figuras 9 e 10). (Poppino, 1968)

Figura 7: Rua Direita, já pavimentada e com postes de iluminação



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

Figura 8: Avenida Senhor dos Passos em 1926



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

Através dessas imagens, é possível perceber a largura das ruas, modeladas dessa maneira para permitir a passagem das boiadas, das carroças para mercadoria e para a montagem das barracas da feira livre. A feira ganha tal proporção que na primeira década do século XX, é construído o Mercado Municipal para a comercialização de produtos agrícolas, espaço protegido dos elementos e mais organizado do que a feira livre que ocorria em sua porta (Figura 11). A cidade continuava atraindo cada vez mais moradores em busca de oportunidades de vida através do comércio, e em 1920 abrigava 77.873 habitantes, apesar de Rollie E. Poppino (1968) estimar que apenas 12.000 habitavam em seu espaço urbano. Já em 1940, o IBGE calcula que residiam 83.268 habitantes em Feira de Santana, com 19.660 morando na sede urbana, demonstrando um crescimento de 6,93% da população total ao longo de vinte anos.

Figura 9: Feira livre na Praça João Pedreira em frente ao Mercado Municipal, atual Mercado de Arte Popular, na Av. Getúlio Vargas, em 1915

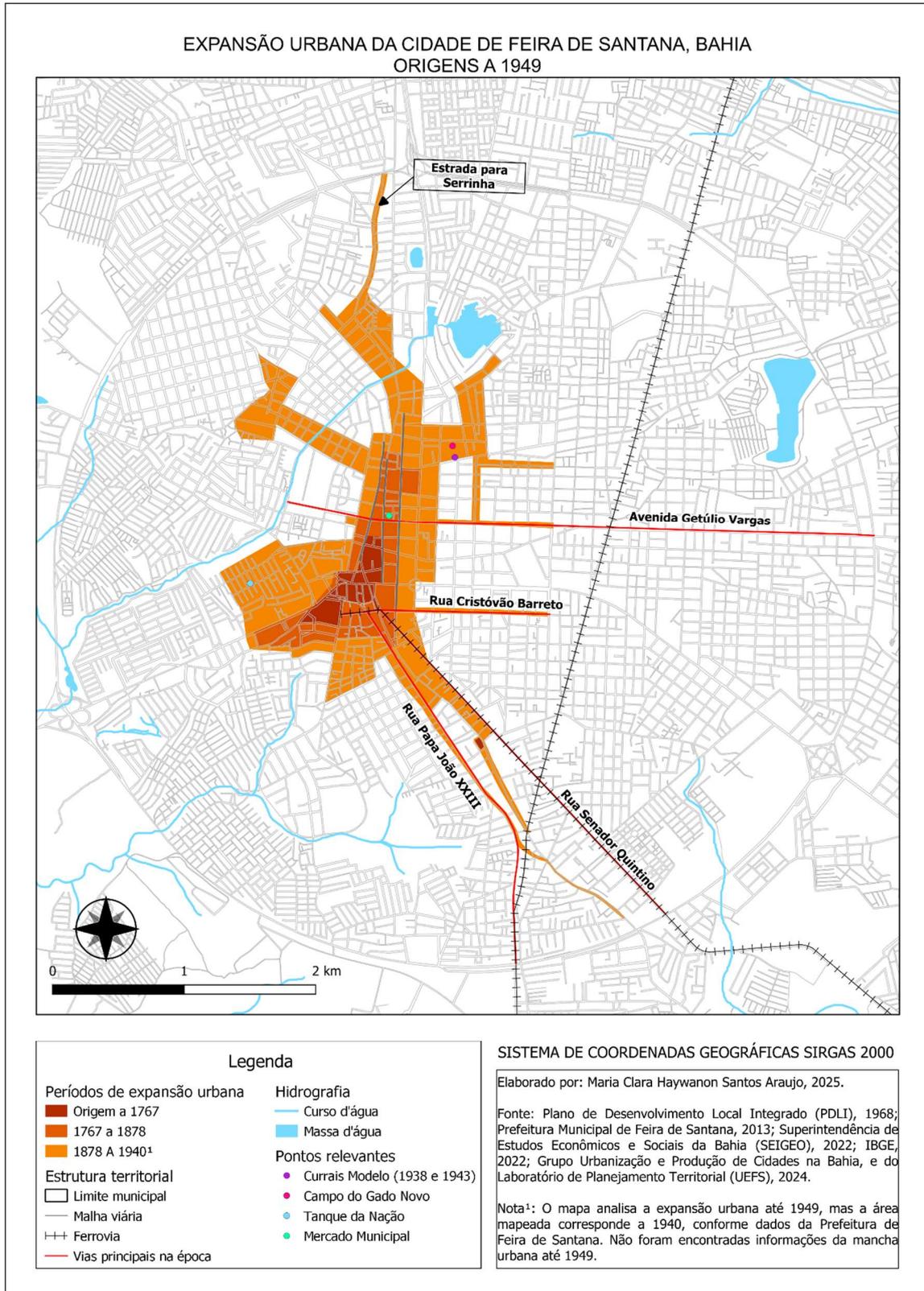


Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

A partir desse panorama, é possível compreender que a expansão urbana de Feira de Santana durante as décadas de 1900 a 1940, ficou marcada pelo surgimento de símbolos de modernidade (o cinema, a rádio, a iluminação pública etc.) que se tornaram pontos de atração, mas sem superar, é claro, o atrativo do comércio. O Mapa 3 reflete um crescimento urbano espontâneo através do traçado irregular das quadras, apesar de compreender praças e ruas largas,

com vetores de crescimento direcionando a expansão da cidade nas direções norte, leste e sudeste.

Mapa 3: Expansão urbana até 1949



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A expansão entre 1900 e 1940, se dá de maneira relativamente orgânica, com crescimento irradiando a partir do núcleo original, ainda fortemente vinculado às vias de transporte e aos cursos d'água. A introdução da linha ferroviária, evidenciada no mapa, reforça a importância da cidade como ponto estratégico de circulação de mercadorias, incentivando o adensamento urbano ao longo de suas proximidades e direcionando o seu crescimento para as regiões sudeste e leste.

Ainda, destaca-se a expansão urbana na direção do Tanque da Nação, à oeste, condicionante natural que influenciou a configuração do tecido urbano, sendo utilizado pela população para banho, lavar roupas, alimentar os animais e outros, e a expansão ao norte acompanhando a Estrada das Boiadas em direção a Serrinha. Os Currais Modelo e o Campo do Gado Novo estão localizados na área limítrofe da mancha de expansão, distante do centro urbano já consolidado, corroborando com o movimento de distanciar o comércio do gado das áreas centrais de Feira de Santana.

É possível perceber que as principais vias estruturantes, como a Rua Papa João XXIII e a Avenida Getúlio Vargas, começam a se delinear como eixos que posteriormente direcionariam o crescimento urbano. A expansão até 1940 mantém a lógica de um traçado predominantemente ortogonal, adaptado à topografia local e às necessidades comerciais. A malha urbana já demonstra, nesse período, sinais de polarização em torno de áreas estratégicas, e evidencia, portanto, uma cidade que cresceu a partir de sua função econômica original, moldada por fatores geográficos, infraestruturais e históricos.

Desse modo, a formação urbana de Feira de Santana foi impulsionada pelo desenvolvimento do setor terciário e da pecuária, inserida em uma economia agroexportadora e com industrialização ainda embrionária. Historicamente, sua expansão foi marcada pela construção de equipamentos modernos, como cinemas, rádio, mercados e os Currais Modelo, além de melhorias na infraestrutura de transporte, como a pavimentação de ruas largas para a circulação de mercadorias e a construção estrada SSA-FSA e a ferrovia, que reforçaram sua posição estratégica de ligação entre o interior e o litoral. Tais mudanças inferiram em um aumento de 63,83% de população urbana entre, 1920 e 1940, impulsionando diferentes vetores de expansão. Morfologicamente, a cidade cresce de forma orgânica a partir do núcleo central, irradiando-se para as direções norte, leste e sudeste, seguindo as vias de transporte e os cursos d'água, com um traçado predominantemente ortogonal, adaptado à topografia e à lógica comercial, consolidando-se como polo regional de circulação e abastecimento.

5.3. De 1950 a 1969: A Cidade Comercial

As décadas de 50 a 60 foram períodos de grandes mudanças no âmbito nacional, que promoveram o crescimento urbano e econômico do Brasil. Dentre essas mudanças está a Política Desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que visava a consolidação do processo de integração e interiorização nacional, revolucionando o uso do automóvel e construindo rodovias em substituição das linhas férreas.

Após a Segunda Guerra Mundial, as estradas de ferro se encontravam deterioradas, e sua renovação necessitava de grande capital, tornando-se antieconômicas, e, portanto, facilitou a soberania do caminhão e a construção de uma rede rodoviária nacional, articulada a redes municipais e estaduais (Xavier, 2001). Milton Santos (1998) destaca em seu artigo A Rede Urbana do Recôncavo, o estabelecimento da importância regional de Feira de Santana durante a revolução dos transportes, garantindo sua posição como uma rota estratégica entre Salvador e outros núcleos urbanos. Afirma ainda que (1998, p.92-93),

[...] a maior parte das mercadorias que devem abastecer o comércio de Salvador, proveniente das fábricas de São Paulo e do Rio, vem por caminhão e passa obrigatoriamente por Feira de Santana, torna mais econômica a parada aí, quando se trata da distribuição num perímetro menor. São essas mercadorias que Salvador não fabrica e que são pedidas pela classe média e mesmo pobre das zonas do fumo e da cana, bem como parte do sertão, e que alimentam o comércio e a importância regional de Feira de Santana. [...] Esta razão que Feira de Santana pôde ascender ao papel de grande centro distribuidor para o Recôncavo e uma grande parte do sertão, função que outrora representavam Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré. A esse papel na distribuição acrescenta-se um outro na coleta de produtos. Estes vêm de pontos os mais distantes para serem comercializados em Feira de Santana, a começar pelo gado que é a atividade tradicional. [...] esta localidade assume cada vez mais o papel de uma autêntica capital regional, o que é uma novidade desta segunda metade do século, às portas de Salvador [...]

É na segunda metade do século XX que, com a integração da rede rodoviária e o aumento do seu potencial logístico e econômico, Feira se torna a cidade mais importante da Bahia depois da capital, e uma cidade estratégica para a política desenvolvimentista. Tal política, na tentativa de estimular a infraestrutura do nordeste, cria em 1959 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tem como um de seus principais projetos a ligação de estradas do nordeste com o centro-sul. Também nesse período, a migração dos nordestinos em direção a São Paulo e Brasília causou com que, ao se deslocarem, utilizavam Feira de Santana como ponto de parada e, por vezes, fixavam ali suas residências. (Oliveira, 2008)

A partir desse panorama, é possível compreender a economia feirense durante as épocas delimitadas. Se tratando do comércio de bovinos, no ano de 1950 atinge, até então, o

seu maior número de vendas anual: 115 mil cabeças de gado, sendo que mais de 80 mil foram comercializados no litoral, enquanto o restante foi consumido no município. A feira do gado se torna a segunda maior do país, estando atrás apenas da feira de Três Corações – Minas Gerais. Ao longo da década de 50, comercializava-se até 4 mil cabeças de gado por semana na feira. (Oliveira, 2008)

A mudança dos Currais Modelo nos anos de 1959 e 1962, citados no subtópico anterior, para o bairro da Queimadinha – bairro para os moradores da baixa renda, que trabalhavam nos comércios ou mansões do centro, significou para Oliveira (2008) a consolidação da busca por segurança, ordem e civilização no centro urbano. Clóvis Ramaiana Oliveira (2000) afirma que a partir daí, Feira de Santana se desvencilha da imagem do rural e cria uma identidade coerente com o crescimento e modernidade urbana: a cidade comercial.

Durante os anos 50, estabeleceram-se na cidade 689 casas de negócios, empregando cerca de duas mil pessoas (Oliveira, 2008). Nessa época, a feira livre, de acordo com Poppino (1968) não dominava mais a economia local, mas era um fator relevante para o comércio devido ao constante fluxo de pessoas que atraía semanalmente. Contraditoriamente, o movimento feirante continua a se expandir, alcançando as Ruas Marechal Deodoro, Conselheiro Franco, Sales Barbosa, Libânio de Moraes, Benjamin Constant, a Avenida Getúlio Vargas e parte da Avenida Senhor dos Passos.

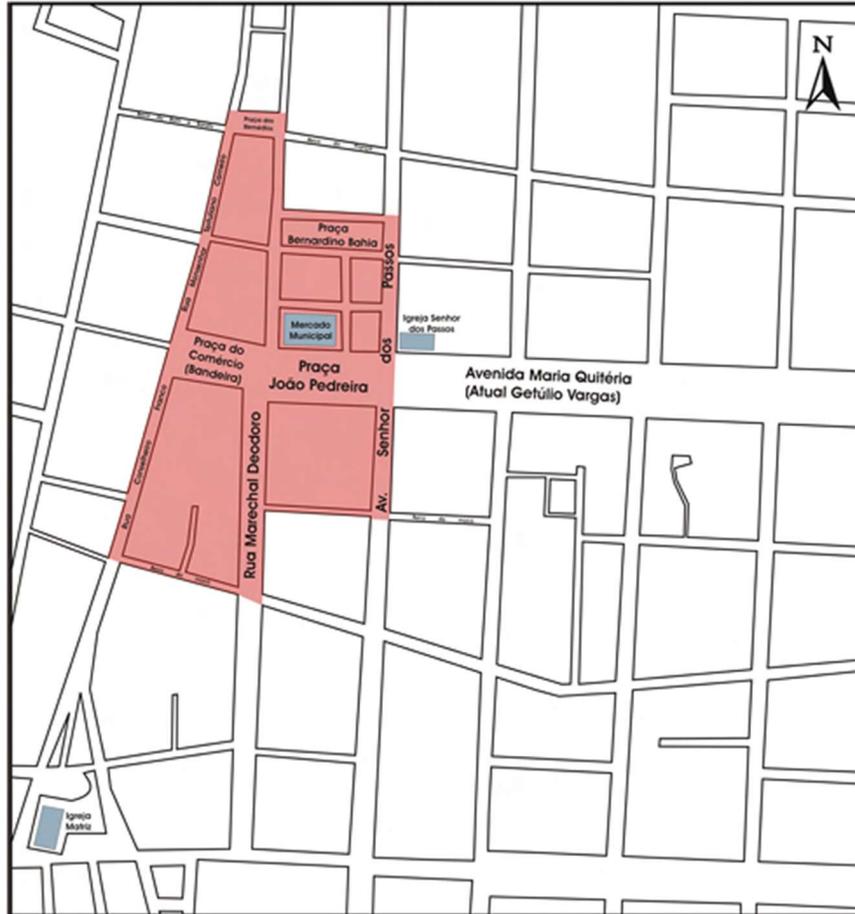
Até aquele momento, com o aumento da atividade rodoviária, o município passa a abrigar por volta de 40 estabelecimentos de reparo de automóveis e caminhões e de vendas de peças (Poppino, 1968) e, ainda nos dias de hoje, Feira de Santana é conhecida nacionalmente pelo seu comércio do setor automotivo. Devido ao aumento dos estabelecimentos comerciais, a Câmara Municipal propõe em 1954 um perímetro comercial para a cidade (Figura 12), compreendendo os limites da

“Rua Conselheiro Franco, a partir do Cine Santana, prosseguindo pela Rua Monsenhor Tertuliano, até encontrar a Igreja Nossa Senhora dos Remédios; Praça do mesmo nome e Rua Sales Barbosa, prosseguindo pela Rua Marechal Deodoro até a Rua Comendador Targino, voltando daí pela Avenida Senhor dos Passos até o Parque Bernardino Bahia, toda a Praça da Bandeira e também a João Pedreira, ficando subentendido os lados par e ímpar” (Câmara Municipal de Feira de Santana, 1954 *apud* Oliveira, 2008)

Esse perímetro, todavia, não foi respeitado, devido aos pequenos comércios que se estabeleceram nos becos que faziam conexão com as principais vias, a exemplo do Beco do Mocó (atual Rua 7 de Setembro), do Beco Do Ginásio (atual Rua Leonardo Pereira Borges), do

Beco do França (atual Rua Capitão França) e do Beco Bom Barato (atual Rua 18 de Setembro). (Oliveira, 2008)

Figura 10: Perímetro comercial de Feira de Santana em 1954



Fonte: Oliveira, 2008 – Anexo D

Destaca-se ainda na década de 50 a implantação de dois serviços essenciais: o transporte público e o saneamento básico. Em 1951 o prefeito Almáchio Alves Boaventura instala o sistema transporte público na cidade, utilizando três marinetes, mas que em 1953 é desligado devido ao “acúmulo de prejuízos”, e reinstalado novamente em 1962 com o prefeito Arnold Ferreira da Silva, com vinte e oito veículos do tipo kombi (Figura 13). (Oliveira, 2008)

Com a adição do serviço de transporte público o tráfego se intensifica ainda mais em Feira de Santana, causando, de acordo com as pesquisas de Ana Maria Oliveira (2008), acidentes diários entre automóveis, pedestres, ciclistas e animais. As ruas largas, que facilitavam a passagem das boiadas em dia de feira, agora facilitavam a passagem dos veículos. Na tentativa de organizar o trânsito caótico e adequar o espaço urbano central para o seu principal usuário (o automóvel), foi retirado, em 1968, as árvores e o canteiro central da Avenida Senhor dos Passos.

Já em 1957 é instalado o serviço de água encanada na cidade, inaugurada durante a visita do Presidente Juscelino Kubitschek, mas que não alcança os moradores dos bairros populares como o Ponto Central, Calumbi, Queimadinha, Rua Nova e Baraúnas, que na década de 60 ainda utilizavam cisternas particulares e chafarizes (Santa Bárbara, 2007; Câmara Municipal de Feira de Santana, 1954 *apud* Oliveira, 2008)

Figura 11: Desfile da frota de kombis em 1962



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Memorial da Feira, s/a.

Na Feira de Santana da segunda metade do século XX, a reorganização de seus espaços urbanos não ocorreu de acordo com os ideais do Plano Haussmann de demolir para construir, e da abertura de grandes avenidas ou bulevares, como era a tendência das grandes cidades brasileiras, particularmente o Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Em vez disso, a reestruturação focou na higienização e no saneamento dos espaços, redefinindo suas funções e impondo normas ao comportamento dos moradores e até suas residências: em 1960 o prefeito Arnold Silva proibiu a construção de edificações de um único pavimento na Avenida Getúlio Vargas. A medida buscava refletir, por meio da arquitetura, a imagem de uma cidade moderna, transformando a área em um cartão-postal que simbolizasse a modernização urbana. O objetivo era modificar costumes considerados inadequados ou incompatíveis com os ideais de civilização, vistos como sinônimo de progresso, e reforçar a identidade da cidade como um polo comercial em ascensão (Oliveira, 2008).

Corroborando com os ideais de progresso e a dinâmica automotiva que ocorria nas esferas regionais, estaduais e nacionais, o Estado da Bahia através do governo federal instala a BR-324 (conecta o Maranhão a Salvador) e a BR-101 (iniciada na década de 50 e concluída em 1964, liga o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul) e conclui a BR-116, unindo-as através da Avenida Presidente Dutra, que atravessa o centro da cidade, e a Avenida Eduardo Fróes da Mota ou Anel Viário, que circulava o perímetro urbano para a passagem os veículos de carga pesada, também conhecida como Avenida do Contorno ou Anel de Contorno. Ainda, são abertas as Avenidas Maria Quitéria, José Falcão da Silva e Padre Anchieta, atualmente João Durval Carneiro, no sentido norte-sul, significando novos vetores de expansão. (Santo, 2012)

Entre 1959 e 1973 a cidade expande o centro, ampliando em todas as direções, porém não se distancia das fontes naturais de água, fundamental para o abastecimento da população, porque a expansão do espaço urbano se intensifica nas áreas de abundância deste líquido e disponibilidade do lençol freático, sempre em direção ao norte, sul, sudeste e leste, porque a parte oeste-sudoeste mesmo com a proximidade do Rio Jacuípe, não oferece facilidade e condições técnicas para efetuar a captação da água dificultando a ampliação urbana. (Freitas, 2014, p.264)

Os eixos em torno das BRs estavam ocupados em sua maioria por estabelecimentos industriais, contabilizados em 293 indústrias na década de 60, sendo 41,6% dedicadas a manipulação de minerais não-metálicos, 18% a produtos alimentícios e 2,7% a bens de consumo duráveis ou de capital, concretizando Feira de Santana como o segundo maior centro industrial do Estado. (Cruz, 1999)

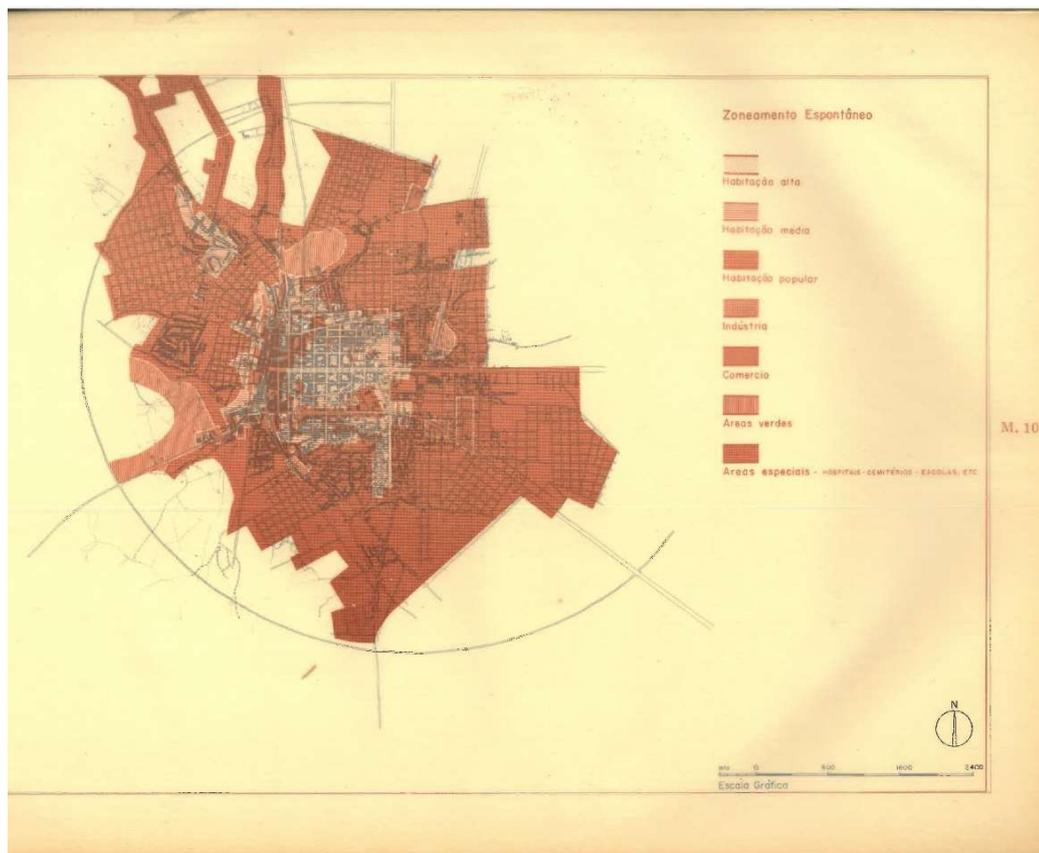
Além da indústria, as atividades comerciais aumentaram em número de estabelecimentos nos anos 60, com cerca de 1.400 casas de negócios, empregando 2.386 pessoas no setor varejista e 1.420 pessoas no setor de serviços (Cruz, 1999). O setor terciário era o maior responsável pela ocupação populacional do município, com 107.205 habitantes em 1950 – 34.277 habitando na parte urbana, se tornando o segundo maior município da Bahia, em contingente populacional, já década de 60, habitavam 141.757 pessoas em Feira de Santana, com uma população urbana de 69.884 (IBGE, 1950; IBGE, 1960). Em um período de dez anos, o crescimento populacional foi de 32,23%, e especificamente o crescimento urbano foi de 103,88%.

O crescimento populacional e econômico, e a necessidade de modificações para ampliar a cidade citadas acima, foram os principais fatores que contribuíram para, em 1968, ser publicado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Feira de Santana, considerado o primeiro grande estudo da cidade e de sua importância regional. Adiciona-se o contexto nacional, que impulsiona a criação do Plano com a instalação da Ditadura Militar em

1964, na qual o Estado forte, junto a ciência, é responsável por assegurar o bem-estar social que, nesse caso, é alcançado através da ordenação do espaço urbano e o controle dos agentes modeladores do espaço (Santo, 2012). É significativo demarcar também que o PDLI foi financiado pelo Ministério do Interior (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e do Banco Nacional de Habitação - BNH) e executado pela COPLAN S/A – Construções e Planejamento (Santo, 2012).

As pesquisadoras Sandra Santo (2012) e Nacelice Freitas (2010a, 2014) afirmam que o PDLI de Feira de Santana se enquadra nos preceitos da Teoria Socioecológica da Escola de Chicago, visto a questão centro/periferia observada, assim como a preocupação de ordenar o espaço urbano através da criação de zonas com funções específicas. É importante mencionar ainda que Feira de Santana é o primeiro município da América Latina que não é capital a ter um Plano de Desenvolvimento Integrado, indicando a potencialidade da cidade no panorama sul-americano, principalmente devido a confluência das rodovias BR-11 N, BR-116 S, BR-324 e BR-101, além da ferrovia, que ainda não estava completamente desativada (Freitas, 1998; Santo, 2012).

Os padrões de uso e ocupação do solo e o planejamento para o crescimento urbano determinados do PDLI até hoje influenciam a dinâmica territorial da cidade. O Plano sinaliza a forma de ocupação urbana (Figura 14), descrevendo que “a malha retangular surgiu do parcelamento para fins comerciais, de um ‘cinturão verde’ constituído de chácaras e glebas que envolviam o centro da cidade” (PDLI, 1968, p.101). Ainda, informa que o sistema de localização das formas urbanas ocorreu de forma nuclear e concêntrica, com a zona central comercial e “as zonas residenciais dispostas em anéis concêntricos envolventes ao núcleo central, apresentam-se definidas na sua localização e qualificação na medida que aumentam as distâncias do centro” ((PDLI, 1968, p. 101).

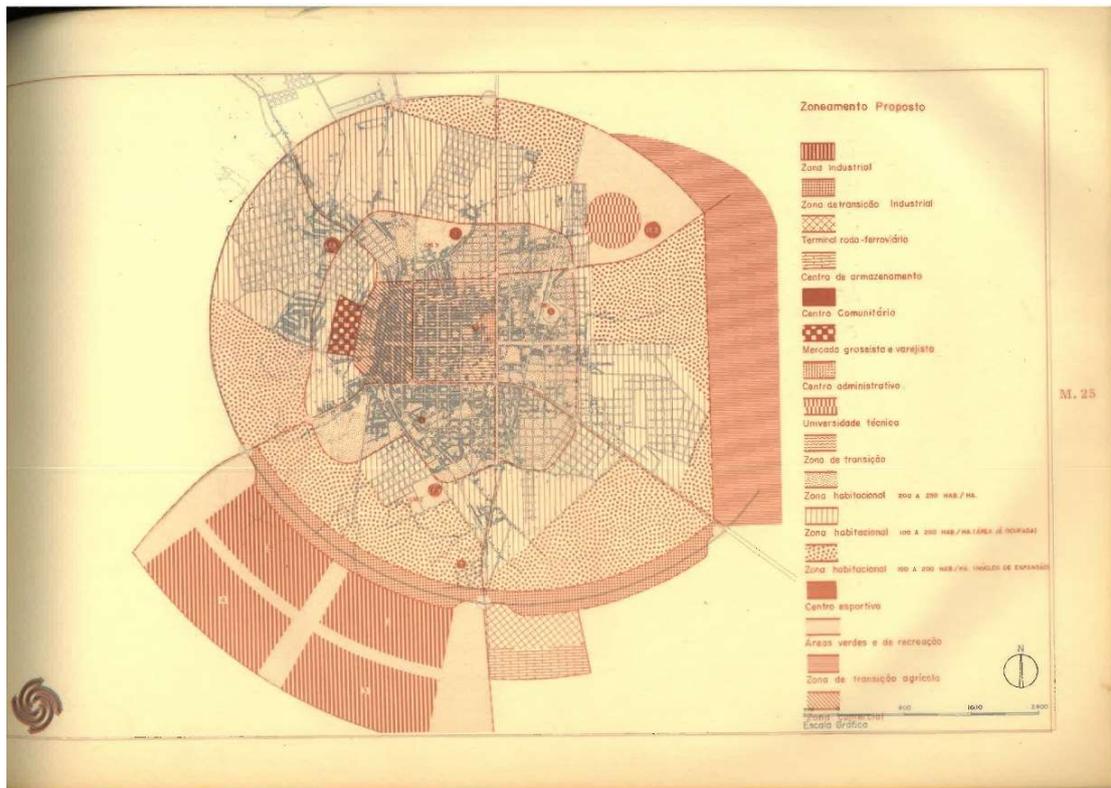
Figura 12: Zoneamento espontâneo de Feira de Santana em 1968

Fonte: PDLI, 1968 – Anexo 10

As habitações se organizavam com a classe mais abastada próximas a zona central, em seguida a classes média envolvendo-as e depois as residências populares em seu entorno, na periferia de seu espaço urbano. Na época de publicação desse Plano, o Anel de Contorno ainda não estava finalizado, mas já era determinado que a região industrial se colocaria na parte sul da cidade, externo ao mesmo, e propunha um novo sistema viário, integrando as diferentes zonas (Figuras 15 e 16). (PDLI, 1998; Freitas, 2014)

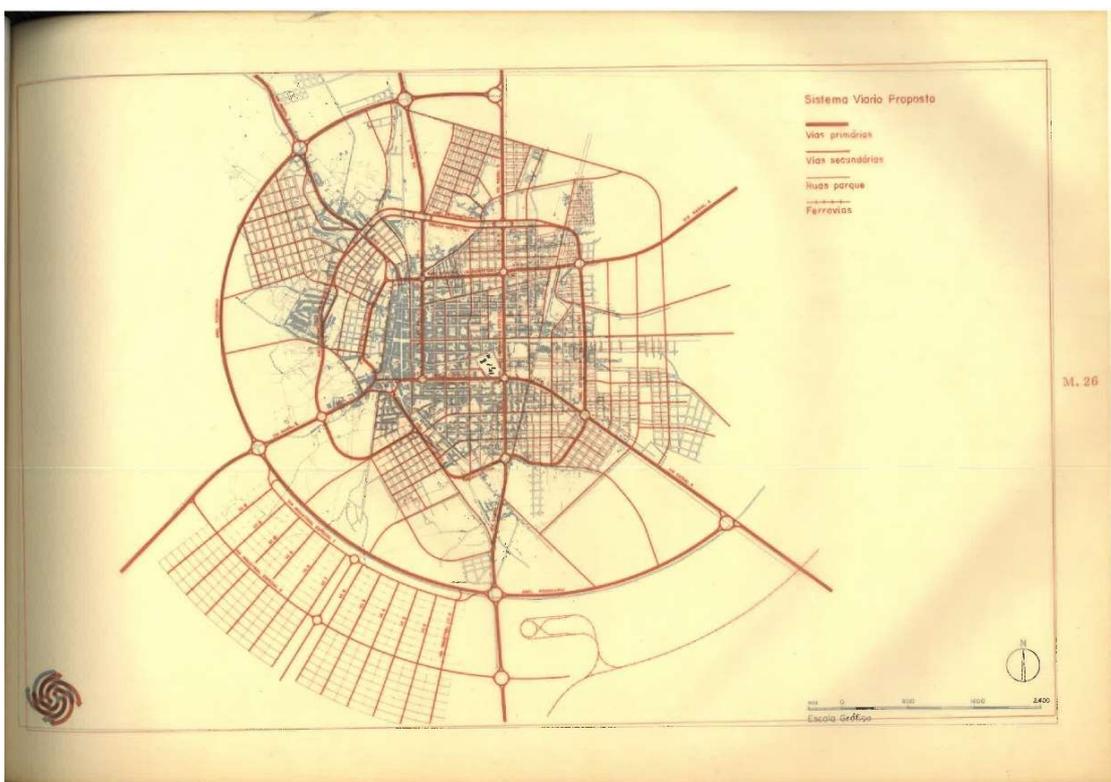
O PDLI, apesar de não se configurar em legislação, de acordo com Santo (2012), foi um importante estudo da cidade que contribuiu efetivamente em seu ordenamento através da primeira Lei de Zoneamento nº 631 de 30 de julho de 1969, dividindo efetivamente a cidade nas zonas comercial, residencial, industrial e mista – configurando o Estado como um agente modelador do espaço urbano - , além de orientar a sua revisão em 1990, só aí se transformando em legislação.

Figura 13: Zoneamento urbano proposto



Fonte: PDLI, 1968 – Anexo 25

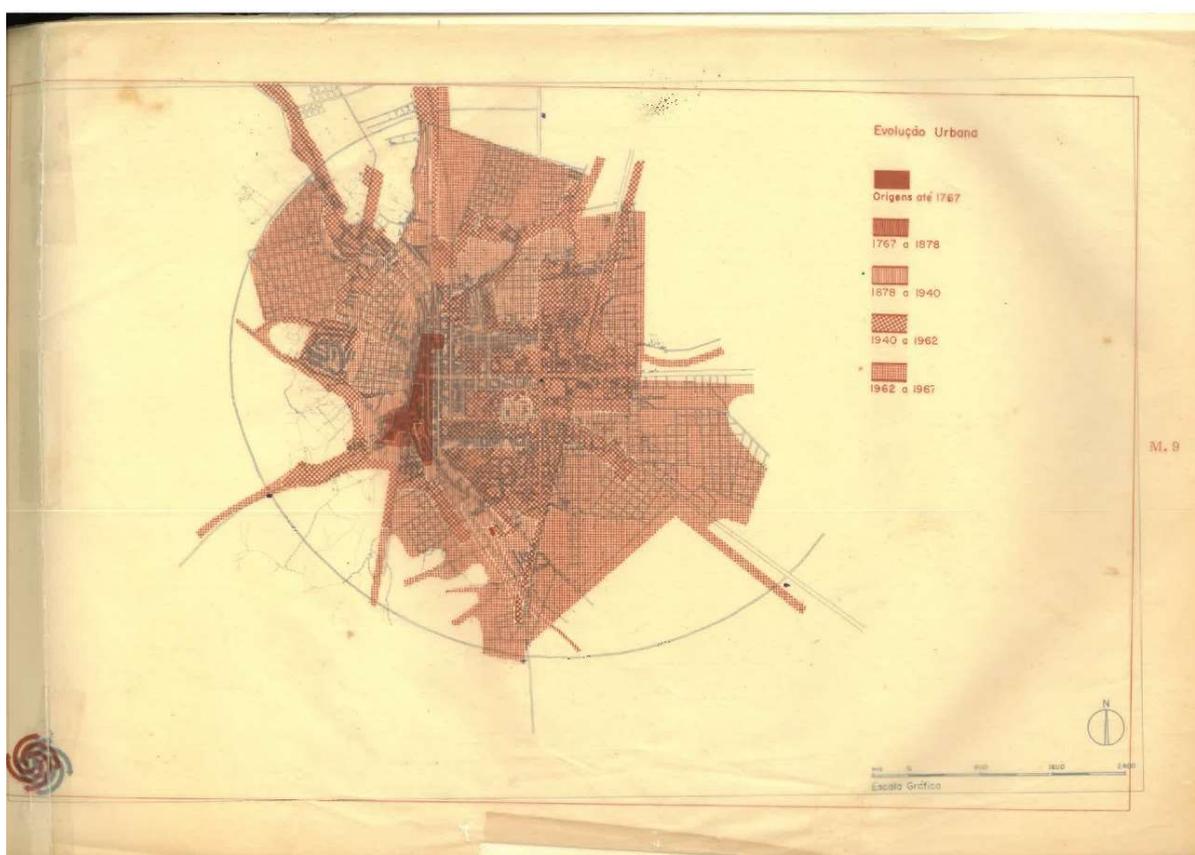
Figura 14: Sistema viário proposto



Fonte: PDLI, 1968 – Anexo 26

Destaca-se que este Plano inclui um mapa da expansão da mancha urbana (Figura 17), digitalizado pela autora Sandra Santo (2012), que cria camadas específicas para cada período de crescimento, mas que devido as limitações tecnológicas da época de criação do plano, foi utilizado o arruamento atual para uma comparação com as informações descritas no estudo de 1968. Inspirada na metodologia cartográfica utilizada pela autora, foi possível viabilizar o mapeamento produzido nesta monografia.

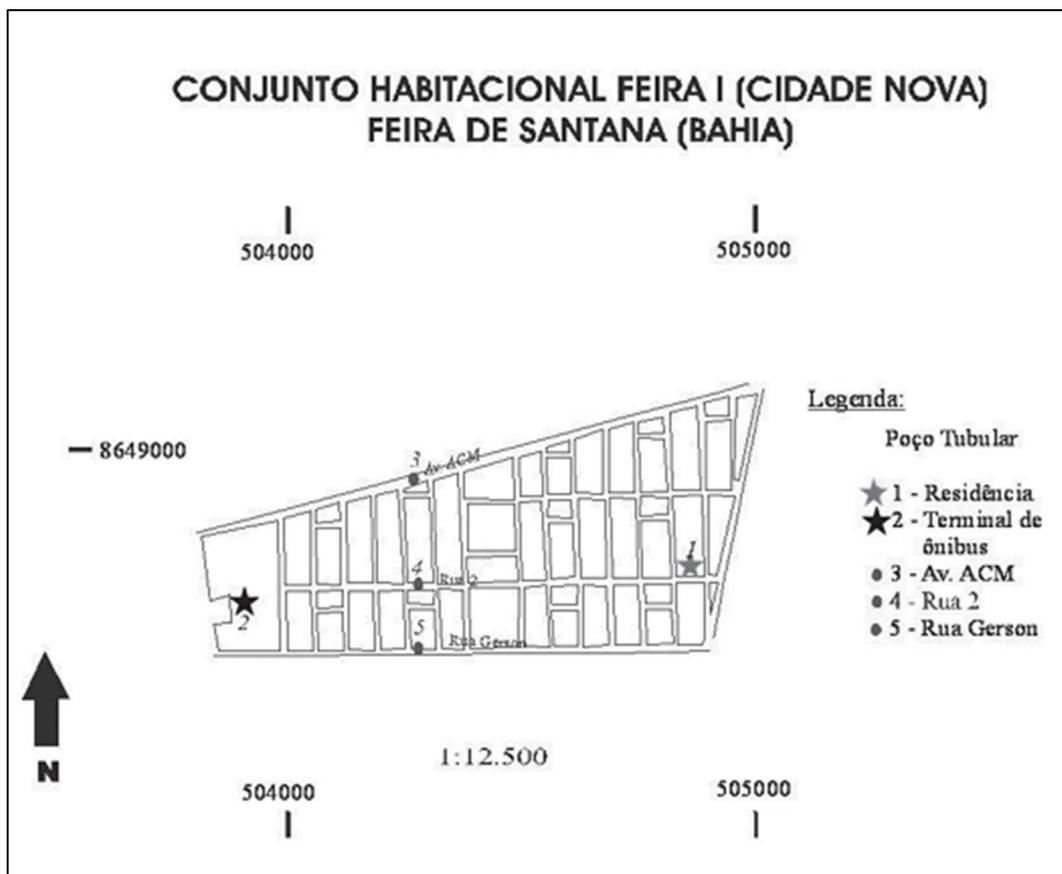
Figura 17: Evolução urbana de Feira de Santana até 1968



Fonte: PDLI, 1968 – Anexo 9

O crescimento populacional citado anteriormente também foi incentivado por agentes de âmbito federal, causando um intenso movimento migratório e pressionando o Estado a solucionar o problema da habitação através da implantação de conjuntos habitacionais para atender a população de baixa renda. No final da década de 60, em 1969, é instalado as margens da BR 116-N o primeiro conjunto habitacional de Feira de Santana: o Conjunto Habitacional Feira I (Figura 18), atualmente transformado no bairro Cidade Nova, planejado e executado pela URBIS (empresa vinculada nacionalmente ao COHAB, hoje agregada pela CONDER). (Santo, 2012; Macário, 2013)

Figura 18: Planta de situação do Conjunto Feira I (Cidade Nova)



Fonte: Elaborada por Falcão, P.M., com base na planta do Observatório Antares – UEFS, 2004

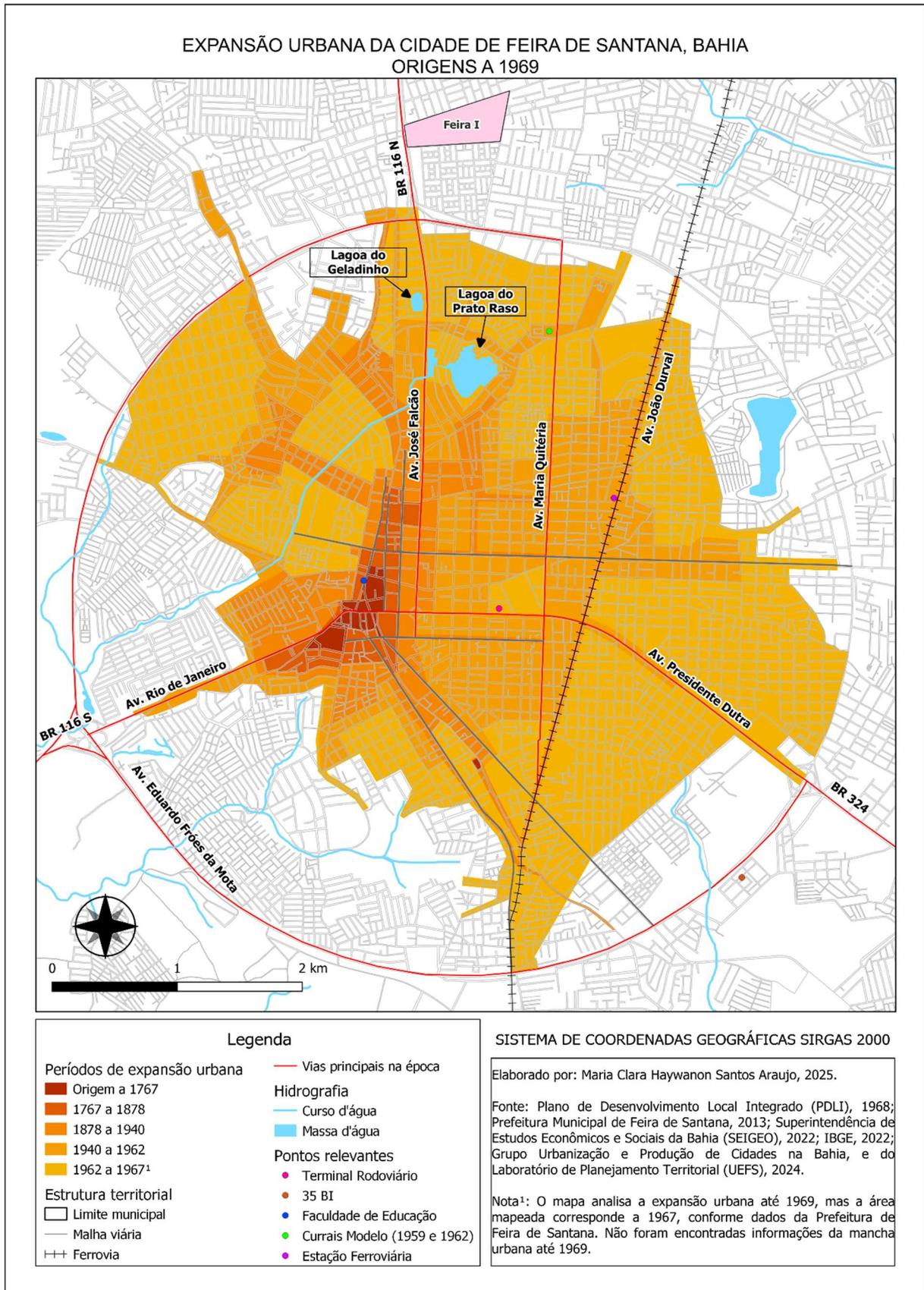
Santo (2012, p.163-164) contextualiza que,

A Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) foi criada pela Lei nº. 2.114, de 4 de janeiro de 1965, como uma empresa de economia mista, seu principal objetivo era planejar, estudar e executar a política habitacional para todo o Estado da Bahia, vinculado à política do BNH, visando atender a demanda de uma população com renda de 1 a 3 salários mínimos. A partir de 1971, ela passa para o campo de ação da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES), quando aumenta a sua atuação no Estado. Em mais de três décadas de atuação prestou importante contribuição ao processo de expansão urbana de Salvador e de outras cidades baianas, sendo responsável pela implantação de cerca de 100 mil unidades habitacionais, entre casas, apartamentos, embriões e lotes urbanizados, distribuídas em todas as regiões da Bahia. (Santo, 2012, p. 163-164)

Também no ano de 1969, é criada a primeira Cooperativa (INOCOOP) da cidade, mas que apenas começa as construções na década seguinte. É apenas a partir da década de 70 que os conjuntos habitacionais crescem exponencialmente em Feira de Santana, alterando fundamentalmente a sua configuração urbana. O adensamento urbano preenche quase todo o interior do Anel de Contorno com a formação dos bairros Capuchinhos a leste, Eucalipto a sudeste, Jardim Cruzeiro e Cruzeiro a noroeste, Calumbi e Rua Nova a oeste e a Baraúna ao norte (Freitas, 2014)

A partir dessas informações, foi possível traçar a evolução urbana de Feira de Santana até o ano de 1969, representada no Mapa 4. Também foi incluído no mapa edifícios ou locais de significância para o crescimento da cidade, a exemplo dos Currais Modelo, da nova Estação Ferroviária do bairro Ponto Novo, do Terminal Rodoviário, inaugurado em 1967, da Faculdade de Educação, inaugurada em 1968 e localizada onde hoje é o Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA), o 35º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro (35 BI), instalado em 1968, entre outros. Ainda, o mapa expõe a localização das principais vias e rodovias que perpassam a cidade, sinalizando seu crescimento para quase todas as regiões exceto a oeste-sudoeste, área, na época, banhada por afluentes do Rio Jacuípe.

Mapa 4: Evolução urbana até 1969



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O mapa evidencia dois intervalos, o de 1940 a 1962, com o início da decadência da ferrovia e a ascensão das rodovias, no qual nota-se uma inflexão no padrão de expansão. A cidade passa a crescer preferencialmente ao longo das principais ruas e avenidas internas, como a Av. Maria Quitéria, Av. Presidente Dutra e Av. João Durval. Esse movimento é compatível com o papel central adquirido pela malha viária no crescimento do espaço urbano feirense. É também nesse período que a mancha urbana se aproxima da Lagoa do Prato Raso e da Lagoa do Geladinho, confinando-as e sendo interceptadas pela Avenida José Falcão.

O outro intervalo, compreendendo o período de 1962 até 1967, mostra um adensamento ainda mais marcado em torno dessas vias de alta capacidade, agora se direcionando também as rodovias, reforçando o papel da malha viária como estruturadora do território, e gerando um intenso crescimento em apenas cinco anos.

Algumas áreas mais afastadas do núcleo central parecem ter sido loteadas de forma planejada, com quadras de dimensões semelhantes e vias organizadas em traçado ortogonal. No entanto, à medida que se avança para as bordas do perímetro urbano, a expansão torna-se mais dispersa e descontínua, refletindo um crescimento menos estruturado e fortemente condicionado pelas facilidades de acesso viário. Esse cenário evidencia a hierarquia espacial da cidade, marcada por um núcleo central adensado em contraste com o espraiamento desordenado nas regiões periféricas.

Destaca-se também a localização do Conjunto Habitacional Feira I, que não está inserido dentro da malha urbana consolidada desse período e fica, conseqüentemente, distante dos equipamentos urbanos, dos focos de emprego, dos comércios e serviços e com pouca ou nenhuma infraestrutura. Esse tipo de empreendimento é aberto, ou seja, sem muros ou guaritas para o controle de acesso, padrão típico para os conjuntos promovidos por políticas públicas de habitação, apesar da tendência de verticalização que começava a ganhar força.

Em síntese, entre as décadas de 1950 e 1960, o crescimento urbano de Feira de Santana foi profundamente influenciado pelo impulso econômico que veio com a política desenvolvimentista, que favoreceu a construção de rodovias e a integração da cidade com outros centros comerciais, fortalecendo seu papel como importante polo de comércio e indústria, especialmente nas áreas da pecuária e de produtos alimentícios. A expansão da população, que passou de 107 mil habitantes em 1950 para 141 mil em 1960, refletiu a migração de pessoas em busca de melhores condições de vida e trabalho, o que gerou uma pressão por infraestrutura urbana.

Historicamente, a modernização do município foi acompanhada por transformações no espaço urbano, como a construção de novas avenidas, transporte público e saneamento básico. A morfologia da cidade se reorganizou com a centralização das atividades comerciais no núcleo urbano, enquanto as áreas periféricas se expandiram de maneira desordenada, com a criação de novos bairros e o início do processo da criação de habitação popular. Assim, o crescimento urbano de Feira de Santana foi um reflexo de um conjunto de transformações econômicas, sociais e urbanísticas, que moldaram sua estrutura territorial de maneira funcionalista, mas também expôs fragilidades típicas de um processo de urbanização acelerado e, em parte, desordenado.

5.4. De 1970 a 1985: A Cidade Industrial

No cenário nacional, consolida-se um regime militar de caráter rígido e autoritário, cuja estruturação foi impulsionada, em grande parte, por investimentos externos (Vicentino, Gianpaolo, 2013). Tais investimentos promoveram a integração das indústrias em nível nacional e regional (Matta, 2013), e o país passou a absorver um volume significativo de capital estrangeiro. Entre 1969 e 1973, ocorreu o chamado "milagre econômico brasileiro", período marcado por um crescimento acelerado da produção industrial, principalmente de setores da construção civil, transporte e mecânica. Ainda, entre 1970 e 1985, todos os estados do país, exceto o Rio de Janeiro e São Paulo, ampliaram suas participações no PIB nacional. (Cruz, 1999)

Impulsionada por essa expansão, a Bahia, ainda em processo de industrialização (Matta, 2013), direcionou seu setor produtivo para a fabricação de bens secundários (Cavalcante, 2008), segmento que, entre 1970 e 1980, registrou um crescimento de 19,2% na participação do PIB estadual, contribuindo para a diversificação da economia baiana. Cabe destacar que, conforme apontado por Matta (2013), a industrialização na Bahia e a consequente diversificação econômica não se limitaram à capital, mas também alcançaram o interior do estado.

Ocorria então, em todo o país, o processo de integração produtiva, na qual os estágios da produção industrial eram divididos entre diferentes estados e, no caso do Nordeste, reforçava o seu crescimento econômico, sustentado tanto pela produção local e regional de bens e serviços, que competia com a produção nacional, quanto pela especialização em manufaturas e produtos agrícolas voltados para o mercado interno. Dessa forma, sua estrutura produtiva se alinhou às demandas da industrialização do país, concentrando-se na produção de bens intermediários e promovendo a interconexão entre as regiões. No entanto, esse desenvolvimento aumentou as desigualdades regionais, pois poucos projetos tiveram impacto significativo e, em sua maioria, estavam voltados para atender à demanda interna, com baixa articulação entre si. (Cruz, 1999)

Concomitante ao processo de integração econômica, ocorria na Bahia o que Cruz (1999) identifica em sua tese como um movimento de "desconcentração concentrada", onde as atividades industriais foram distribuídas pelo território baiano, privilegiando localizações estratégicas para as plantas industriais. O movimento se intensifica a partir da década de 70, após a publicação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com a implementação de

grandes projetos de contribuição da indústria brasileira, explorando os recursos naturais, como a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e o Polo Petroquímico Industrial de Camaçari.

Também fez parte desse movimento de desconcentração concentrada a implantação em 1970 do Centro Industrial Subaé (CIS) em Feira de Santana. No ano anterior a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC) e o Instituto de Urbanismo e Administração Municipal (IURAM), articulados com a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, publicam o Plano Diretor do CIS, que levou a desapropriação de uma área de terra destinada a implantação do CIS, e a instituição, sob forma de Autarquia Municipal, do CIS pela Lei n.º 960 de 14 de dezembro de 1970. (Góes Filho, 2001)

Edelvino Góes Filho (2001, p. 29) aponta que o Plano Diretor do CIS de 1970 redefiniu sua área de 1.000 para 417,40 hectares devido às limitações geológicas e topográficas da área determinada pelo PDLI (1968), enfatizava o apoio às pequenas e médias indústrias e previa o financiamento compartilhado entre a prefeitura e as empresas para aquisição do terreno e infraestrutura. Ainda, o plano também estabelecia que o CIS deveria atuar como um complemento ao parque industrial do CIA (Centro Industrial de Aratu – Simões Filho) e de Salvador, indicando que as expectativas para a industrialização da área não eram altas.

No momento de sua instalação, o CIS contava com contratos de 30 empresas e com 11 projetos em fase de análise ou aprovados pela SUDENE, todos eles voltados para indústrias de maior porte do que as que existiam até então no município (Cruz, 1999). O bairro Tomba foi escolhido para a área de implantação do CIS, pois continha os instrumentos institucionais necessários, entretanto, não era amparado pela infraestrutura de transporte, água, luz e telefone, ao contrário da área em torno da BR-324. Portanto, de modo a aproveitar rapidamente os incentivos financeiros da SUDENE, a área especificada foi deixada em segundo plano em prol da região da BR-324 e da BR-101. (Gottschal e Santana, 1990 *apud* Góes Filho, 2001)

Com a instalação do centro industrial, o espaço urbano de Feira de Santana cresce em complexidade, com os donos dos meios de produção se tornando agentes substanciais para a modificação da cidade (Corrêa, 1989), considerando que para que exista acumulação e circulação do capital, precisa existir uma estrutura física – infraestrutura, logística de transporte, matéria prima, pessoal qualificado - que permita o pleno funcionamento da indústria (Harvey, 2005).

É possível afirmar que a fundação do CIS contribuiu como atrativo populacional para Feira de Santana. O P.D. do CIS (revisto no ano de 1985) previu um aumento do contingente

populacional e afirmava a necessidade da construção de casas populares para abrigar a mão de obra que migraria para a cidade em busca de melhores condições de vida. (Freitas, 2014). Cruz (1999) suporta essa previsão ao afirmar que “a partir do CIS, Feira de Santana, que já era um polo industrial microrregional, viu aumentada essa característica”, e informa que o município tinha, em 1970, 541 estabelecimentos industriais que ocupavam 3.150 pessoas, e que no ano de 1985 existiam 583 estabelecimentos industriais, que por sua vez empregavam 8.183 pessoas.

Transformava-se o perfil industrial feirense: de majoritariamente produtor de bens de consumo não-duráveis, num curto de espaço de tempo a indústria de Feira passaria a transformar mais produtos destinados ao consumo intermediário, insumos para outras atividades produtivas (Cruz, 1999, p.217)

É importante adicionar que as tendências de migração que ocorrem nesse período são influenciadas não só pelas oportunidades trabalhistas e de bem-estar social que as capitais e outras cidades melhor desenvolvidas economicamente promovem, mas também pela fuga da seca, que ocorreu em diversos estados nordestinos. Macário (2013) levanta a hipótese que o abandono de locais com altos períodos de estiagem direcionou pessoas a Feira de Santana, identificando que os Estados que mais contribuíram com o movimento migratório para o município eram Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Ceará e São Paulo. O autor considera ainda que “a crescente presença de imigrantes vindos de São Paulo a partir da década de 1990 pode estar ligada ao movimento de retorno de nordestinos para sua região de origem” (Macário, 2013, p.118)

Góes Filho (2001) exemplifica que, para dar dimensão ao fenômeno migratório que acontecia em Feira de Santana, surge em 1973 o Serviço de Integração a Migrantes (S.I.M.), localizado onde hoje é o campus da UFRB-CETENS, uma sociedade civil de direito privado que tinha como objetivo a profissionalização do migrante para inseri-lo no mercado de trabalho e no setor industrial. Alguns anos mais tarde, o S.I.M. se torna um bairro, composto em sua maioria por condomínios residenciais de alto padrão.

É a partir desse aumento populacional, assim como o cenário nacional da construção de conjuntos residenciais na tentativa de solucionar o déficit habitacional, que se inicia a produção de moradias através de políticas públicas no município estudado. Como já mencionado no subtópico anterior, o primeiro conjunto a ser instalado é o Feira I, através da URBIS.

Em Feira de Santana a atuação da URBIS se deu através dos conjuntos Feira I, Feira II, Feira III, Feira IV, Feira V, Feira VI, Feira VII, Feira IX e Feira X, entre os anos de 1969 e

1986. Devido a liquidação da URBIS através da Lei Estadual nº. 7.435/1998, que teve suas atribuições transferida para a CONDER, os conjuntos Feira VII e Feira IX foram repassados para a CEF Econômica Federal para sua execução (Macário, 2013; Santo, 2012).

Além da URBIS, no período delimitado (1970-1985) foram construídos empreendimentos por dois outros órgãos: o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) (Quadro 3) e o Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR) (Quadro 3). O INOCOOP, vinculado ao BNH, buscava atender famílias com renda entre 5 e 8 salários mínimos, em sua maioria composta por funcionários públicos, militares e profissionais liberais (Santo, 2012).

Já o PLANOLAR foi instituído pela Lei nº. 825/1977, objetivando fornecer habitação para famílias de baixa renda, através da doação de lotes pela prefeitura, assim como o fornecimento de material de construção para uma unidade básica e acompanhamento técnico de obra. Desse modo, era fornecida a assessoria capacitada, mas não existia nenhum tipo de controle legal ou técnico, causando irregularidades e inseguranças jurídicas ao longo do processo. (Oliveira e Costa Neto, 2006; Oliveira, 2003; Santo, 2012).

Ainda assim, o programa concebeu a construção de 600 lotes entre 1977 e 1982 em núcleos habitacionais populares já estabelecidos: França, Caribe, Campo Limpo, Gabriela, Aviário, Jardim Icó e Jardim Sucupira. Entre 1983 e 1987 foram construídas 496 unidades por meio do Projeto Mutirão, distribuídas nos núcleos: Aviário, Santo Antônio dos Prazer, Rocinha, Campo do Gado Novo, Campo Limpo e nos distritos de Maria Quitéria, Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (Estrada do Feijão), Jaíba (sede e Mantiba), Humildes (sede e Limoeiro), Tiquaruçu e Jaguará. (Carmo, 2009)

Quadro 3: Conjuntos habitacionais da URBIS e INOCOOP entre 1970 e 1985

Nº	Nome - Nome atual	Ano de conclusão	Tipo	Órgão responsável	Nº de unidades
1	Feira I – Cidade Nova	1969	Casa	URBIS	605
2	Feira II – Cidade Nova	1971	Casa	URBIS	1.207
3	Feira III - Jomafa	1979	Casa	URBIS	570
4	Feira IV	1982	Casa	URBIS	413
5	Feira V – Conj. Arnold Ferreira	1982	Casa	URBIS	630
6	Feira VI – Áureo Filho	1983	Casa	URBIS	530

7	Feira VI – Áureo Filho	1983	Lotes	URBIS	430
8	Feira X – João Durval Carneiro – 1ª etapa	1985	Casa	URBIS	1.807
9	Centenário	1972	Casa	INOCOOP	291
10	Milton Gomes Costa	1977	Casa	INOCOOP	204
11	Antônio Carlos Magalhães	1979	Casa	INOCOOP	178
12	Morada das Árvores	1980	Casa	INOCOOP	270
13	João Paulo	1981	Casa	INOCOOP	410
14	Vale dos Rios	1982	Apartamento	INOCOOP	126
15	Morada do Sol	1982	Casa	INOCOOP	340
16	José Falcão da Silva	1983	Apartamento	INOCOOP	128
17	J.J. Lopes de Brito	1985	Apartamento	INOCOOP	224

Fonte: Santo, 2012.

Durante o período delimitado, a URBIS produziu 6.192 habitações na cidade de Feira de Santana, principalmente na região norte, em torno da BR-116 e da continuação da Avenida Maria Quitéria, atualmente Avenida Fraga Maia, e na região oeste, que não tinha um alto nível de ocupação. Destaca-se entre esses conjuntos, o Feira IV, que foi implantado sobre o Tanque da Nação, impermeabilizado para abarcar as 413 unidades habitacionais ali alocadas, como brevemente discutido no subtópico 5.2.

Os conjuntos da URBIS ofereciam casas com diferentes tipologias (com apenas um cômodo e um banheiro, um ou dois quartos) construídas em alvenaria. Suas vias primárias eram largas, enquanto as secundárias eram estreitas, permitindo a passagem de apenas um carro, tinham esgotamento sanitário pelo sistema de fossas e áreas verdes entre as quadras (similares as unidades de vizinhança de Lúcio Costa) assim como áreas reservadas para lazer e equipamentos públicos (Figura 19) (Santo, 2012).

Figura 15: Imagem de satélite do Conjunto Feira I e Feira II



Fonte: Google Earth, 2023

Também é importante mencionar o Feira VI, que teve um padrão construtivo diferente dos demais, sendo oferecido apenas os lotes. Isso permitiu a livre forma de construção e desmembramento ou junção de lotes, o que proporcionou uma rápida ocupação, intensificado ainda mais ao longo dos anos devido a implantação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), vizinha ao conjunto (Santo, 2012). O Feira VI hoje é popularmente conhecido como “bairro universitário”.

A UEFS surge após a alteração da Faculdade de Educação, que foi criada como uma estratégia do governo de modo a interiorizar a educação, para a Fundação Universidade de Feira de Santana (FUFES) em 1970, estabelecida através da Lei Estadual nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970. Em 1972 tem sua localização alterada para o norte da cidade, em frente a BR-116 N, onde reside até hoje e apenas em 1976 é instalada a UEFS, se tornando um forte polo de atração para aqueles do interior que buscavam a graduação, mas que não tinham condições financeiras de residir na capital, além de fornecer pessoal qualificado de nível superior para trabalhar no município⁵

Por sua vez a INOCOOP, entre 1970 e 1985, produziu 2.171 habitações, menos da metade produzida pela URBIS no mesmo período. Os empreendimentos foram implantados na

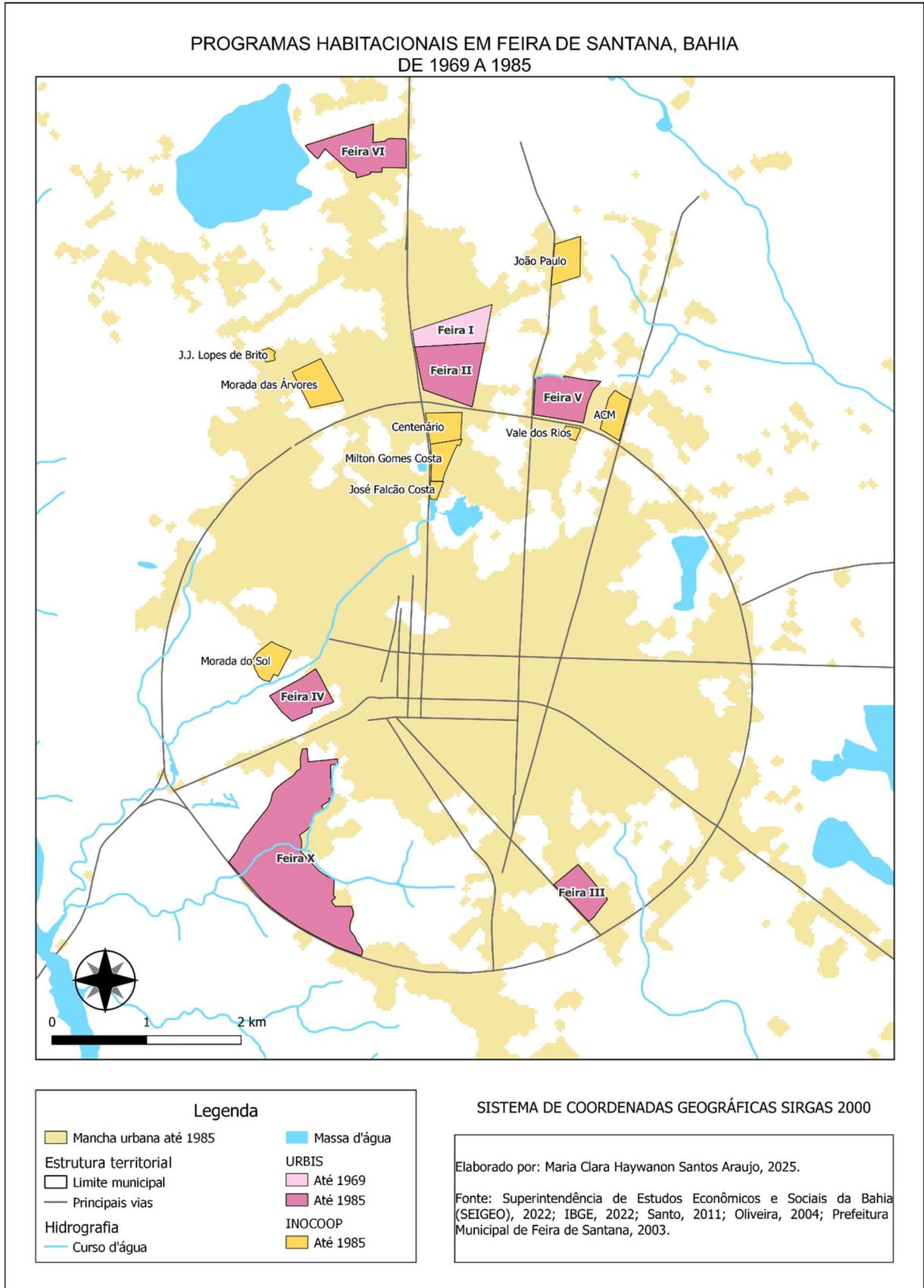
⁵ Informações retiradas da página Nossa História no site oficial da UEFS [s/d]. Disponível em <https://www.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>. Acesso em 04 de abril de 2025.

região norte-nordeste de Feira de Santana, próximos ao Anel de Contorno, a Avenida Fraga Maia e a Avenida Fraga Maia, com exceção do conjunto Morada do Sol, que se localiza na porção oeste da cidade. Santo (2012) identifica que os conjuntos do INOCOOP tem uma melhor infraestrutura, principalmente o acesso a serviços e a malha viária mais bem estruturada.

Ainda, os conjuntos Vale dos Rios, José Falcão da Silva e J.J. Lopes de Brito foram construídos com a tipologia de condomínios de apartamentos, murados (fachadas cegas), de três ou quatro andares, estruturados com quadra de esportes e área de lazer, com 14, 9 e 14 blocos, respectivamente.

O Mapa 5 exhibe os programas habitacionais no período delimitado, se tornando possível observar que tanto a URBIS quanto a INOCOOP implantaram seus programas distantes do centro urbano consolidado, mas, em sua maioria, próximas das principais vias de acesso da cidade. Os programas ocuparam uma significativa área territorial, além de estarem localizados próximos a cursos d'água ou lagoas e que, ao longo dos anos, acabam por impactar negativamente o ambiente natural, poluindo as águas e alterando o regime hídrico devido a impermeabilização. Nesse contexto, destaca-se o conjunto Feira X, com o maior número de unidades habitacionais do programa (3.619 U.H.), implantado na região oeste, próximo ao Rio Jacuípe e sendo atravessado por um de seus afluentes.

Mapa 5: Programas habitacionais até 1985



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O intenso processo de urbanização provocou o crescimento da especulação imobiliária, processo promovido pelos agentes imobiliários de transformação da terra em mercadoria, elevando o valor dos terrenos e transformando as funções tanto das áreas urbanas quanto rurais. Esse impacto também se estendeu aos municípios vizinhos, como Amélia Rodrigues, São Gonçalo dos Campos, Santo Estêvão, entre outros, em áreas próximas a Feira de Santana. Ainda, esse crescimento foi responsável pelo surgimento de novos bairros como o Muchila na porção sudoeste, Novo Horizonte, Papagaio e Parque Ipê ao norte, Mangabeira e Conceição ao nordeste, o SIM e Santo Antônio dos Prazeres a leste, e a sudeste os bairros Santa Mônica, Lagoa Salgada e Subaé. Dentre os bairros citados, todos são populares, exceto o SIM, o Muchila e a Santa Mônica, que abrigam as famílias mais abastadas da cidade. (Freitas, 2014)

Além das políticas públicas de habitação, essa época foi marcada por políticas públicas de infraestrutura, como o Programa de Macrodrenagem (1983), o Sistema Paraguaçu da Barragem de Pedra do Cavalo (1985) e a instalação do maior hospital público do interior do Estado em 1984, o Hospital Geral Clériston Andrade (HGCA)⁶, assim como a abertura de novas vias arteriais: a Avenida Ayrton Senna, que é uma extensão da Avenida João Durval, a Avenida Nóide Cerqueira, que conecta a Avenida Getúlio Vargas com a BR-324 e a conclusão do Anel Rodoviário ou Avenida Eduardo Fróes da Mota. (Góes Filho, 2001)

Cabe ressaltar que, Feira de Santana passa pelo aumento da industrialização nos anos 70 e 80, que diversificou a atividade produtiva e gerou um crescimento intenso populacional e espacial, o que afetou a relação campo-cidade. De maneira a retirar a feira da rua, que ocupava duas das principais avenidas da cidade - cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Senhor dos Passos, e atrapalhava o tráfego durante a segunda-feira, em 1977 é construído o Centro de Abastecimento, e a feira livre (Figura 20) é transferida para o novo local (Lima, 2012).

Depoimentos retirados do jornal Diário de Notícias, em janeiro de 1977, apresentam três diferentes pontos de vista da mudança da feira livre para o Centro de Abastecimento:

Marcelino Pereira, baiano de Santo Amaro, há 16 anos barraqueiro da feira: Meu senhor, isso aqui é uma floresta, tudo que se quiser a gente encontra. Como é que pode acabar com a feira, não vou ficar satisfeito indo para o Centro de Abastecimento, mas o jeito é ir mesmo, ainda não me inscrevi para ter direito a algum lugar para vender [...] – Marcelino Pereira, há 16 anos barraqueiro da feira

⁶ Informações retiradas do site:

<https://www.saude.ba.gov.br/hospital/hgca/#:~:text=O%20Hospital%20Geral%20Cl%C3%A9riston%20Andrade%20%C3%A9%20um%20hospital%20porta%20aberta,e%20alta%20complexidade%20na%20regi%C3%A3o.>
Acesso em 05 de abril de 2025

Enedino Araujo Vitor, feirante, vendedor de calçados: Em primeiro lugar uma mulher de barriga não pode descer ali (Centro de Abastecimento) e uma mulher gorda não pode subir que quebra as velas todinhas. A escada só tem meio palmo de largura. Vou trabalhar em outras feiras e chamar por Deus.

Nelson Vieira Guirra, proprietário da Casa Anel de Ouro, na Avenida Senhor dos Passos: Com a saída da feira e dessa sujeira vamos ficar com o campo mais livre, haja vista que temos maior movimento nos dias de semana que nos dias de feira. Nota-se que mesmo as pessoas evitam vir até o centro, principalmente para fazer compras, nesses dias.

Figura 16: Última feira livre da cidade, em 10 de janeiro de 1977



Fonte: Acervo Antônio Magalhães

Compreende-se então que a feira livre é afastada das ruas da cidade, prejudicando os feirantes que deveriam se inscrever para vender suas mercadorias, ou mudar para outros locais, mais distantes e menos favoráveis aos negócios, priorizando os varejistas e o comércio estruturado. Eliany Lima (2012, p.95) identifica que com a transferência da feira livre para o Centro de Abastecimento,

E a intensificação da urbanização de Feira de Santana, houve a dispersão das Feiras Livres que passam a ser realizadas em diferentes bairros da cidade. Entre elas, destacam-se quatro, que funcionam há mais de 30 anos, e constituem importantes espaços de troca nos dias atuais. Tratam-se das seguintes Feiras Livres: Estação Nova, situada no bairro Ponto Central; Tomba; Sobradinho e Cidade Nova, localizados em bairros homônimos, respectivamente a sul, noroeste e norte da cidade.

A feira livre da Cidade Nova (na época Feira I e II) se localiza as margens da BR-116 N, se tornando não só uma feira para os moradores de bairros mais distantes do centro,

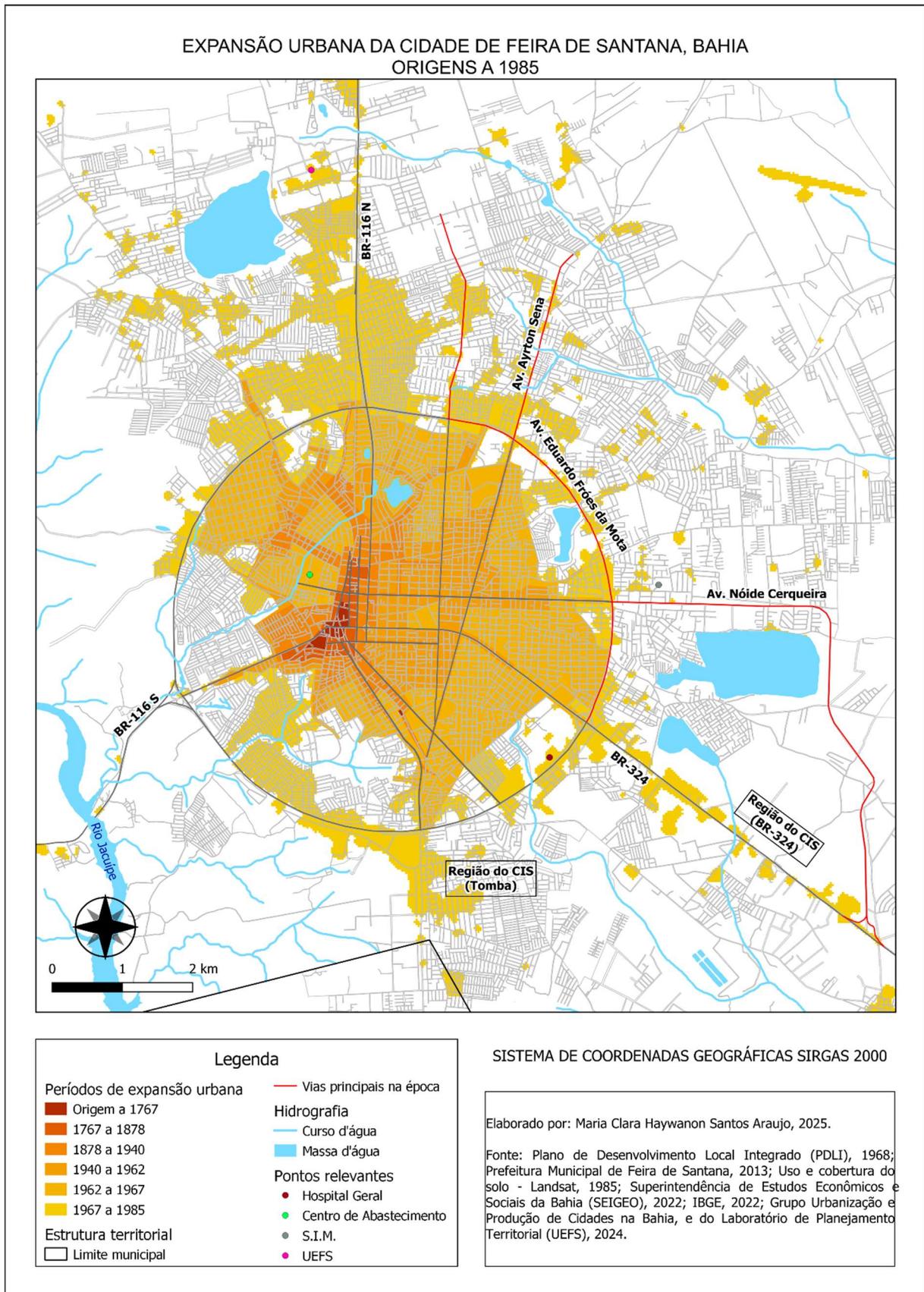
localizados fora do Anel de Contorno, mas também para aqueles que estavam a caminho de outras cidades e estados. A Feira da Estação Nova ocorre ao lado da estação de trem (que deu nome ao bairro Ponto Novo) do ramal que ligava Feira de Santana a Conceição da Feira, criado em 1958 e extinto em 1975, e é, até hoje, a maior feira livre da cidade.

A atividade comercial intensificava cada dia mais, destacando-se a Rua Salles Barbosa, que antes era ocupada pelo movimento da feira livre, passa a se estabelecer, na década de 80, como a feira de camelô, com mercadorias mais baratas do que os do comércio ao redor, muitas vezes contrabandeadas ou falsificadas (Alfaya, 2018).

Esse crescimento urbano e econômico impulsionou o aumento populacional em comparação à década anterior. Segundo o Censo Demográfico (IBGE SIDRA, 1970 e 1980), em 1970, Feira de Santana registrava 187.290 habitantes, dos quais 131.720 viviam na zona urbana. Já em 1980, a população total saltou para 291.504, com 233.905 moradores em área urbana. Foi nesse período que, pela primeira vez na história da cidade, a população urbana praticamente se igualou à total, restando apenas 57.599 habitantes na zona rural.

Considerando as informações expostas nesse subtópico, foi possível traçar a evolução urbana de Feira de Santana até o ano de 1985, representada no Mapa 6. O mapa mostra o avanço da mancha urbana para além do Anel de Contorno, principalmente nas áreas em torno da BR-116 N e BR-324, além da abertura das Avenidas Nóide Cerqueira e Ayrton Senna e de edifícios institucionais como a UEFS e o Hospital Geral, localizados externos ao rodoanel.

Mapa 6: Expansão urbana até 1985



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O mapa de expansão urbana da cidade de Feira de Santana, Bahia, referente ao período de suas origens até 1985, revela transformações significativas no padrão de ocupação do solo, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980. Observa-se que, com a intensificação da industrialização, houve uma aceleração notável do crescimento urbano, refletindo o expressivo aumento populacional registrado pelos censos demográficos, período em que a maioria da população passou a residir em áreas urbanas.

Entre 1967 e 1985, a mancha urbana da cidade expandiu-se de forma considerável, rompendo o limite de crescimento mais compacto das décadas anteriores e avançando de maneira acelerada e dispersa, sobretudo em direção às periferias. Essa expansão foi estruturada principalmente pelas novas infraestruturas viárias, como a finalização do Anel de Contorno e o fortalecimento das rodovias federais BR-116 e BR-324, que tiveram papel fundamental na configuração espacial da cidade. A malha urbana consolidada até 1980, como indicado no mapa, revela uma estrutura que se articula fortemente em torno dessas vias, facilitando tanto o surgimento quanto o desenvolvimento de novos bairros periféricos. Destaca-se também as regiões do CIS (Tombo e BR-324), que apresentam focos de implantação oriundo das indústrias e de loteamentos para os trabalhadores desse setor.

Esse período marca uma ruptura com o padrão de crescimento radial-concêntrico anterior, inaugurando uma configuração urbana mais fragmentada e descontínua. A mancha urbana nesse período não apenas se expandiu, mas também passou a apresentar vazios urbanos, indicando uma urbanização que nem sempre foi acompanhada de infraestrutura adequada. A presença de áreas de vazios entre as manchas mais recentes sugere a ausência de um planejamento integrado, revelando as dificuldades históricas da cidade em ordenar seu crescimento de maneira equilibrada. Ainda assim, a expansão ao longo dos principais corredores viários demonstra a importância das vias estruturadoras na definição da ocupação do solo, configurando uma cidade cada vez mais dependente do transporte rodoviário e da lógica de expansão linear.

Paralelamente, intervenções urbanísticas importantes moldaram o espaço urbano, como a transferência da tradicional feira livre do centro para o Centro de Abastecimento, em 1977. Esse deslocamento alterou significativamente a dinâmica urbana ao retirar a feira das avenidas centrais, como a Getúlio Vargas e a Senhor dos Passos, favorecendo a reorganização do comércio formal no centro tradicional e impulsionando o surgimento de novos polos comerciais em bairros mais afastados, como Estação Nova, Sobradinho, Tombo e Cidade Nova.

Além disso, a crescente importância econômica regional de Feira de Santana estimulou ainda mais a formação de novos bairros além do centro, com destaque para a atuação de políticas públicas habitacionais, como os projetos da URBIS e da INOCOOP, que impulsionaram a urbanização dessas áreas. Esse movimento é perceptível pela ocupação mais densa nas áreas próximas ao centro e pela multiplicação de novos loteamentos nas zonas periféricas.

Em suma, o mapa ilustra a como complexa articulação entre processos econômicos, dinâmicas populacionais e intervenções urbanísticas tratadas nesse tópico moldaram a expansão de Feira de Santana até meados da década de 1980. O crescimento acelerado para além do Anel Rodoviário, a consolidação da malha viária e as mudanças nos fluxos comerciais configuraram uma cidade em processo de reestruturação territorial: de uma urbanização mais compacta para um modelo de crescimento disperso, fragmentado e dependente das infraestruturas viárias. Essa transformação é fundamental para compreender as bases da configuração urbana atual da cidade, marcada por desafios relacionados à mobilidade, ao acesso aos serviços urbanos e à integração dos territórios periféricos.

Sintetizando o subtópico, entre 1970 e 1985 Feira de Santana vivenciou um intenso processo de urbanização e industrialização, impulsionado pelo regime militar e políticas públicas de desenvolvimento. A cidade se transformou economicamente com a implantação de um polo industrial microrregional, o Centro Industrial Subaé (CIS), e a criação de novos conjuntos habitacionais pela URBIS, como os conjuntos Feira I a Feira VI, movimentaram a indústria da construção civil, com ambos contribuindo para o crescimento populacional (aumento da população urbana de 77,58% entre 1970 e 1980) e a diversificação econômica. A industrialização atraiu migrantes, especialmente de estados vizinhos e do interior da Bahia, modificando o perfil da cidade, que passou a concentrar não apenas indústrias de bens de consumo, mas também de insumos para outras atividades produtivas. Ao mesmo tempo, políticas públicas como a construção de infraestrutura viária e a instalação de grandes equipamentos, como hospitais e universidades, foram fundamentais para sustentar essa expansão. A mancha urbana se espalhou, especialmente ao longo de rodovias como a BR-116 e BR-324, promovendo uma urbanização fragmentada e desordenada dentro do polo regional.

5.5. De 1986 a 1999: A Cidade da Periferia Planejada

Em 1985 ocorre o fim da Ditadura Militar no Brasil, que entra em um processo de redemocratização com as primeiras eleições diretas para presidente em 1989. O país enfrentava resultados desfavoráveis a política desenvolvimentista, e adota então o modelo neoliberal, no qual o Estado tem mínima interferência na economia. Em 1990, o Presidente Fernando Collor instala o Plano Collor, na tentativa de controlar a hiperinflação, mas que criou uma profunda recessão, e que só foi estabilizada em 1994 com o Plano Real, promovido pelo Presidente Itamar Franco. (Vicentino e Gianpaolo, 2013)

Um dos marcos desse período é a descontinuação do BNH em 1986, o que gerou uma lacuna na solução dos problemas habitacionais, especialmente na construção de novas moradias. Foram criados alguns programas alternativos, como o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) e o Pró Moradia, com foco na urbanização de assentamentos precários e regularização fundiária. Todavia, essa urbanização e regularização acabaram agravando os problemas habitacionais, pois o acesso a novas moradias foi restrito, levando ao crescimento de favelas e à precariedade dos serviços de saneamento básico (Cardoso, 2013).

A CEF Econômica Federal (CEF) assumiu as funções do extinto BNH, ampliando seu domínio com a redução da intervenção estatal na política habitacional — um movimento alinhado ao ideário neoliberal, que ganhou força a partir do governo Collor (1990) e se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995). Assim, até o final da década de 1990, a CEF deu continuidade a projetos iniciados por outras entidades, no caso de Feira de Santana, como a URBIS, nos conjuntos Feira IX e Feira VII, além de atender empreendimentos problemáticos, como o conjunto Viveiros, que é localizado próximo ao Rio Jacuípe.

Essas transformações, especialmente a absorção de projetos incompletos ou deficitários, fizeram com que a instituição passasse a evitar financiamentos de maior risco ou voltados para a população de baixa renda, contribuindo para a queda nacional na produção de habitação popular. Nesse contexto, a CEF priorizou uma clientela de maior poder aquisitivo, atendendo principalmente a residenciais organizados por empresários.

Posteriormente, em 1999, foi criado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que permitia o subsídio direto ao financiamento habitacional por meio de recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União (OGU), integrados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O programa destinava-se a famílias com renda entre três e seis salários mínimos e seguia

um formato de distribuição de recursos baseado em projetos apresentados por empresas do setor imobiliário e aprovados pela CEF (Cardoso et al., 2017).

O programa foi criado com o objetivo de atender a necessidade por moradia da população de baixa renda através do arrendamento residencial com a opção de compra, sendo considerada flexível pela facilidade de desistência do imóvel a qualquer momento. Bonates (2007, p.99) escreve que,

Em resumo, o PAR é uma forma diferente de financiamento da casa própria, em que o morador não é o proprietário, como acontece com os financiamentos convencionais, embora haja a possibilidade de a propriedade privada efetivar-se no fim do tempo contratual estabelecido. Essa contradição– ideologia da casa própria, sem a casa ser própria– é o que diferencia esse programa dos demais, no contexto da política habitacional

Em Feira de Santana, a URBIS continua a sua atuação até 1995 com o Feira VII, que foi absorvido pela CEF, como já foi citado no tópico anterior e a INOCOOP atua até o ano de 1992. A CEF começa a sua atuação a produzir habitação a partir do ano 1997 (desconsiderando os “Feiras”), como demonstrado no Quadro 4. (Carmo, 2009; Santo, 2012)

Quadro 4: Conjuntos habitacionais da URBIS, INOCOOP E CEF entre 1986 a 1999

Nº	Nome - Nome atual	Ano de conclusão	Tipo	Órgão responsável	Nº de unidades
1	Feira X – João Durval Carneiro – 2ª etapa	1986	Casa	URBIS	1.814
2	Feira IX	1990	Casa	URBIS/CEF	1.400
3	Feira VII – Elza Azevedo	1995	Casa	URBIS/CEF	1.600
4	Parque das Acácias	1989	Apartamento	INOCOOP	210
5	Parque Cajueiro	1991	Apartamento	INOCOOP	360
6	Parque Lagoa Grande	1992	Apartamento	INOCOOP	640
7	Luiz H. Prisco Vianna	1992	Apartamento	INOCOOP	168
8	Francisco Pinto	1987	Casa	CEF	517
9	Homero Figueiredo	1990	Casa	CEF	501
10	Oyama Figueiredo	1990	Casa	CEF	161
11	Luciano Barreto	1991	Casa	CEF	236
12	Viveiros	1991	Casa	CEF	1.720

13	Arco-Íris	1991	Casa	CEF	499
14	Alvorada	1991	Casa	CEF	500
15	Chácara Mangabeira	1993	Casa	CEF	90
16	Terra do Bosque	1993	Casa	CEF	70

Fonte: Santo, 2012; Carmo, 2009.

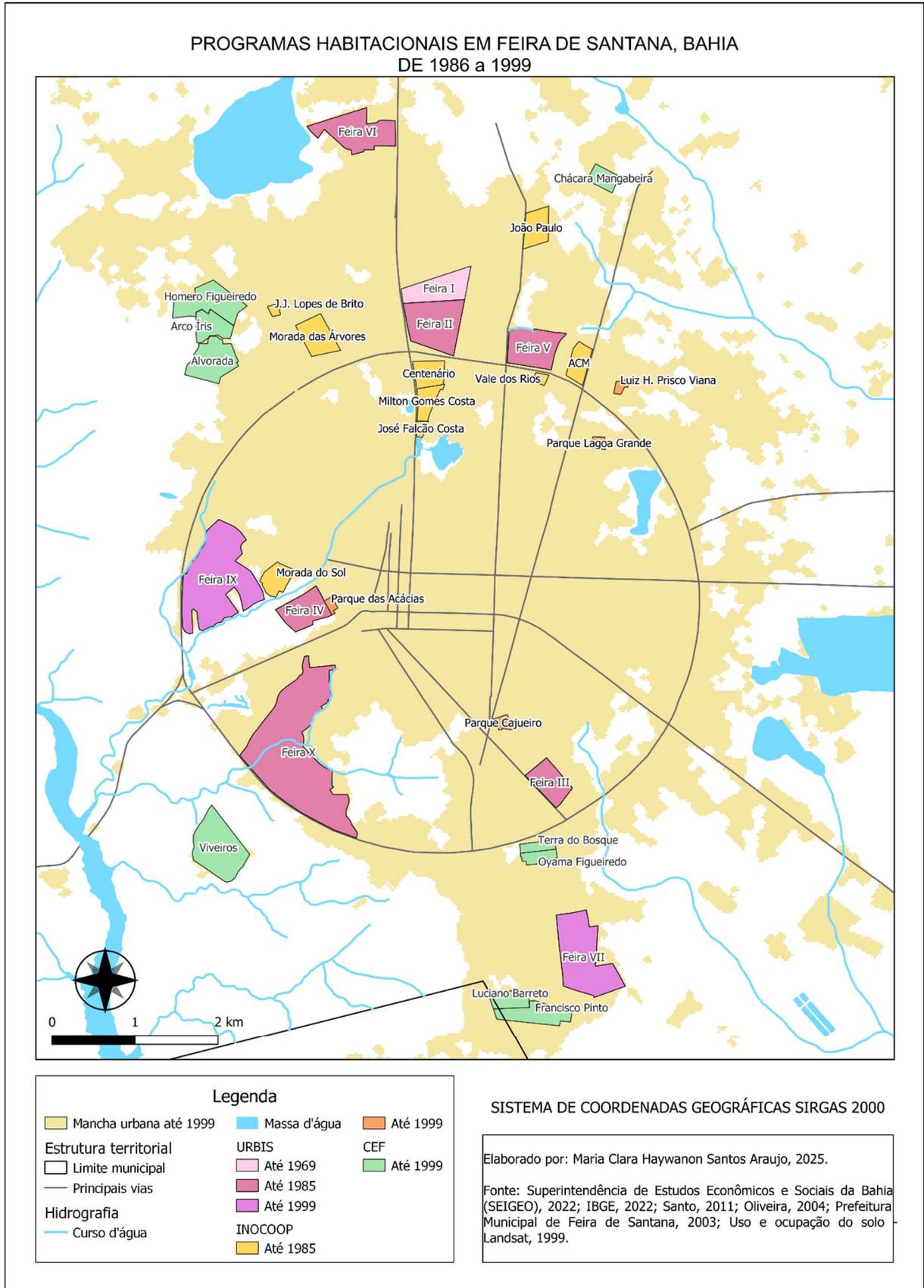
Durante o período delimitado, a URBIS e a URBIS/CEF produziram 4.814 habitações, número considerável para apenas três conjuntos habitacionais, enquanto a INOCOOP produziu 1.378 habitações, menos do que no período anterior. A CEF implantou nove empreendimentos durante os 13 anos especificados, com um total de 4.294 unidades habitacionais (desconsiderando os que foram absorvidos da URBIS).

Santo (2012, p.174) explica que as residências implantadas pela CEF não apresentavam um padrão tipológico, variando sua forma e “segundo uma lógica determinada pelo mercado, já que suas nuances estavam nas mãos de empreendedores imobiliários que visavam atingir uma população mais exigente.”

Desse modo, o Mapa 7 exhibe os programas habitacionais no período delimitado, onde pode ser observado o processo de implantação dos conjuntos e residenciais, que ultrapassaram significativamente o núcleo central da cidade, espalhando-se em direção às áreas periféricas, especialmente ao longo das principais vias de circulação, desconectada da malha urbana já consolidada. Esta dispersão reflete a lógica de ocupação daquele período, marcada pela valorização de grandes extensões de terra para projetos habitacionais, ainda que distantes dos centros de emprego e de serviços.

A leitura do mapa permite compreender que, entre os anos 1986 a 1999, os programas habitacionais foram agentes fundamentais de indução da expansão urbana, impulsionando o crescimento horizontal da cidade, acentuando a fragmentação do espaço e consolidando a formação de uma periferia planejada, que, ainda que organizada, enfrentava dificuldades para se articular com o centro urbano.

Mapa 7: Programas habitacionais até 1999



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No setor norte, destacam-se os conjuntos Feira VI, Feira I, Feira II e Feira V, que seguem o padrão de ocupação periférica, próximos às principais rodovias de acesso. Na porção sul do município, encontram-se os conjuntos Feira III, Feira VII e, mais afastados, Feira IX e Feira X, evidenciando uma tendência de adensamento na direção sudoeste, próxima a cursos d'água, região onde o tecido urbano ainda se mostrava em processo de consolidação no final dos anos 1990.

Diferentemente dos empreendimentos da URBIS, mais presentes nas franjas da cidade, os projetos vinculados à INOCOOP em sua maioria ocuparam áreas estratégicas, próximas às principais vias e a regiões de expansão urbana planejada, e refletiam uma proposta de habitação voltada para a classe média, buscando melhor integração à infraestrutura urbana existente. Já a CEF, como principal agente financiador da habitação popular, fomentou a construção de unidades em zonas periféricas, contribuindo para a organização do crescimento urbano de forma dispersa. Apesar dessas diferenças, tanto a INOCOOP quanto a CEF foram fundamentais para diversificar as tipologias de moradia ofertadas durante o período, ampliando o acesso à casa própria para distintos segmentos sociais e consolidando novas centralidades no território feirense.

Por sua vez, PLANOLAR inicia a construção de 4.286 lotes entre os anos 1988 e 1992 (Quadro 5). Vale lembrar que a implantação desses lotes ocorreu em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura básica ou ordenamento dos loteamentos e das vias, e que a grande maioria foi locado na periferia da cidade (fora do Anel de Contorno), em assentamentos subnormais.

Quadro 5: Lotes distribuídos pelo PLANOLAR entre 1988 e 1992

Localização dos lotes	Nº de unidades
Aviário	359
Tomba	82
São João do Cazumbá	48
Alto do Papagaio	318
Jussara	309
Gabriela	195
Baraúna/Galiléia	198
Mangabeira I	193

Agrovila	336
Queimadinha	82
SIM	15
Rocinha	217
Novo Horizonte	96
Santo Antônio dos Prazeres II	123
Campo Limpo I, II, III	53
Jardim Acácia	50
Rua Nova	57
Conjunto Morada das Águas	19
Conjunto Morada das Árvores	10
Conceição	18
Conjunto Amazonas	176
Alto de Santana	63
Campo do Gado Novo	38
Arco Íris	683
Distritos	263
Lotes avulsos	285

Fonte: Carmo, 2009

Em paralelo ao avanço dos programas habitacionais no município e de loteamentos irregulares, crescia também os movimentos populares pela busca de moradia, entre eles o mais famoso: a ocupação do campo de aviação. Liderados por George Américo, na época com 26 anos e conhecido como o “rei das invasões”⁷, a população organiza-se para, em 1987, ocupar a área do antigo campo da aviação, localizada no bairro Campo Limpo. Freitas (2014, p. 281) afirma que esse é o “primeiro registro de uma ocupação guiada por movimentos sociais em Feira de Santana”, local posteriormente nomeado Conjunto George Américo.

⁷ George Américo era um antigo membro de movimentos estudantis, líder do Movimento Sem-Teto e ex-funcionário da prefeitura, demitido por organizar e liderar vinte e uma ocupações em Feira de Santana. Foi assassinado em 05 de maio de 1988, e até hoje o seu assassino não foi identificado. Informações retiradas do site: <https://tribunafeirense.com.br/noticias/37189/george-americ-e-a-ocupacao-do-antigo-campo-de-aviacao> Acesso em 05 de abril de 2025

O déficit de moradias para as camadas de baixa renda, o rápido grau de urbanização e de migração, assim como o descaso com a área que não era ocupada, promoveram a tomada das terras pela população. O movimento recebeu apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Católica, Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON), Movimento de Organização Comunitária (MOC) e diversas Associações de Moradores de Bairros. O prefeito da época, José Falcão da Silva se posicionou contra a ocupação. (Freitas, 2014)

Aproximadamente cinco mil pessoas, munidas de picaretas, enxadas, pás e outros utensílios, [ocuparam] (...) a área onde funcionava o antigo Campo de Aviação, no bairro do Campo Limpo, liderado pelo presidente da Associação dos Sem-Tetos, George Américo (...). O prefeito José Falcão da Silva enviou um carro de som até o local para pedir que os invasores se inscrevam no Planolar (...) (JORNAL FEIRA HOJE, 29/11/1987, p. 1, *apud* Freitas, 2014).

Ao longo dos anos, a ocupação cresce e se torna o que Caldas (1989) qualifica como bairro *de facto* (possui linhas de ônibus local e infraestrutura, mas ainda pertence ao bairro Campo Limpo), e se estruturou a partir da ação planejada para a construção do espaço urbano, contando com técnicos (escritório de engenharia), políticos, a Associação dos Sem-Teto e o Movimento de Organização Comunitária (MOC). Foi feito um projeto com lotes regulares, quadras retangulares de tamanhos iguais e alinhamento das ruas, e confirmando o papel dos grupos excluídos como agentes modificadores do espaço urbano (Figura 21).

Figura 21: Imagem de satélite do Conjunto George Américo



Fonte: Google Earth, 2023.

Considerando o significativo adensamento espacial (24.235 unidades apenas dos programas habitacionais, desde o início de sua implantação) e o crescimento urbano acelerado da cidade, foi realizado a revisão do PDLI em 1990 e implantado o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM) através da Lei nº. 1.614 de 1992, de maneira a adequar o estudo anterior as necessidades da década em questão, principalmente questões tributárias, administrativas e tributárias, assim como se adequar ao que foi determinado pela Constituição de 1988. Dessa forma, são efetivadas as Leis nº. 1.515/1991 e nº. 1.612/1992, que se referem à criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e ao Código de Meio Ambiente, e a Lei nº 1.615/92 que se refere ao ordenamento do uso e ocupação do solo. (Macário, 2013; Santo, 2012)

A Lei nº. 1.612/1992 institui em seu artigo 16 as duas áreas: Área Sujeita a Regime Específico (ASRE), separada nas categorias Áreas de Preservação dos Recursos Naturais (APR) e Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP); e a Área de Proteção Ambiental (APA), que abarca as áreas de 300 metros das margens do Rio Jacuípe, do Rio Pojuca e do Rio Subaé.

Comparada com a década anterior, o Censo Demográfico de 1991 (IBGE SIDRA, 1991) registrou um crescimento populacional de 39,44%, contabilizando 406.477 habitantes, dos quais 349.557 residiam na zona urbana. Esse expressivo aumento não apenas confirma a continuidade do processo acelerado de urbanização em Feira de Santana, como também evidencia a tendência de esvaziamento das áreas rurais. A maior concentração populacional na cidade pressionou ainda mais a malha urbana existente, exigindo investimentos em infraestrutura, habitação, saneamento e serviços públicos. Tal crescimento demográfico consolidou Feira de Santana como um importante polo regional, mas não foi tão expressivo na mancha urbana, ou seja, a população se adensou, mas não se espalhou de maneira significativa pelo território, exceto na região Sul, onde a mancha urbana ultrapassa os limites municipais de Feira de Santana com São Gonçalo dos Campos.

Nesse contexto de expansão urbana e reestruturação econômica, também se intensificaram as disputas pelo uso do espaço urbano central. As transformações físicas da cidade refletiam não apenas o crescimento populacional, mas também os conflitos entre diferentes agentes urbanos. No setor comercial, um episódio marcante foi a retirada dos camelôs da Rua Sales Barbosa, em 1995, por pressão dos lojistas, que alegavam prejuízos ao comércio formal, como a obstrução do acesso às lojas e a desorganização do espaço público. No ano seguinte, os ambulantes foram transferidos para a Praça Presidente Médici — antiga estação

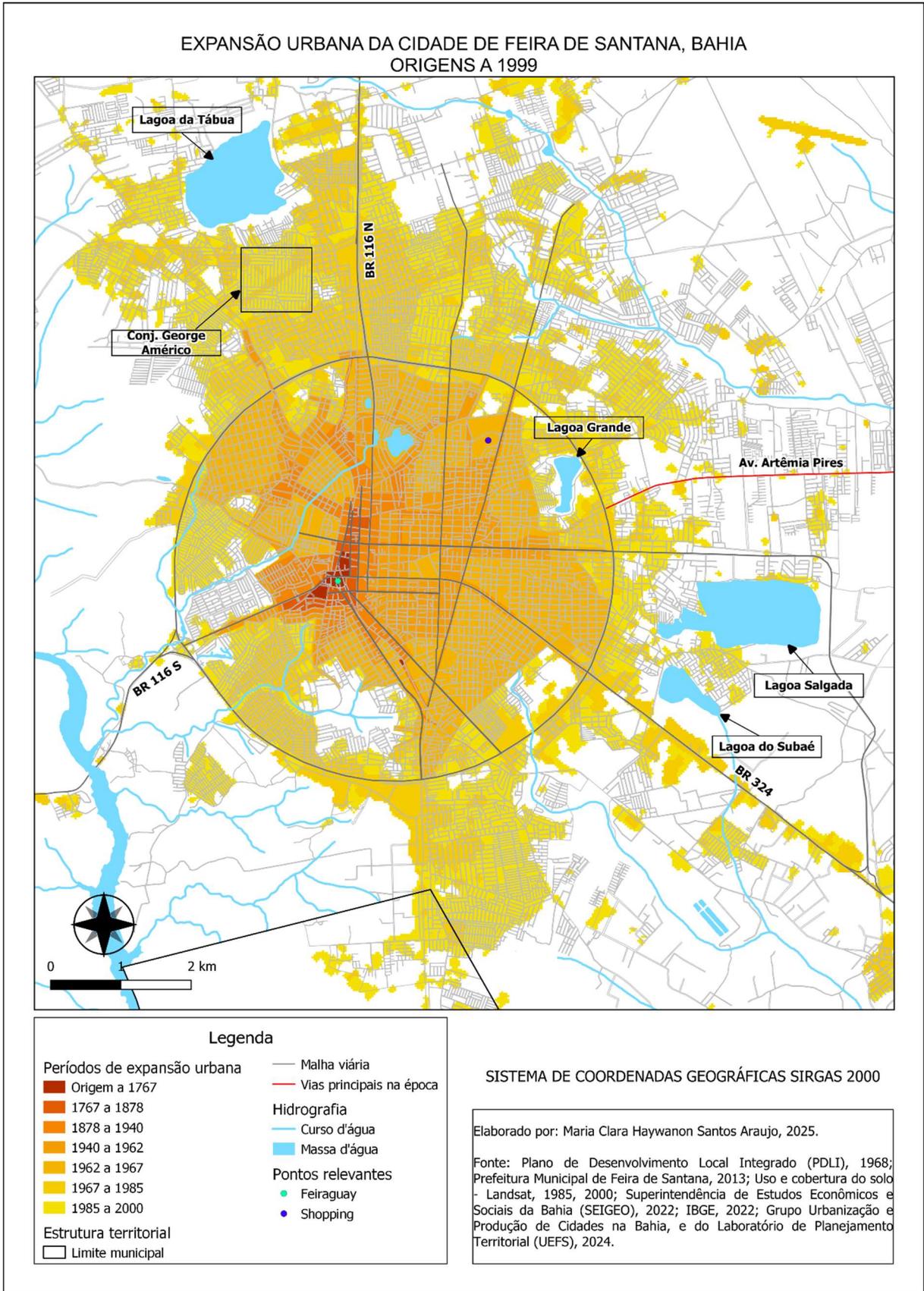
ferroviária, localizada atrás da Igreja Matriz —, em uma tentativa de reorganizar o comércio informal no centro da cidade, e passou a ser chamado de Feiraguay (Alfaya, 2018). O setor terciário ganhou novo impulso com a implantação do Shopping Iguatemi, posteriormente renomeado para Shopping Boulevard. Esse novo espaço, segregado do comércio tradicional do centro, alterou significativamente a dinâmica dos bairros vizinhos, como Caseb e São José, promovendo uma intensa valorização da terra urbana. Tal processo reforça a análise de Carlos (2011), que aponta a localização como um fator decisivo na formação dos preços no espaço urbano, sobretudo quando áreas passam a dispor de equipamentos, centros comerciais, infraestrutura e outros atrativos.

Durante o período analisado, observa-se que as classes mais abastadas abandonam suas moradias no centro da cidade, buscando áreas afastadas da ocupação desordenada e do adensamento dos fluxos urbanos. Apesar dessa movimentação, esse grupo permaneceu, em sua maioria, dentro do Anel de Contorno em bairros como Capuchinhos e Santa Mônica, onde a acessibilidade e a infraestrutura eram superiores às dos bairros periféricos. Uma exceção era o bairro SIM, que começava a receber grandes condomínios horizontais destinados à classe alta, mas apresentava deficiências de infraestrutura, especialmente na drenagem de águas pluviais e no esgotamento sanitário, realizado por fossas (Macário, 2013).

Essa redistribuição espacial das classes sociais também se relaciona ao papel das cidades médias na rede urbana. Segundo Corrêa (2007), a identidade dessas cidades está ligada à sua função como nós de ligação entre centros urbanos de diferentes portes, prestando serviços a uma área de influência mais ampla. Feira de Santana exemplifica essa configuração, atuando como polo para municípios vizinhos ao oferecer serviços e produtos que impulsionam o deslocamento de milhares de pessoas em busca de hospitais, universidades e centros comerciais. Além disso, Sposito (2001) destaca o consumo como fator essencial nesse fluxo populacional, fortalecendo as cidades médias como polos regionais de desenvolvimento.

Com o tempo, os bairros situados dentro do Anel de Contorno passaram a concentrar investimentos públicos e privados, atraindo serviços, comércios e equipamentos urbanos de qualidade, além de infraestrutura adequada de saneamento básico (Macário, 2013). Como resultado, consolida-se uma estrutura urbana concêntrica, marcada pela desigualdade e segregação socioespacial, onde os moradores dessas áreas centrais possuem, em geral, melhores condições de acesso às oportunidades urbanas. O Mapa 8, a seguir, ilustra a expansão da mancha urbana e destaca a Avenida Artêmia Pires, que conecta o centro ao bairro SIM.

Mapa 8: Expansão urbana até 1999



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O processo de expansão urbana da cidade de Feira de Santana, de 1985 a 1999, mantém o padrão de expansão urbana estabelecido no período anterior, configurando um espraiamento territorial que ocorre devido a intervenção estatal direta em habitação popular, com a predominância de políticas habitacionais orientadas pelo mercado. Surge nesse contexto um crescimento desordenado, marcado pela proliferação de ocupações espontâneas e loteamentos irregulares, sobretudo nas zonas sul e sudoeste da cidade, evidenciando a precarização das condições de moradia.

Em termos ambientais, o mapa evidencia cursos d'água e massas hídricas que foram, ao longo do tempo, alvos de políticas de preservação, como a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Município e o Código Ambiental de 1992. Contudo, a expansão urbana acelerada e desordenada pós-1985 frequentemente desconsiderou essas restrições, comprometendo parte desses recursos naturais, em especial a Lagoa Grande e afluentes do Rio Jacuípe, completamente cercada por construções.

A análise conjunta do mapa e da documentação histórica revela que a expansão urbana de Feira de Santana até o ano 2000 resulta da interação complexa entre políticas públicas, dinâmicas econômicas regionais, movimentos sociais por moradia e a reestruturação produtiva neoliberal. O processo evidencia uma transição de uma urbanização compacta e relativamente controlada para uma cidade de expansão periférica, heterogênea e socialmente desigual.

Em síntese, durante o período de 1985 a 1999, o crescimento urbano de Feira de Santana foi afetado por fatores históricos nacionais, como o fim da Ditadura Militar e a adoção do modelo neoliberal no Brasil, que reconfiguraram as políticas habitacionais ao reduzir a intervenção estatal direta. Economicamente, a substituição do BNH pela CEF, aliada ao encolhimento dos investimentos públicos em moradias populares e à priorização de empreendimentos voltados à classe média, refletiu a lógica de mercado, favorecendo o setor privado e ampliando a desigualdade no acesso à habitação. O aumento populacional, registrado em 39,44% entre 1980 e 1991, pressionou ainda mais a malha urbana, exigindo novas infraestruturas e serviços, enquanto movimentos sociais, como a ocupação do Campo de Aviação, evidenciaram a luta das camadas populares por moradia. Do ponto de vista morfológico, a cidade expandiu-se horizontalmente em direção às periferias, com loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais desconectados da malha urbana consolidada e o fortalecimento de novas centralidades, promovendo um padrão de crescimento disperso e fragmentado, marcado por forte segregação socioespacial.

5.6. De 2000 a 2025: A Metrópole

Com a virada do século e a estabilização econômica alcançada durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Brasil consolidou a adoção de políticas neoliberais, expressas nas reformas da previdência, administrativa e no processo de privatizações. Essas medidas impulsionaram a acumulação ampliada de capital, que, a longo prazo, resultou na concentração de riquezas e na exclusão social. Nesse contexto, o país passou a se adaptar à nova realidade econômica mundial: a globalização, que favoreceu sua integração ao mercado internacional e impulsionou o crescimento do mercado interno, com o objetivo de conter a inflação e aumentar a eficiência industrial. (Vicentino, Gianpaolo, 2013).

É também no final do governo de FHC que é aprovado o Projeto de Lei nº. 5.788, que se iniciou no ano de 1990, em resposta ao capítulo da política urbana da Constituição que previa diversos instrumentos para garantir, em âmbito municipal, o direito a cidade, a defesa da função social da cidade e da propriedade e da democratização da gestão urbana. Então, após a luta de diversos profissionais pela reforma urbana, que em 10 de outubro de 2001 é sancionada a Lei nº 10.257, mais conhecida como Estatuto da Cidade. (Rolnik, 2002)

Com o início do governo Lula em 2002, que manteve a linha econômica neoliberal, controlando a inflação e o juros, o país passa por uma série de reformas sociais, buscando aumentar o poder de compra e a qualidade de vida da população, e diminuir as disparidades sociais, como o Bolsa Família e o PROUNI, ambos lançados em 2003, além do aumento do salário mínimo. É também em seu primeiro mandato que o presidente sanciona a Lei nº. 11.124/2005 e Decreto nº. 5.796/2006, que trata do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), e cria, em 2003, o Ministério das Cidades, que se dividia nas secretarias de habitação, transportes e mobilidade, saneamento e programas urbanos. (Cardoso *et al.*, 2017)

É em 2006, no seu segundo mandato, que ocorre uma significativa mudança na política econômica do governo, utilizando de estratégias intervencionistas e aumento dos gastos públicos com programas sociais e transferência de renda. Nesse contexto, em 2007 é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), objetivando o crescimento econômico através do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética, e que foi fundamental para evitar que o país sofresse com a crise econômica mundial de 2008. (Cardoso *et al.*, 2017)

[...] no momento do lançamento do PAC, o Banco Central dá início também a uma redução da taxa básica de juros (ainda extremamente cautelosa, mas relativamente permanente) que procurou viabilizar um melhor desempenho da economia e um maior crescimento do PIB, trazendo impactos sobre o crédito imobiliário. Outro elemento

importante no cenário macroeconômico diz respeito à progressiva redução dos níveis de pobreza e de desigualdade, resultado, por um lado, dos programas de transferência de renda implementados, como o Bolsa Família, e, por outro lado, da elevação real do valor do salário-mínimo. Todos esses elementos são importantes para caracterizar um quadro político mais favorável ao desenvolvimento da política habitacional e à ampliação do financiamento habitacional (Cardoso *et al.*, 2017, p.26)

Na tentativa de mitigar os efeitos da crise foram feitos diversos investimentos, particularmente na atuação da PETROBRÁS e na área de infraestrutura, e na área de habitação foi lançado em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), com o objetivo de reduzir o déficit habitacional do país, estimulando a economia por meio da geração de empregos e renda no setor da construção civil, promover o alcance do mercado habitacional para famílias com renda de até 10 salários mínimos (Cardoso, 2013).

Foi anunciada a meta de construir 1 milhão de moradias utilizando recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio do financiamento da CEF, em parceria com estados e municípios na seleção dos beneficiários (Brasil, 2020). O programa permitia que entidades populares fossem diretamente responsáveis pela gestão dos contratos, organizando as famílias, discutindo os projetos e acompanhando a execução das obras, além de prever a geração de empregos em diversos setores da economia (Amore, 2015)

O programa previu “diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de moradia, considerando a localização do imóvel [...], renda familiar e valor da unidade habitacional” (Brasil, 2020). Para isso, dividiu o atendimento por faixa de renda das famílias: faixa 1, para famílias com renda de até R\$1.800,00; faixa 1.5, renda de até R\$2.600,00; faixa 2, até R\$4.000,00; e faixa 3, com renda de até R\$7.000,00, sendo alteradas ao longo dos anos (Brasil, 2020).

O formato de organização do programa permitiu que as construtoras desempenhassem papel na promoção de habitação para todas as faixas de renda, ao passo que as Entidades foram restritas a atuar apenas na faixa 1. Além disso, os agentes imobiliários assumiram a responsabilidade por todas as etapas, desde a seleção do terreno até a elaboração do projeto arquitetônico, obtenção de licenças e construção do empreendimento, sem qualquer intervenção municipal no processo de adequação às diretrizes urbanísticas (Arantes e Fix, 2009; Amore, 2015).

O Programa alcançou bons resultados quantitativos, pois atingiu a meta de 1 milhão de habitações em dois anos, e entregou mais 6 milhões até o ano de 2021, quando foi desativado, e impulsionou a produção imobiliária no país, além de boa recepção do público, o que o

estabeleceu como uma política urbana nacional (Amore, 2015). Entretanto, recebeu críticas devido à sua forma de operação, que promovia a participação privada na construção de unidades habitacionais, enquanto o poder público era responsável apenas pelo repasse de recursos. Além disso, o programa não estava integrado ao Sistema/Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), que promove o controle e a participação social, nem ao Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que planejava ações públicas e privadas (Bonduki, 2009; Valença e Bonates, 2010).

Podemos sintetizar essas críticas em 8 pontos: (i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido aos setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos; (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação” (Cardoso, 2013, p. 44)

Com o fim do governo Lula e o início do mandato da Presidenta Dilma Roussef, o governo constrói um novo programa econômico, reduzindo os juros e desvalorizando o real, investimentos nos setores industrial e de infraestrutura, entre outros. Entretanto, essas medidas não produzem o resultado esperado, e o país sofre com o aumento da inflação e o aumento dos juros. Apesar de reeleita, a crise econômica se mantém, com a redução do emprego formal e diminuição da renda, além da crise política que se fortalecia com o aumento das denúncias de corrupção, culpabilizando a Presidenta, o que leva ao seu impeachment em 2016. (Singer, 2015; Cardoso, *et. al*, 2017)

Em 2018, Jair Bolsonaro é eleito presidente, e teve sua política econômica liberalista centrada em reformas fiscais e previdenciárias e pela privatização de estatais, e o aumento das taxas de desemprego e inflação, além de cortes de diversos programas sociais (Silva e Texeira, 2022). O governo foi marcado pela pandemia do COVID-19, entre os anos de 2020 e 2022, sendo o segundo país com mais mortes causadas pelo vírus, grande parte desses óbitos ocorrendo devido a recusa do governo de comprar as vacinas⁸.

Também em seu governo, o MCMV é substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), institucionalizado pela lei 14.118/2021, e tem a finalidade de promover o direito à moradia a famílias residentes em áreas urbanas com renda mensal de até R\$ 7.000,00 e a famílias residentes em áreas rurais com renda anual de até R\$ 84.000,00, relacionando o

⁸ Informações retiradas do site: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57286762>. Acesso em: 6 de abril de 2025.

“desenvolvimento econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população urbana e rural.” (Brasil, 2021a)

Apesar de se lançar como um programa de sucesso, prometendo entregar ao menos 200 mil unidades habitacionais na faixa 1, o PCVA excluiu de novos contratos de provisão habitacional as famílias de baixa renda, que recebem até R\$1.800,00/mês, e que correspondem a maior parte do déficit habitacional brasileiro. O PCVA para população mais pobre ocorre apenas com ações de melhorias habitacionais (que podem ir desde uma reforma a um financiamento para colocar reboco na parede) e a regularização fundiária (Balbim, 2020)

O Programa Casa Verde e Amarela não conseguiu atingir sua meta e, por sua vez, arruinou de maneira profunda os avanços da política habitacional brasileira em apenas dois anos de atuação, e causou atrasos à política de direito à cidade, que serão sentidas por muitos anos (Brasil, 2023).

Com a volta do governo Lula em 2023, em fevereiro o Programa Minha Casa Minha Vida foi retomado. De acordo com o Ministério das Cidades (também retomado em 2023), foram encontradas 186 mil unidades habitacionais de Faixa 1 não concluídas no MCMV, sendo 170 mil na modalidade Empresas, Entidades Urbanas e Entidades Rurais, e 16 mil na modalidade Oferta Pública. Desse total, 86 mil estão paralisadas devido a ocupações irregulares, abandono da construtora, pendências de infraestrutura, entre outros (Brasil, 2023).

Sob essa ótica, a Bahia, busca atrair novos investimentos externos sem contar com o apoio do governo federal, e recorre a estratégias fiscais para estimular a entrada de capital no estado. Embora essas medidas tenham obtido êxito no fortalecimento do setor industrial, elas resultaram apenas em uma modesta diversificação da economia baiana. (Pessoti e Sampaio, 2009)

Nesse contexto, a cidade de Feira de Santana intensifica sua economia no setor terciário, tendo em 2020 (IBGE, 2022) o maior PIB do interior do norte-nordeste no setor de comércio e serviços, cerca de R\$ 7 bilhões (7.784.906,71). No setor da indústria ficou em R\$ 2.847.866,63; no setor público R\$ 1.994.076,31 e agropecuária: R\$ 65.591,85. Em relação a Bahia, o município se manteve em terceiro lugar, atrás apenas de Salvador e Camaçari (devido ao polo petroquímico).

O comércio e a indústria aumentam cada vez mais a sua produção, assim como a geração de empregos. De acordo com o RAIS⁹, o mercado formal contabilizou no ano de 2022,

⁹ <http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>

298.450 empregos cadastrados, a maioria atuando nos setores de administração pública, defesa e seguridade social (66,516%), comércio varejista (46,630%), e preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (18,322%). Ainda, a Receita Federal (2024)¹⁰ computou 148.049 estabelecimentos no município, com 49.204 desses pertencendo ao comércio varejista.

Dentre os comércios que cresceram nesse período, destaca-se o Feiraguay, que foi estruturado com um galpão e boxes (lojas) no ano de 2002, e contava, em 2015, segundo a Associação dos Vendedores Ambulantes de Feira de Santana (AVAMFS), com 650 boxes, gerando 1.800 empregos diretos e indiretos (AVAMFS, 2015 *apud* Alfaya, 2018). Apesar do deslocamento dos camelôs da Rua Sales Barbosa para o que hoje é o Feiraguay ainda na década de 1990, muitos permaneceram ocupando a rua até 2021, quando foram removidos pela prefeitura como parte do projeto de requalificação do centro. Essa intervenção priorizou a limpeza e a estética urbana, desconsiderando, contudo, a necessidade de trabalho e sustento daqueles feirantes. Alguns dos camelôs removidos foram deslocados para o Shopping Popular, local onde precisam pagar taxas para atuar¹¹, inaugurado em 2021 com 1.800 boxes, mas que passa por reformas e tem previsão para reabertura em setembro de 2025.

Atualmente, o setor industrial consta com empresas de grande porte, como a Pneus Pirelli, Cervejaria Kaiser, Frigorífico Sadia/Perdigão (grupo BRF), Pepsico (Fabricante Elma Chips, Toddy etc.), Brasfrut Frutos do Brasil e, principalmente, a Nestlé Alimentos, que se instala no município em 2007 e é um de seus maiores geradores de renda.

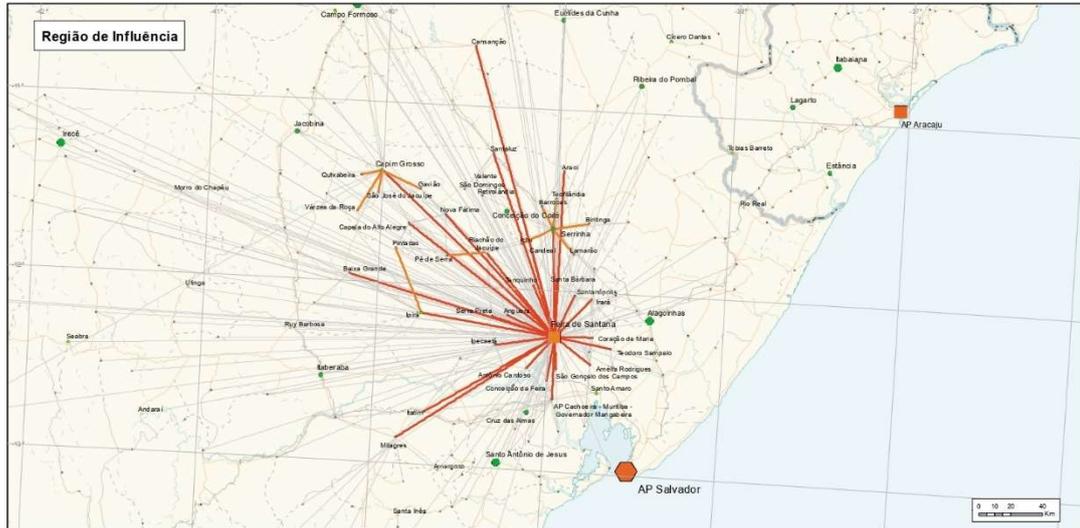
Considerando o crescimento econômico do município, assim como o seu adensamento urbano e potencial de atração em cerca de 40 municípios (PMFS, 2000) (Figura 22), Feira de Santana divulga, em julho de 2000 o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), mas que não é instituído, pois não foram realizadas consultas populares para a sua construção e se restringe a área urbana. Desse modo, não ocorreu a sua efetivação e nem a promulgação de suas sugestões de projeto de lei.

¹⁰ <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>

¹¹ Informações retiradas do site: <https://www.adufsba.org.br/noticia/4674/tentativa-de-expulsao-de-feirantes-das-ruas-de-feira-de-santana-pela-prefeitura-representa-apagamento-cultural-e-historico-do-municipio>

Figura 22: Região de influência de Feira de Santana

Mapa 32 - Feira de Santana (BA) - Capital Regional B (2B)



Características	Região de influência de Feira de Santana (A)	Participação da região de influência de Feira de Santana no Brasil (A/A100) (valor Brasil)	Núcleo do Sude (Feira de Santana) (B)	Participação de Feira de Santana em sua região de influência (B/A100) (%)
População (2018)	1 529 660	0,7	609 913	39,9
Área (km ²)	23 553	0,3	1 304	5,5
Densidade demográfica (hab/km ²)	65	265,1	468	719,9
Cidades	40	0,8	1	2,5
PIB 2016 (1 000 R\$)	22 482 733	0,4	13 107 354	58,3
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	10 607 047	0,4	7 070 541	66,7
Valor adicionado indústria	3 838 220	0,3	2 332 292	60,8
Valor adicionado agropecuária	753 957	0,2	61 212	8,1
Valor adicionado administração pública	4 567 270	0,5	1 659 882	36,3
Impostos	2 716 233	0,3	1 983 427	73,0
PIB per capita (R\$)	14 696	48,9	21 491	146,2
Centros identificados:	Centro Sub-Regional B: Serrinha (BA); Centros de Zona A: Capim Grosso (BA) e Ipirá (BA); Centro de Zona B: Riachão de Jacuípe (BA).			

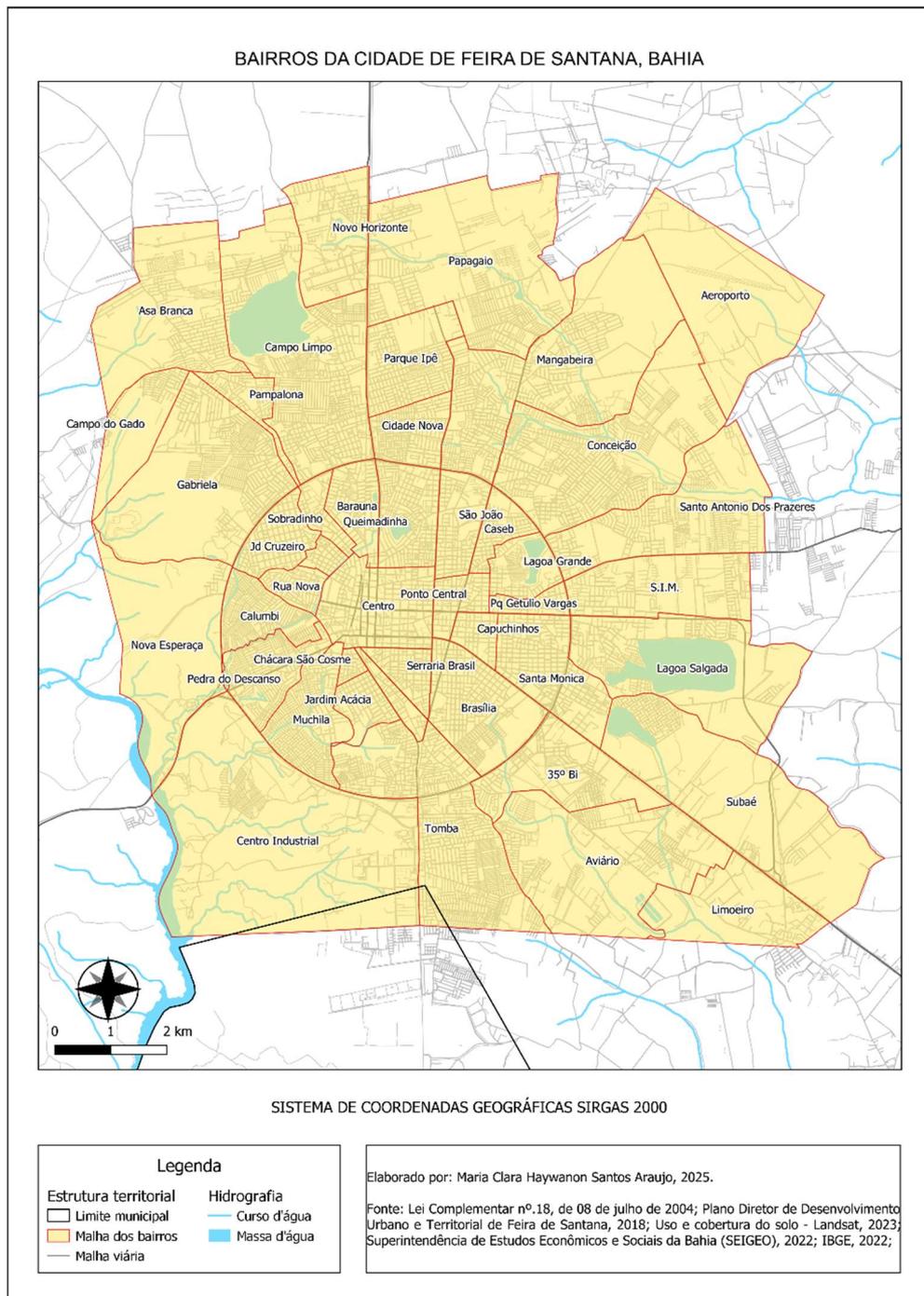
Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018. 2. ÁREAS dos municípios 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutural-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?t=at+acesso=ao-produto>. Acesso em: ago. 2019. 3. ESTIMATIVAS da população residente no Brasil e para as unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=2236761+resultados>. Acesso em: ago. 2019. 4. PRODUTO interno bruto dos municípios 2016. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2019], tab. 5938. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2019.

Fonte: IBGE, 2018

Anos mais tarde, em 2006, devido a determinação do Estatuto da Cidade (2001) que os municípios teriam até cinco anos depois de sua publicação para criar seus planos diretores, o PDDU (2000) é revisado, criando o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Feira de Santana (PDDM), que também não é instituído devido a pouca participação popular, mas que acaba por aprovar novas legislações na esfera ambiental: a Lei Complementar nº. 041 de 03 de setembro de 2009, que altera, modifica, amplia e dá nova redação à Lei nº. 1.612/92, que institui o Código do Meio Ambiente. (Santo, 2012)

Apesar das falhas na efetivação dos planos diretores, os estudos da cidade realizados para esses planos, particularmente o PDDU (2000), promoveram a criação da Lei Complementar nº.18, de 08 de julho de 2004, que define o perímetro urbano e delimita os bairros da cidade de Feira de Santana. A lei identifica 44 bairros (Mapa 9), distribuídos em 5 distritos, e 62 sub-bairros, sendo a maioria desses os conjuntos habitacionais ou assentamentos subnormais/favelas.

Mapa 9: Bairros de Feira de Santana



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O Censo de Favelas e Comunidades Urbanas de 2010 não contabiliza, porém, nenhuma favela no município, e define favela ou aglomerado subnormal como “conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços essenciais”. Entretanto, o projeto sobre Planejamento Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (PEMAS) (Feira de Santana, 2001 *apud* Carmo, 2009) afirma que estão cadastrados no município, até o ano de 2001,

50 assentamentos subnormais, com 23.524 domicílios, sendo 13.610 unidades em favelas e 9.914 unidades em loteamentos irregulares. Habitavam naqueles locais 67.097 pessoas, nas favelas, e 48.876 nos loteamentos irregulares, totalizando 115.973 habitantes.

Por sua vez, o Censo de Favelas e Comunidades Urbanas de 2022 indica que o município de Feira de Santana tem 49 aglomerados subnormais. Esses dados são resultado não de um crescimento exponencial de assentamentos subnormais em apenas doze anos, mas da falha em identificar a situação de precarização dessas comunidades que vivem, a maioria, em loteamentos irregulares, por não estarem localizados em situação de encosta de morros ou de áreas de risco.

No ano de 2012 foi publicada a Lei Complementar nº. 65, que institui o Plano Habitacional de Interesse Social do Município de Feira de Santana, que delimita 84 localidades como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Já em 2013 o Projeto de Lei Complementar nº. 004/2013 redefine os limites interdistritais, delimitando 6 novos bairros em Feira de Santana: Vale do Jacuípe, Pedra Ferrada, CIS-Norte, Mantiba, Registro e Chaparral, que ao serem desligados do espaço rural, se aproximam das oportunidades urbanas da cidade (Freitas, 2014).

É apenas em dezembro de 2018 que as ZEIS são oficializadas, através da Lei Complementar nº. 177, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana (17 anos após a publicação do Estatuto da Cidade, e 26 anos desde o PDDU de 1992). Assim como os outros planos anteriores, a participação social na elaboração desse Plano não foi tão expressiva, apesar da empresa que responsável pela elaboração do anteprojeto de lei afirmar a presença de 106.927 pessoas ao longo do processo, Argolo (2018) identifica que 40 mil foram contatados através de redes sociais, e que apenas 759 se fizeram presentes durante os debates.

No Plano Diretor de Feira de Santana, destaca-se o Título IV – Da Política Municipal de Habitação, que trata especificamente das questões habitacionais. Esse título apresenta um conjunto de diretrizes voltadas para garantir o Direito à Moradia no município. O PDDU de 2018 avança em relação ao plano de 1992 ao instituir princípios e instrumentos jurídicos, como as ZEIS, instrumentos de regularização fundiária, e a fixação de prazos para implementação de algumas políticas.

O plano prevê o uso de diversos instrumentos para a regularização fundiária, conforme disposto no art. 55, como as ZEIS, Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM), demarcação urbanística, legitimação de posse, TRANSCON, assistência técnica gratuita, apoio à usucapião especial e outros. Além disso, no art. 232, inclui instrumentos como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo, Desapropriação com Títulos da Dívida Pública, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Direito de Preferência, Direito de Superfície e Operações Urbanas Consorciadas. A adoção e positivação desses instrumentos representam um avanço para a legislação urbanística local, superando o caráter direcional do Plano de 1992. O novo plano articula as medidas de regularização fundiária às diretrizes que garantem o Direito à Moradia, buscando efetivar esses direitos em conformidade com o Estatuto da Cidade e a Constituição.

Além da estruturação jurídica para a garantia do direito à moradia, a efetivação dessa política em Feira de Santana também ocorreu através da implementação de programas habitacionais. Nesse contexto, destacam-se as ações realizadas pela Caixa Econômica Federal, através do sistema PAR, e pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), conforme demonstrado no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6: Empreendimentos habitacionais pela CEF e MCMV, entre 2009 e 2014

Nº	Nome - Nome atual	Ano de conclusão	Tipo	Órgão responsável	Nº de unidades
1	Luís Eduardo Magalhães	2001	Casa	CEF	219
2	Res. Princesa do Sertão – Ala Norte	2003	Apartamento	CEF	160
3	Res. Princesa do Sertão – Ala Sul	2003	Apartamento	CEF	160
4	Res. Princesa do Sertão – Ala Lestee	2003	Apartamento	CEF	160
5	Res. Jardim	2003	Apartamento	CEF	61

6	Res. São Bartolomeu	2004	Apartamento	CEF	176
7	Res. Santo Expedito	2005	Apartamento	CEF	272
8	Res. Santa Efigênia	2005	Apartamento	CEF	176
9	Viva Mais Feira VII	2010	Apartamento	CEF	220
10	Res. Rio São Francisco	2009	Apartamento	MCMV	120
11	Res. Santa Bárbara	2009	Apartamento	MCMV	380
12	Res. Conceição Ville	2009	Apartamento	MCMV	440
13	Res. Nova Conceição	2009	Apartamento	MCMV	440
14	Res. Vida Nova Feira VII	2009	Apartamento	MCMV	240
15	Res. Vida Nova Aviário 1 – Modulo 1	2009	Apartamento	MCMV	500
16	Res. Vida Nova Aviário 1 – Modulo 2	2009	Apartamento	MCMV	220
17	Res. Rio Santo Antônio	2009	Apartamento	MCMV	224
18	Res. Videiras	2009	Apartamento	MCMV	440
19	Res. Figueiras	2009	Apartamento	MCMV	420
20	Res. Alto do Papagaio	2010	Apartamento	MCMV	320
21	Res. Vida Nova Aeroporto I	2010	Apartamento	MCMV	500
22	Res. Vida Nova Aeroporto II	2010	Apartamento	MCMV	500
23	Vida Nova Aviário III	2010	Apartamento	MCMV	520
24	Res. Jardins das Oliveiras	2010	Apartamento	MCMV	
25	Res. Viver Iguatemi I	2010	Apartamento	MCMV	320
26	Res. Viver Iguatemi II	2010	Apartamento	MCMV	320
27	Res. Viver Iguatemi III	2010	Apartamento	MCMV	360
28	Res. Laranjeiras	2010	Apartamento	MCMV	220
29	Res. Aquarius	2010	Apartamento	MCMV	214
30	Res. Mangabeiras	2010	Apartamento	MCMV	300
31	Res. Ecoparque 1	2011	Apartamento	MCMV	237
32	Res. Asa Branca I	2012	Casa	MCMV	248

33	Res. Asa Branca II	2012	Apartamento	MCMV	248
34	Res. Asa Branca III	2012	Apartamento	MCMV	248
35	Res. Asa Branca IV	2012	Apartamento	MCMV	248
36	Cond. Solar da Princesa III	2012	Apartamento	MCMV	456
37	Cond. Solar da Princesa IV	2012	Apartamento	MCMV	464
38	Vida Nova Aviário 2	2012	Apartamento	MCMV	340
34	Res. Solar das Laranjeiras	2012	Apartamento	MCMV	320
40	Res. Alto do Rosário – Transição	2012	Misto	MCMV	92
41	Res. Viver Parque da Cidade – Transição	2012	Casa	MCMV	79
42	Res. Verde Água	2012	Apartamento	MCMV	240
43	Res. Ecoparque 2	2012	Apartamento	MCMV	224
44	Res. Asa Branca V	2013	Apartamento	MCMV	504
45	Res. Parque da Cidade	2013	Apartamento	MCMV	732
46	Res. Vida Nova Asa Branca	2013	Misto	MCMV	996
47	Res. Viver Alto do Rosário	2013	Misto	MCMV	1.520
48	Res. Vida Nova Aviário 4	2013	Apartamento	MCMV	300
49	Res. Campo Belo	2013	Apartamento	MCMV	888
50	Res. Reserva do Parque	2013	Apartamento	MCMV	632
51	Res. Bela Vista I	2013	Apartamento	MCMV	360
52	Res. Solar da Princesa Aeroporto	2013	Apartamento	MCMV	1.000
53	Res. Ponto Verde	2014	Apartamento	MCMV	400
54	Res. Campo Belo – Habitar do Sertão	2014	Apartamento	MCMV	248
55	Res. Parque dos Coqueiros	2014	Apartamento	MCMV	540
56	Res. Vida Nova Caraíbas	2014	Apartamento	MCMV	728

Fonte: Santo, 2012; Carmo, 2009; Araújo, 2016; CEF, 2018;

Feira de Santana consta com pelo menos 47 empreendimentos do MCMV (Mapa 10), totalizando 21.980 unidades habitacionais, e foram todos construídos fora do Anel de Contorno, com exceção do Residencial Bela Vista I, ao contrário dos condomínios construídos pela CEF, todos internos ao rodoanel. É importante destacar que as informações do MCMV são dados públicos que foram retiradas do site da Caixa Econômica Federal¹², publicados em 7 de abril de 2022. Todavia, a planilha disponibilizada informa apenas o ano até 2018 e identifica que todos os empreendimentos nesse arquivo pertencem a Faixa 1 de atendimento do Programa. Também se faz necessário informar que durante o período de construção dessa monografia, não foi possível identificar dados de programas habitacionais em Feira de Santana após 2018.

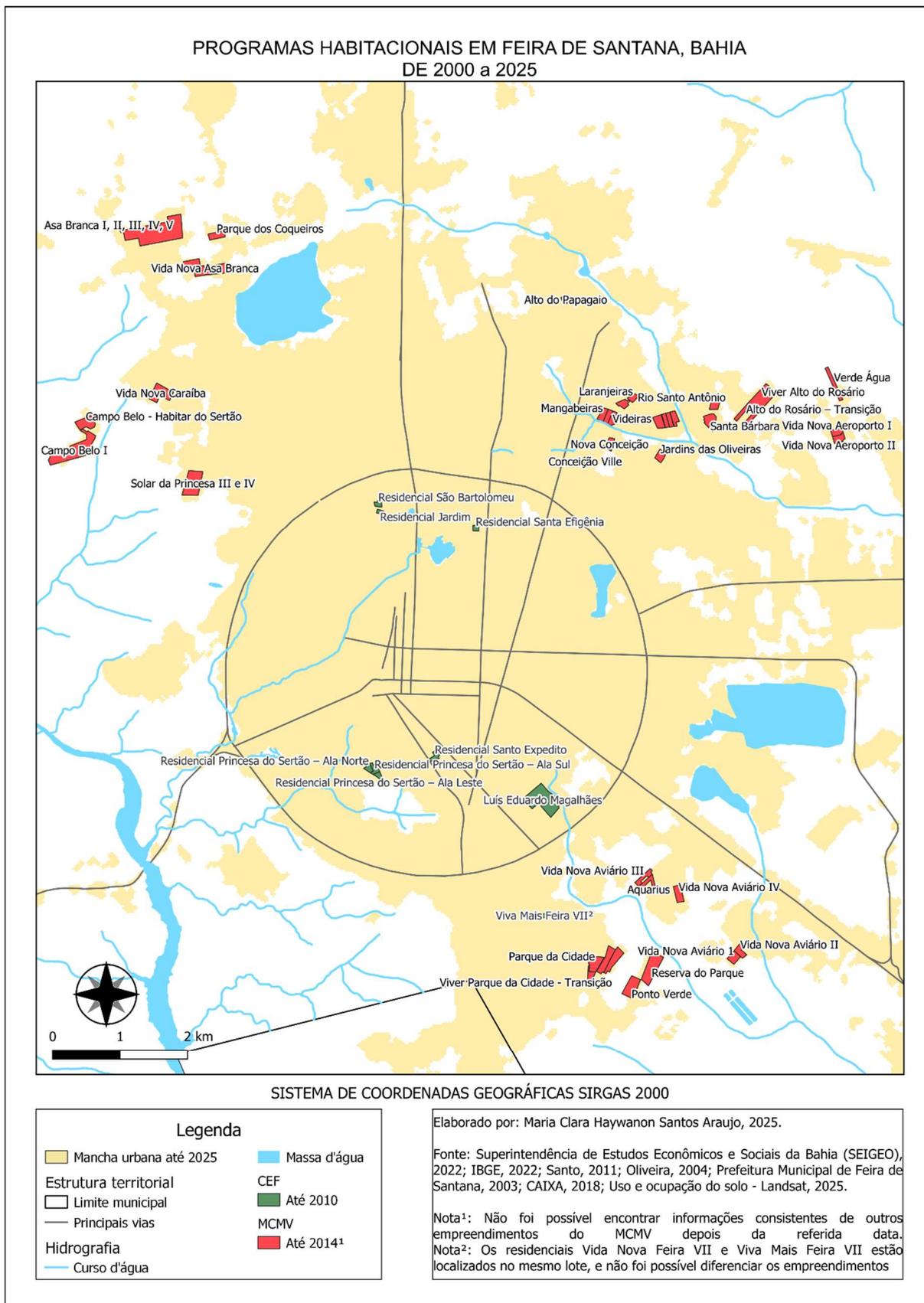
Dentre os empreendimentos listados, apenas dois foram construídos com recursos do MCMV Entidades, o Residencial Mangabeiras e o Residencial Campo Belo – Habitar do Sertão, ambos localizados em bairros periféricos e distantes das oportunidades urbanas. Apesar dessas condições, ambos os residenciais tem proximidade com pontos de ônibus e, no caso do primeiro, tem acesso a comércios e serviços, enquanto o segundo está próximo de uma Escola Municipal de Educação Infantil.

Ainda, apenas dois dos empreendimentos listados é da tipologia de casa, o Residencial Viver Parque da Cidade – Transição e o Residencial Asa Branca I, além dos condomínios Vida Nova Asa Branca, Viver Alto do Rosário e Alto do Rosário – Transição, que apresentam a tipologia mista. Ademais, todos os residenciais utilizam da tipologia de apartamento, apesar da maioria desses ser de apenas dois andares, mantendo o padrão estabelecido pelo Programa ao longo de sua atuação, ou seja: para atingir a demanda por habitações no segmento econômico, opta-se por terrenos mais acessíveis localizados em bairros afastados e carentes de infraestrutura, pela padronização dos projetos e pela verticalização - a multiplicação do solo, isto é, da área construída, é uma solução lucrativa para as construtoras que querem abrigar o maior número de pessoas possível.

Sobre isso, Nadia Somekh (1994, p. 166) sintetiza que, “a oferta de terra urbana é inelástica, no entanto a verticalização ou a produção de loteamentos pode reverter esse caráter. A definição do potencial construtivo é uma forma de produzir intensivamente a terra urbana”.

¹² Os dados podem ser visualizados através do site: [Download de Arquivos | CAIXA](#). Acesso em 06 de abril de 2025.

Mapa 10: Programas habitacionais até 2025



Fonte: Elaborado pela autora, 2025

A tendência de verticalização do MCMV também se fez presente em bairros tradicionalmente ocupados por famílias de classe alta, internos ao Anel de Contorno, como Santa Mônica e Capuchinhos, devido ao intenso processo de adensamento urbano nessa área (Figura 23). Entretanto o crescimento urbano horizontal ainda persiste em Feira de Santana, devido aos condomínios voltados para renda média e alta que utilizam a tipologia de casa nas amplas áreas presentes nos bairros externos ao Anel de Contorno, áreas essas formadas por terrenos de chácaras remanescentes de décadas passadas. (Macário, 2013)

Os bairros situados na zona leste da cidade, como Santo Antônio dos Prazeres, SIM e Lagoa Salgada, apresentam as maiores rendas familiares, assim como as maiores disparidades de renda entre moradores de dentro e fora dos condomínios. Vale destacar que, até o momento, a existência de vastas áreas disponíveis para ocupação tem permitido a expansão horizontal da cidade e reduzido a intensidade da concorrência entre os agentes imobiliários. No entanto, a contínua procura por novos terrenos e as melhorias de infraestruturas realizadas nas áreas tendem a elevar cada vez mais o valor das propriedades.

Figura 23: Vista aérea do bairro Santa Mônica em Feira de Santana



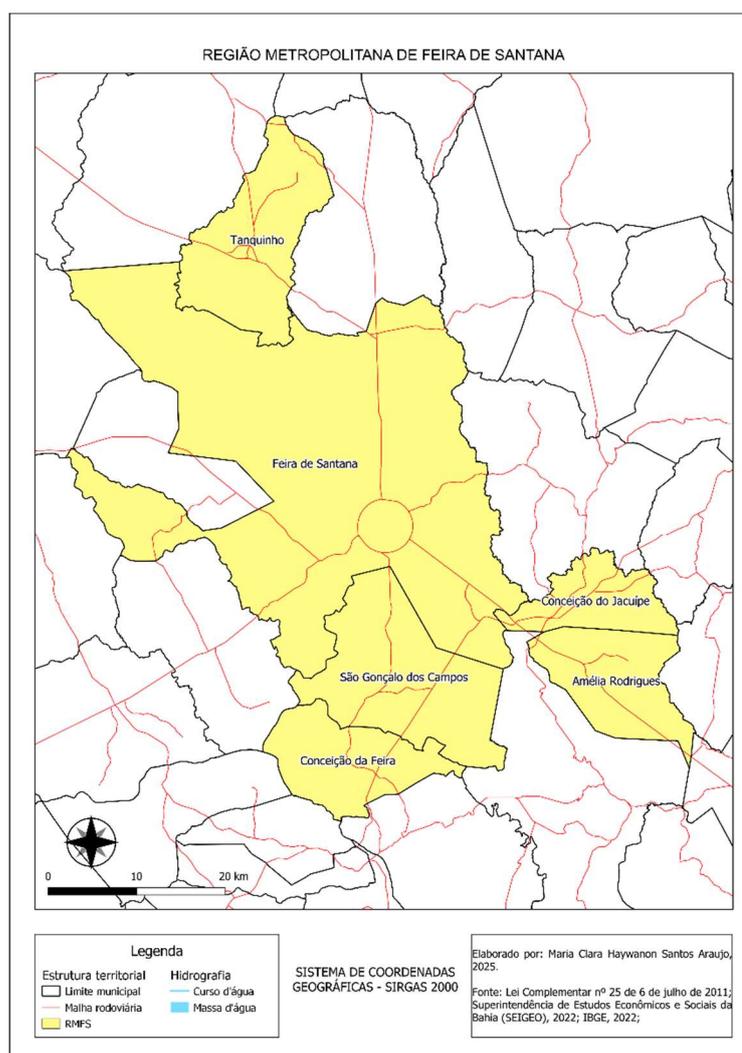
Fonte: Deivid Britto Assessoria Imobiliária, [s/d]

Durante o período delimitado nesse tópico, não foi feita a abertura de nenhuma nova avenida, mas destaca-se a extensão e duplicação da Rua Rubens Francisco Dias, que conecta o bairro Papagaio com a BR-116 N, próximo ao acesso a UEFS e a extensão e duplicação da Avenida Fraga Maia, que se conecta a referida rua. Também foram construídos em 2011 os viadutos que conectam a Avenida Maria Quitéria com a Avenida Fraga Maia e a Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Nóide Cerqueira, e em 2021 esses viadutos foram duplicados. Ainda, em

2024 foi concluída a duplicação de parte do Anel de Contorno, entre os trechos da BR-116 N, 116 S e 324. Tais reformas de infraestrutura indicam o crescimento dos bairros da região norte e leste da cidade e a necessidade de viabilizar o seu acesso, sendo os principais bairros afetados o Papagaio, Santo Antônio dos Prazeres e o SIM, que abarcam famílias de classe média e alta. (PMFS, 2022; Brasil, 2024)

O fortalecimento da infraestrutura viária e o crescimento urbano observado nas regiões norte e leste de Feira de Santana acompanham o processo de consolidação da cidade como um polo regional. Esse contexto de expansão urbana e aumento da influência econômica contribuiu para a criação da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) em 2011, constituída pelo agrupamento dos municípios de Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho (Mapa 11), reforçando o papel estratégico do município no cenário estadual.

Mapa 11: Região Metropolitana de Feira de Santana



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A criação da RMFS, institucionalizada pela Lei Complementar nº 25 de 6 de julho de 2011, reflete a crescente importância econômica e urbana do município e sua influência sobre outras cidades do estado. Embora já houvesse uma tentativa de instituir a região metropolitana em 1994, a falta de suporte técnico inviabilizou a proposta, impedindo a sua justificativa formal. A formação da RMFS é entendida como uma estratégia política para ampliar a captação de recursos municipais, caracterizando o fenômeno da metropolização institucional — a criação de regiões metropolitanas em territórios que nem sempre apresentam as dinâmicas socioespaciais típicas de uma metrópole (Balbim; Becker; Matteo, 2016).

Nesse contexto, observa-se que a metropolização institucional se sobrepõe à socioespacial, pois o debate se concentra na importância hierárquica de Feira de Santana no cenário urbano, sem considerar, de forma explícita, a integração real entre os municípios que compõem a RMFS. De acordo com Silva (2014), o processo genuíno de metropolização socioespacial envolveria a intensa urbanização, o fortalecimento das instituições governamentais e a concentração de serviços e fluxos contínuos — elementos que, nesse caso, surgem de maneira secundária em relação às motivações políticas que impulsionaram a criação da região metropolitana.

Apesar das motivações políticas, a criação da RMFS possibilita um planejamento integrado, essencial para a gestão de questões como o descarte de resíduos, a proteção ambiental — especialmente das bacias hidrográficas — e a promoção de uma malha viária mais conectada. Além disso, permite tratar de maneira articulada o crescimento urbano e os processos de conurbação, como ocorre entre Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, entre outras situações em que políticas comuns podem evitar a transferência de problemas de um município para outro. (Silva, 2014)

Após as colocações feitas nesse subtópico, é possível então analisar a taxa de crescimento populacional durante todo o período estudado, no qual observa-se que Feira de Santana teve um pico no período de 1950 a 1960, com um crescimento de 32,23%, associado à intensificação dos fluxos migratórios e êxodo rural, e ao fortalecimento da cidade como polo comercial e de serviços. Esse crescimento acelerado foi acompanhado também por uma alta taxa de urbanização (103,88%), indicando um processo rápido de adensamento urbano (Tabela 2).

Tabela 2: Taxa de crescimento total e urbano em Feira de Santana, entre 1920 e 2022

Período	Taxa de crescimento populacional (%)	Taxa de crescimento urbano (%)
1920 – 1940	6,93	63,83
1940 – 1950	28,75	74,35
1950 – 1960	32,23	103,88
1960 – 1970	32,12	88,48
1970 – 1980	55,64	77,58
1980 – 1991	39,43	49,19
1991 – 2000	18,33	23,71
2000 – 2010	15,74	18,28
2010 – 2022	10,71	13,21

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960; IBGE. SIDRA. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022

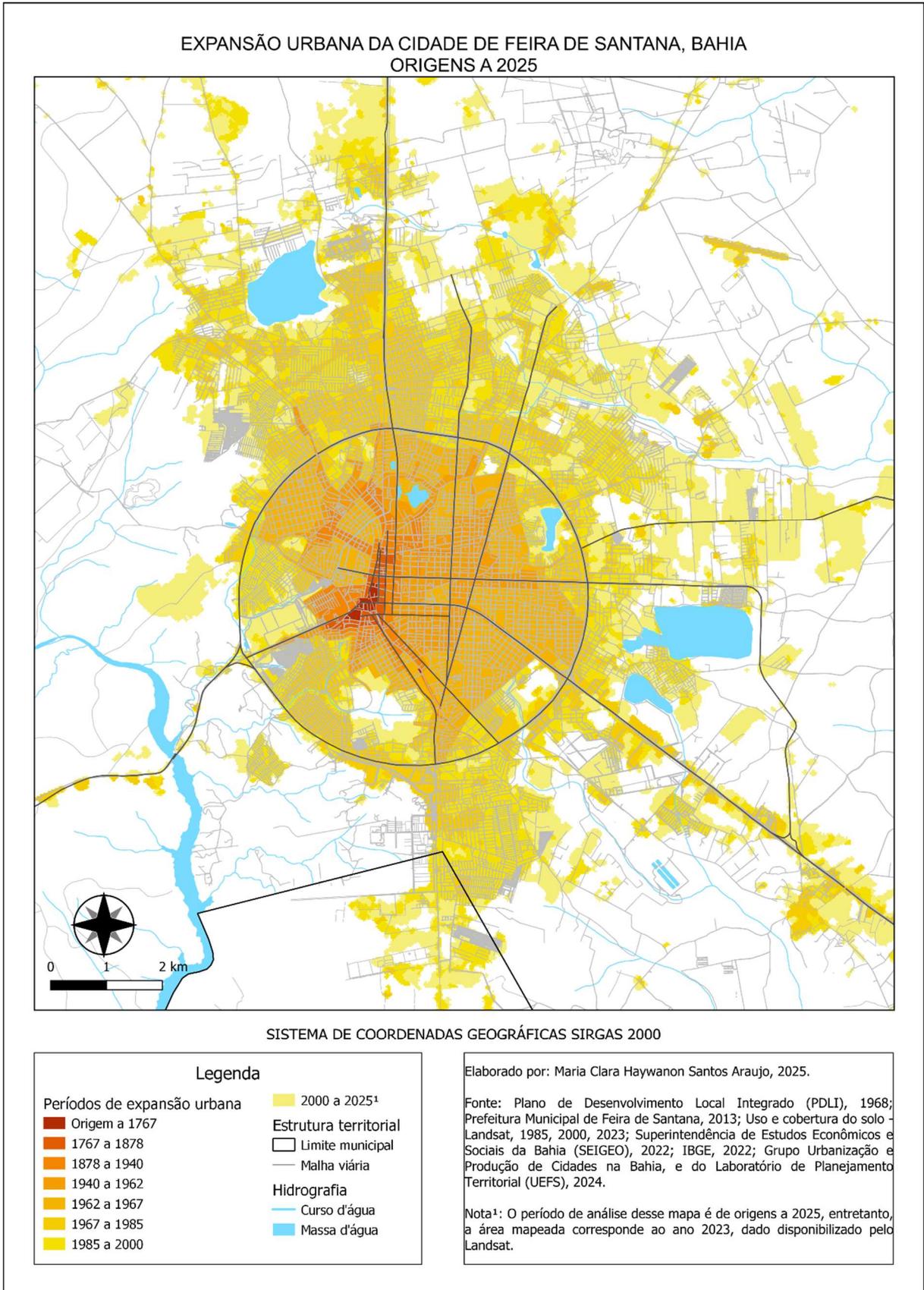
Na década de 1970, a taxa de crescimento populacional alcança o maior valor dentre os anos estudados: 55,64, identificando que o instalação do centro industrial foi um grande atrativo para o município, ainda que o crescimento de sua população urbana tenha sido menor do que os das duas décadas anteriores. Nos períodos seguintes, as taxas começam a desacelerar gradativamente: 39,43% entre 1980 e 1990 e 18,33% entre 1991 e 2000. Esse comportamento reflete, em parte, uma maior estabilização dos fluxos migratórios e a consolidação da estrutura urbana. Nos períodos mais recentes, a desaceleração é ainda mais evidente, com taxas de 15,74% (1991-2000) e 10,71% (2000-2010), o que sinaliza o esgotamento do modelo de crescimento baseado exclusivamente na expansão demográfica e migratória, além de um possível reflexo de políticas de controle urbano e de uma transição demográfica mais ampla, com a redução das taxas de natalidade.

Esses dados mostram que, embora Feira de Santana continue em crescimento urbano, sua dinâmica demográfica tem se tornado mais moderada, exigindo novas estratégias de planejamento urbano voltadas para a qualificação dos espaços já consolidados, ao invés da simples expansão territorial.

Para visualizar espacialmente os efeitos desse processo de crescimento populacional e urbano ao longo das décadas, desde a sua origem, apresenta-se a seguir o Mapa 12 que ilustra

a expansão territorial e a configuração urbana de Feira de Santana. A imagem permite compreender como o avanço demográfico impactou a organização do espaço urbano, evidenciando as áreas de maior adensamento e os vetores de expansão que acompanharam a dinâmica socioeconômica do município.

Mapa 12: Expansão urbana até 2025



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O mapa da expansão urbana da cidade de Feira de Santana, de suas origens até 2025, revela de maneira bastante clara a dinâmica de crescimento da malha urbana e seus impactos na configuração territorial do município. Observa-se que, inicialmente, a expansão concentrou-se no núcleo central (em vermelho e tons mais escuros), seguindo padrões tradicionais de crescimento radial em direção às principais vias de acesso. A partir da década de 1960, e sobretudo após 1985, há uma aceleração significativa no processo de urbanização, marcada pela disseminação de manchas urbanas desconectadas, mas posteriormente incorporadas à malha principal.

Essa expansão, principalmente nas franjas da cidade, foi fortemente impulsionada pela implantação de conjuntos habitacionais populares promovidos por políticas públicas, como os da URBIS, INOCOOP e MCMV. Esses empreendimentos, embora voltados para diversas classes sociais, desempenharam um papel fundamental na organização do território, ocupando áreas periféricas de forma planejada, em contraste com a tradicional autoconstrução espontânea. Além disso, nota-se que a ocupação recente (2000 a 2025) avança de maneira difusa, formando novas centralidades e polarizações, principalmente ao longo dos eixos viários estruturantes, destacando-se a rápida ocupação do bairro SIM por condomínios de alto padrão.

O mapa ainda destaca a importância da infraestrutura viária e da proximidade a corpos d'água na orientação do crescimento urbano. As manchas urbanas recentes tendem a se posicionar próximas às vias principais e em direção a municípios vizinhos, caracterizando o fenômeno de conurbação e expansão metropolitana. Esse processo reflete, de maneira concreta, as tendências discutidas nesse trabalho: a produção de habitação popular como motor de expansão urbana planejada, mas que, contraditoriamente, gera novos desafios para a integração territorial e a oferta de infraestrutura e serviços urbanos adequados, configurando processos sociais de segregação espacial.

O crescimento urbano de Feira de Santana ao longo das últimas décadas foi impulsionado por uma combinação de fatores históricos, econômicos, populacionais e morfológicos. Historicamente, a cidade consolidou-se como um importante polo regional a partir da intensificação dos fluxos migratórios nas décadas de 1950 e 1970, especialmente com o êxodo rural e a instalação do centro industrial, o que favoreceu o adensamento urbano e o aumento da população nas décadas seguintes. Economicamente, programas habitacionais como o PAR e, principalmente, o Minha Casa Minha Vida, desempenharam papel fundamental na expansão da malha urbana, ainda que, muitas vezes, reforçando padrões de segregação espacial. Do ponto de vista morfológico, a expansão ocorreu de forma predominantemente horizontal,

acompanhando a lógica do mercado imobiliário e a disponibilidade de grandes áreas periféricas, com crescimento mais intenso nas zonas norte e leste. A criação da Região Metropolitana de Feira de Santana e os investimentos em infraestrutura viária reforçaram o papel estratégico da cidade, ao mesmo tempo em que revelaram desafios na integração territorial e na promoção de uma urbanização mais equitativa e planejada.

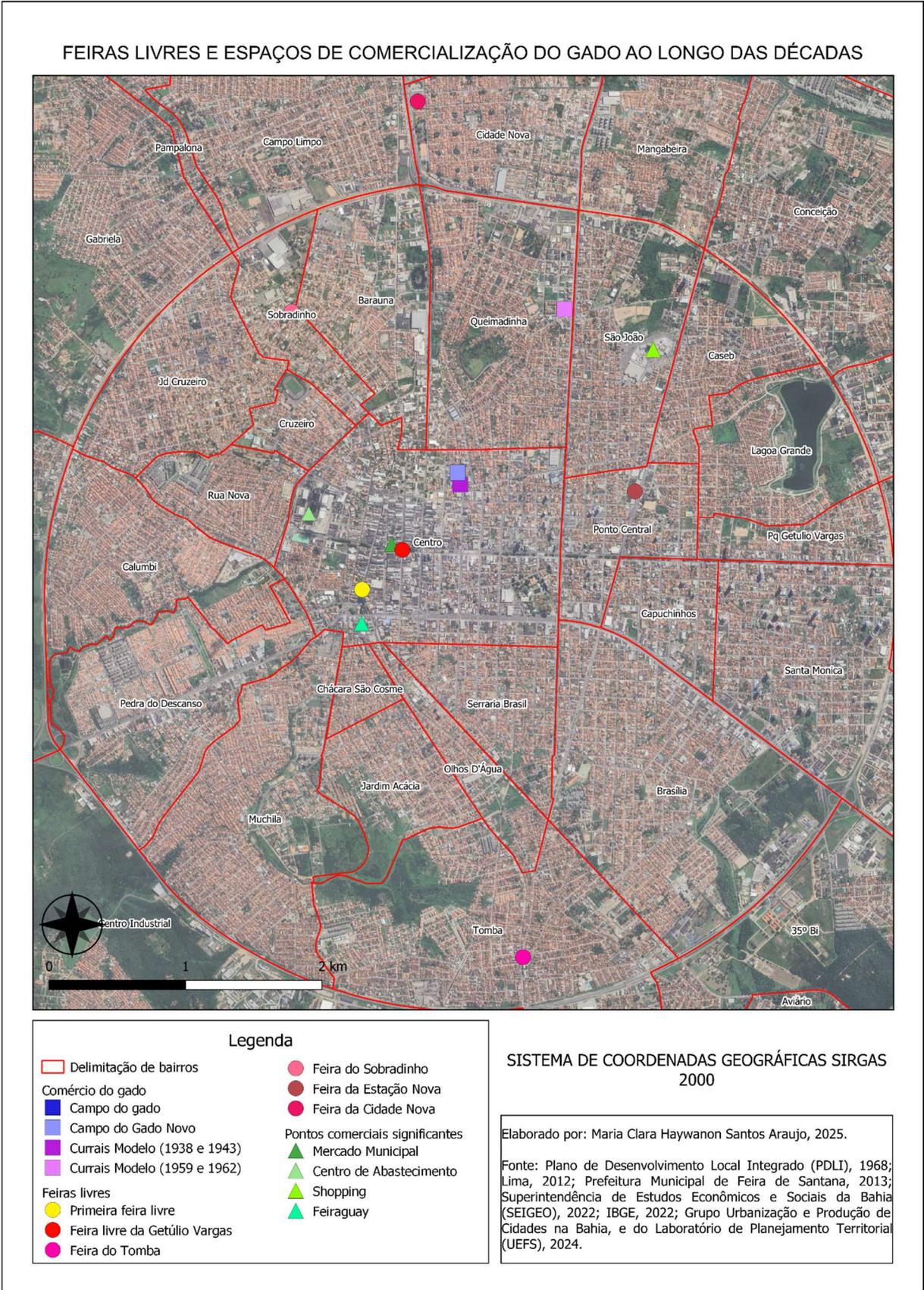
6. DO PASSADO AO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE A EXPANSÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA

A evolução urbana de Feira de Santana reflete a interdependência entre os aspectos históricos, econômicos, populacionais e morfológicos, que ao longo do tempo atuaram de forma dinâmica sobre o território, produzindo uma cidade complexa, multifacetada e em constante transformação. A partir de sua origem como ponto estratégico de circulação entre o litoral e o sertão, com forte ligação ao comércio pecuarista e à feira livre, o município consolidou-se como um importante polo regional, sendo impactado por decisões políticas, processos de industrialização, crescimento demográfico e intervenções urbanas voltadas para a infraestrutura e habitação.

A importância locacional das feiras livres e do comércio pecuarista na gênese de Feira de Santana é visível no Mapa 13, que demonstra como a dinâmica comercial esteve enraizada no território desde os primeiros núcleos urbanos, com a localização estratégica de áreas como o Campo do Gado, os Currais Modelo, a primeira feira livre, que se concentrava nas imediações da Igreja da Matriz, e a principal feira livre da cidade até o ano de 1977 no cruzamento das Avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos. Após o fim da principal feira livre e a construção do Centro de Abastecimento, as feiras nos bairros da Estação Nova, Tomba e Sobradinho, funcionaram não apenas como polos de abastecimento, mas como elementos estruturantes da malha urbana, influenciando o estabelecimento dos bairros adjacentes e consolidando a vocação mercantil do município.

Essas estruturas tradicionais de comércio, concentradas em áreas centrais ou de fácil acesso, reforçam o papel da feira como dispositivo articulador da cidade. Ainda hoje, muitas dessas localidades mantêm relevância socioeconômica e cultural, mesmo diante das mudanças nos padrões de consumo e no modelo urbano. A presença contínua dessas feiras indica uma permanência histórica no uso do solo, servindo como testemunho da centralidade funcional e simbólica que esse tipo de atividade teve — e ainda tem — na conformação espacial de Feira de Santana.

Mapa 13: Feiras livres e espaços de comercialização do gado



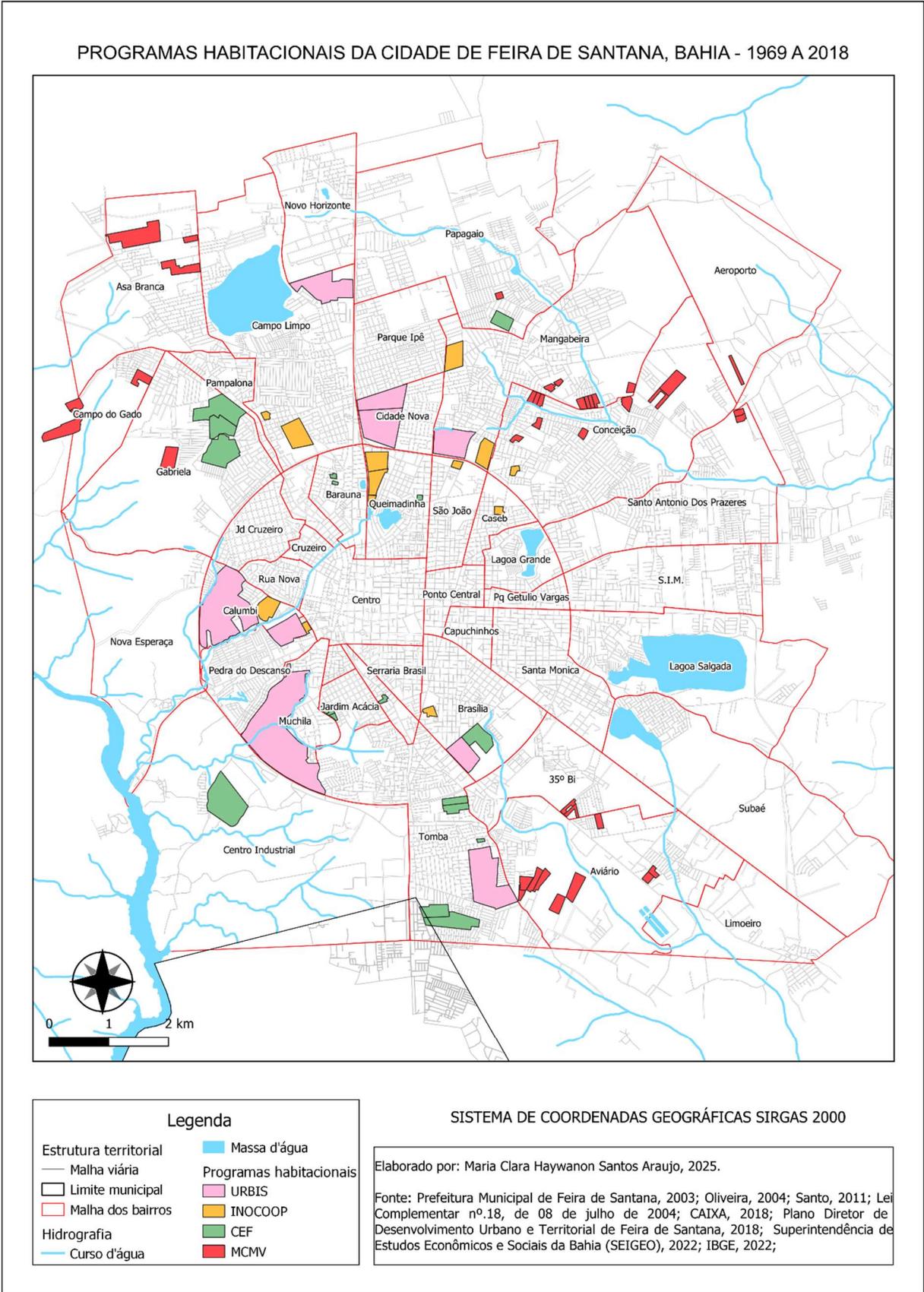
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Historicamente, o crescimento de Feira de Santana se deu em fases bem demarcadas. A cidade teve sua formação territorial condicionada inicialmente pela distribuição de sesmarias e a ocupação de grandes fazendas, o que moldou as primeiras formas de assentamento e organização espacial. Posteriormente, a introdução da malha ferroviária e o fortalecimento das feiras contribuíram para o surgimento de um traçado urbano funcional, ligado à tendência comercial do município. No decorrer do século XX, especialmente entre as décadas de 1950 e 1980, o centro urbano passa a consolidar sua função administrativa e comercial, enquanto novas dinâmicas econômicas e populacionais, como a instalação do Centro Industrial Subaé (CIS), intensificam o processo de urbanização. Tais transformações deram início à chamada “cidade industrial”, período de maior taxa de crescimento populacional (55,64% na década de 1970), impulsionado por migrações e êxodo rural, que evidenciaram a centralidade da cidade no contexto regional.

A implantação de programas habitacionais a partir da década de 1970 direcionam ainda mais os padrões dos vetores de expansão do município, particularmente para a região norte, e com a descontinuação do BNH e a adoção do modelo neoliberal no país, Feira de Santana vivenciou a intensificação da política habitacional enquanto instrumento de expansão urbana, com destaque para os programas do CEF/PAR e, posteriormente, do Minha Casa Minha Vida (MCMV). A moradia popular passou a ser o principal vetor de crescimento, principalmente a partir da lógica de mercado, com a Caixa Econômica Federal priorizando empreendimentos voltados para famílias de renda média. O lançamento do MCMV em 2009 representou um marco nesse processo, viabilizando a construção de quase 22 mil unidades habitacionais no município, que foram, no entanto, implantadas externas ao Anel de Contorno, em áreas com infraestrutura precária e afastadas das oportunidades urbanas, reproduzindo uma ocupação fragmentada e excludente da malha urbana consolidada.

Constata-se que entre os 89 conjuntos e condomínios habitacionais implementados em Feira de Santana, apenas 20 estão inseridos dentro do Anel de Contorno, pertencendo aos programas URBIS, INOCOOP e CEF, e ainda, que os bairros da região leste não foram afetados por tais políticas públicas. Comparativamente, os empreendimentos da URBIS ocupam uma área territorial maior do que os do MCMV, mas resultaram na produção de 11.006 unidades habitacionais ao longo de sua atuação — cerca de metade das 21.980 unidades habitacionais produzidas pelo MCMV. O Mapa 14 ilustra a distribuição dos empreendimentos dentro da malha urbana do município.

Mapa 14: Programas habitacionais em Feira de Santana

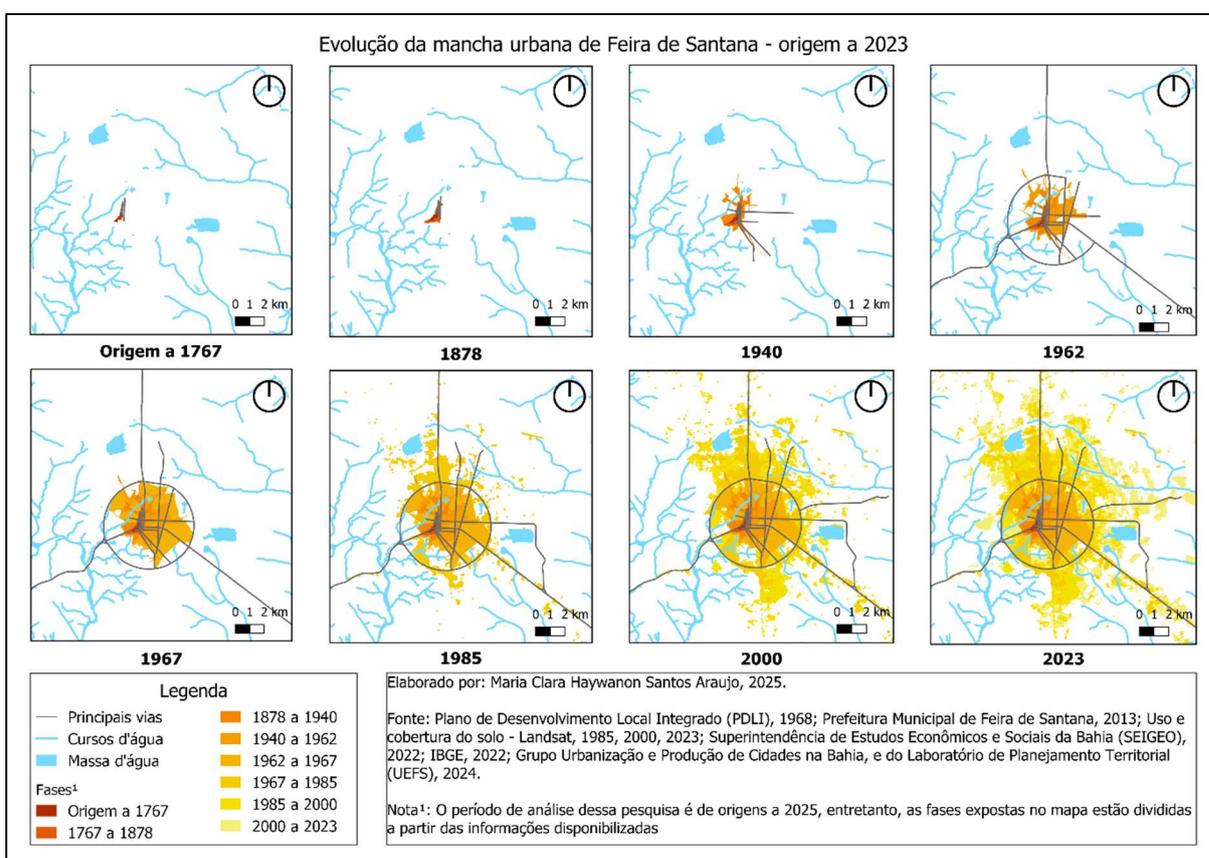


Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Essa tendência de expansão urbana pode ser visualmente compreendida por meio do Mapa 15. O mapa evidencia a trajetória do espraiamento do tecido urbano, desde o pequeno núcleo original até o alargamento da mancha urbana para áreas cada vez mais periféricas. Nota-se um espraiamento urbano significativo entre as décadas de 1970 e 2000, coincidindo com os períodos de industrialização e migração intensa, além da posterior consolidação de loteamentos e conjuntos habitacionais promovidos por políticas públicas de habitação.

A partir de 2000, o crescimento da cidade ocorre sobretudo em direção às zonas norte e leste, com destaque para os bairros Papagaio, SIM e Mangabeira, localizados fora do Anel de Contorno. Essa expansão desconectada da infraestrutura urbana consolidada cria um padrão de urbanização dispersa e ineficiente, que dificulta a mobilidade, o acesso a serviços públicos e a integração entre as centralidades. Assim, o mapa da mancha urbana atua como uma síntese visual da fragmentação territorial acentuada que se agrava com a prevalência de políticas habitacionais voltadas para o mercado, sem a devida articulação com um planejamento urbano integrado.

Mapa 15: Síntese da evolução da mancha urbana de Feira de Santana



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Do ponto de vista morfológico, o território feirense foi marcado por um espraiamento horizontal significativo, ainda que, nas últimas décadas, tenha ocorrido uma leve intensificação da verticalização em bairros centrais como Capuchinhos e Santa Mônica. A combinação entre a existência de amplas áreas livres, especialmente nas zonas leste e norte, e a atuação de grandes incorporadoras imobiliárias, estimulou a dispersão urbana, acompanhando os principais eixos viários. Exemplificam essa tendência, os bairros SIM, Papagaio e Santo Antônio dos Prazeres passam a abrigar condomínios destinados a classe alta, e bairros como a Mangabeira, Conceição, Asa Branca e Aviário abrigam empreendimentos promovidos por programas habitacionais destinados a famílias de baixa renda, refletindo a marcante segmentação espacial do município.

A expansão urbana de Feira de Santana, como apresentada no Mapa 15, evidencia que o crescimento da cidade ocorreu inicialmente de maneira concêntrica a partir do núcleo original de ocupação. Essa configuração se manteve até meados de 1985, quando a mancha urbana passa a assumir um padrão mais disperso e fragmentado, caracterizando uma expansão urbana desordenada. Esse novo padrão espacial reflete o surgimento de diferentes lógicas de ocupação do solo, associadas a fatores econômicos, sociais e à ausência de um planejamento territorial eficaz.

No Mapa 16 a seguir, essa desordem se traduz em vetores de expansão com perfis socioeconômicos distintos. O vetor leste é marcado pela ocupação de famílias de média e alta renda, atraídas pela construção de condomínios de luxo e presença de empreendimentos de comércio e serviços de alto padrão, como o Shopping Boulevard. Este, inclusive, funciona como polo de centralidade secundário, contribuindo para a valorização imobiliária do entorno. Em contraste, os vetores que se expandem para o norte (nordeste e noroeste) e para o sul concentram a maior parte dos aglomerados subnormais e dos programas habitacionais, revelando a expansão periférica de habitações de interesse social. Essas áreas apresentam infraestrutura precária e acesso limitado a serviços públicos, reforçando processos de segregação socioespacial estrutural e negligência urbana.

No vetor oeste, destaca-se a implantação do complexo Vila Olímpia (Figura 24), iniciada em 2011, na região do bairro Pedra do Descanso — historicamente ocupada por famílias de baixa renda. A chegada de condomínios horizontais e verticais alterou significativamente o perfil socioeconômico do local, introduzindo padrões habitacionais fechados e ampliando a heterogeneidade urbana nessa porção da cidade. Ainda nesse vetor, nota-se a presença de um aglomerado subnormal próximo ao Rio Jacuípe e seus afluentes, evidenciando a ocupação

irregular em áreas ambientalmente frágeis e de risco. Essa ocupação reforça as desigualdades socioespaciais na cidade, pois enquanto determinados grupos têm acesso à urbanização qualificada, outros são direcionados para áreas marginais, com infraestrutura precária e vulnerabilidade ambiental.

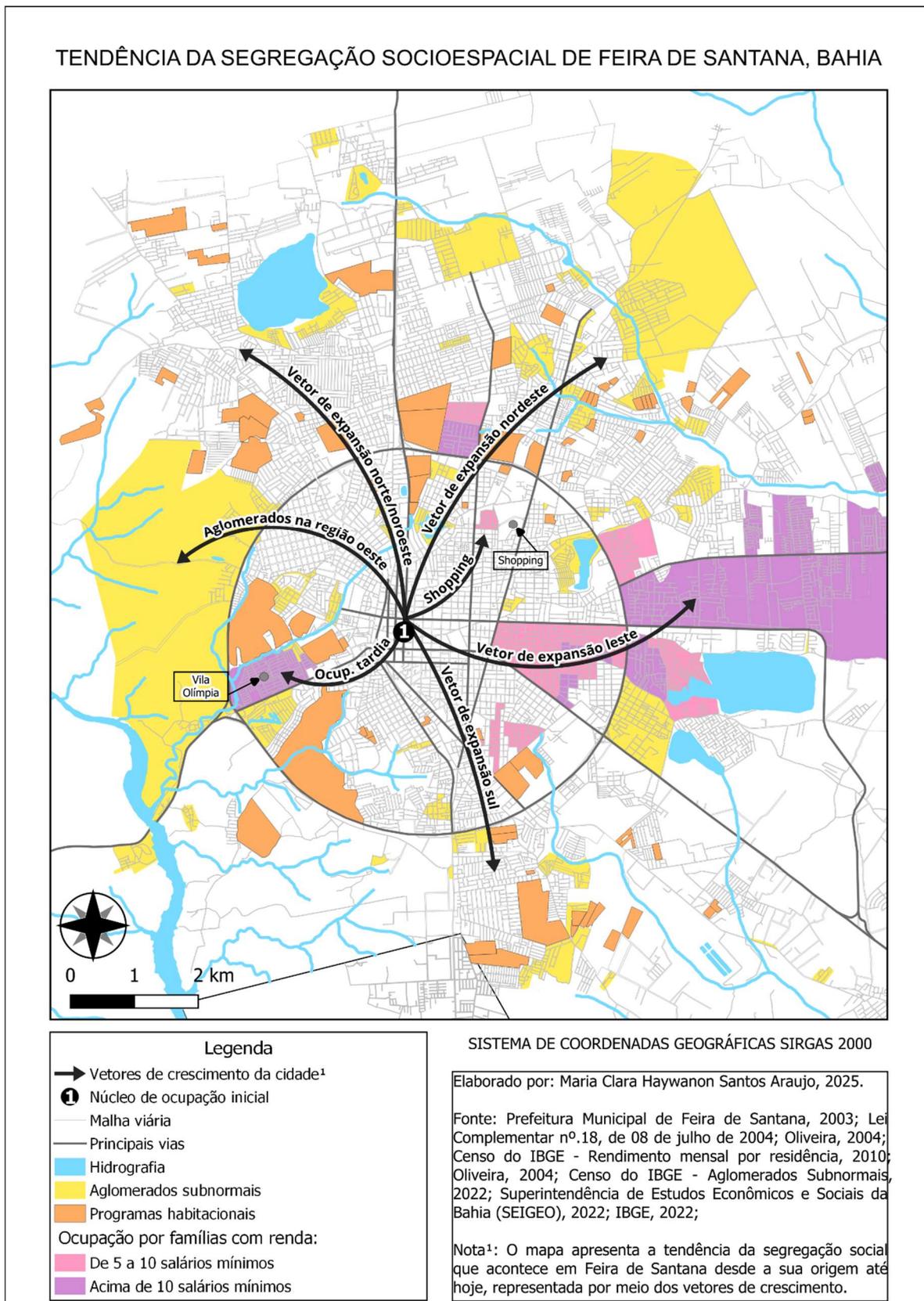
Figura 24: Complexo de condomínios Vila Olímpia



Fonte: Jornal Grande Bahia, 2017.

De forma geral, a análise espacial revela que o crescimento urbano de Feira de Santana, embora quantitativamente expressivo, ocorre de forma desigual, revelando um processo contínuo de segregação territorial cruel no qual famílias de baixa renda ficam distantes das oportunidades urbanas, desde o acesso a serviços e comércios, empregos, infraestrutura de transporte e até acesso a atividades culturais e de lazer. A cidade se expande ao mesmo tempo em que reforça a diferenciação socioeconômica entre os territórios, o que impõe desafios importantes para o planejamento urbano e a promoção da justiça socioespacial.

Mapa 16: Tendência da segregação socioespacial de Feira de Santana



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No tocante a população, o município apresentou uma tendência de desaceleração no crescimento nas últimas décadas, evidenciada pelas taxas decrescentes de urbanização entre 2000 e 2022. Embora o número absoluto de habitantes continue crescendo, a taxa de crescimento anual caiu significativamente, indicando um esgotamento do modelo baseado em expansão territorial. Isso reforça a necessidade de um novo modelo de planejamento urbano, voltado para a qualificação das áreas já consolidadas, ao invés de seguir expandindo sem controle. Além disso, mesmo com o avanço das legislações urbanísticas, como a oficialização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em 2018 e a aprovação do novo Plano Diretor, os mecanismos de participação social ainda foram frágeis e insuficientes, o que compromete a efetividade dessas políticas no combate à desigualdade territorial e à segregação socioespacial.

Portanto, a análise dos resultados revela que a urbanização de Feira de Santana foi profundamente marcada por intervenções estatais e ações do setor privado, especialmente nos períodos de crescimento econômico e financiamento habitacional. Contudo, os impactos dessas ações, quando não articulados com uma política urbana integrada, resultaram na ampliação das desigualdades socioespaciais, na fragmentação do tecido urbano e na precarização das periferias. A morfologia atual do município reflete essas contradições: um centro adensado e bem estruturado, cercado por anéis de habitação popular afastados, com uma infraestrutura deficitária e pouca articulação entre as centralidades urbanas.

Em síntese, o crescimento urbano de Feira de Santana é fruto de uma interação complexa entre os fatores analisados neste trabalho. A trajetória da cidade mostra como os marcos históricos, os ciclos econômicos e as políticas habitacionais moldaram o espaço urbano, enquanto a população, com suas dinâmicas migratórias e demandas sociais, atuou como agente transformador constante. O desafio que se impõe atualmente é utilizar os instrumentos disponíveis — como o novo Plano Diretor e outros avanços legais — para construir uma cidade mais integrada, acessível e justa, respeitando sua história e planejando de forma estratégica o seu futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha de estudar a temática de expansão urbana com Feira de Santana como estudo de caso partiu da curiosidade da autora de compreender a formação urbana da cidade que nasceu e viveu por quase toda a sua vida, escolha esse que foi impulsionada ao compreender que existem poucos trabalhos que tratem do tema dentro desse recorte temporal (origem a 2025), realizando avaliações de morfologia urbana no processo.

Assim, a ideia era analisar o processo de expansão urbana de Feira de Santana entre os anos de 1650 e 2025, investigando e justificando as transformações espaciais que sucederam. Para isso, foi necessário um embasamento teórico que transpassasse as questões de formação de cidades, suas transformações a partir de agentes modeladores do espaço e repercussões e impactos de diferentes fatores na conformação do espaço urbano, além de ser necessário compreender sobre morfologia e tipologia urbana na escala territorial, de modo a fundamentar o crescimento urbano da cidade estudada.

A definição da abordagem metodológica foi essencial para orientar a reconstituição da evolução urbana de Feira de Santana. Para isso, adotou-se a metodologia proposta por Doris Muller e Célia Ferraz de Souza, que enfatiza a relevância de fatores históricos, econômicos, políticos, institucionais, locacionais e socioculturais. Esses elementos, atuando com diferentes intensidades ao longo do tempo, influenciam movimentos populacionais, o surgimento de novas funções urbanas e as conseqüentes transformações no espaço. Também foram consideradas, nesse processo, as relações entre as dinâmicas regionais e o contexto local, reconhecendo como alterações nesses aspectos impactam diretamente a configuração urbana.

Para atingir o objetivo geral, foram levantados e organizados dados históricos, econômicos, políticos, institucionais, locacionais e demográficos, presentes no Apêndice 1, que ao longo do trabalho foram interpretados e relacionados entre si, de modo a fundamentar o crescimento da cidade e compreender por que seguiu diferentes vetores de expansão em diferentes épocas. Concomitante a análise dos dados, também foram produzidos mapas, que auxiliaram na análise das manchas de crescimento, mas que também permitiram avaliações da morfologia urbana seguindo os conceitos da Escola Inglesa ao estudar a forma urbana de maneira descritiva e justificativa, buscando compreender o modo que Feira de Santana foi construído, e conseqüentemente, o que se alterou em sua estrutura física.

Com a realização dessas etapas, foi possível avaliar, de forma sucinta, a configuração atual do espaço urbano da cidade com base nas transformações acumuladas ao longo do tempo

e identificar as etapas do processo de evolução urbana, destacando as principais alterações verificadas em cada uma das seis fases delimitadas.

Ao longo do processo de pesquisa, iniciado em outubro de 2024, foram encontradas dificuldades principalmente no acesso a informação de programas habitacionais construídos no município, como o MCMV e o PLANOLAR, e de dados precisos sobre as manchas urbanas antes de 1985, sendo necessário desenhar manualmente no programa Qgis as fases de expansão urbana até 1967, baseando-se no PDLI (1968) de Feira de Santana, admitindo uma margem de erro.

Por fim, reafirma-se a importância deste trabalho para a ampliação do conhecimento sobre o processo de urbanização de Feira de Santana e para a reflexão sobre práticas de planejamento urbano mais conscientes e integradas. Recomenda-se a continuidade dos estudos sobre a evolução territorial da cidade, especialmente com abordagens que incluam análises socioambientais, culturais e políticas, para que se promova um desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusivo.

A realização desse trabalho abre portas para pesquisas futuras, como uma pesquisa aprofundada sobre a atuação das políticas públicas de habitação na cidade e suas repercussões, além de se tornar uma ferramenta de estudo de Feira de Santana, de modo a auxiliar na criação de diferentes políticas urbanas e no planejamento territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Pedro (org). Dinâmica Espacial e Instabilidade do Mercado Imobiliário: A Ordem-desordem Urbana. *In: Cidades em transformação: entre o plano e o mercado, experiências internacionais em gestão*. Rio de Janeiro, IPPUR_UFRJ, 2001b, p.161-188.
- ABRAMO, Pedro. A cidade informal COM-FUSA: mercado informal em favelas e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *In: Favela e Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Org.: Pedro Abramo. Porto Alegre: ANTAC, 2009, p.49-79.
- ABRAMO, Pedro. **Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil & FAPERJ, 2001^a
- ALFAYA, Taiz Vieira. **Feiraguay ou Chinafeira?: um estudo organizacional sobre a inserção de chineses no feiraguay, feira de santana - bahia**. 2018. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de Escola de Administração, Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- AMORE, Caio S.; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFFINO, Maria Beatriz Cruz (orgs.). **Minha Casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.– 1. Ed.– Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo da história colonial**. Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal da Bahia, 1990.
- ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida**. 2009.
- ARGOLO, Nyelson; CORDEIRO, Tamires e OLIVEIRA, Tamares (Orgs.). **Integra Feira Planejamento: Um presente ao futuro**. Feira de Santana, 2018. 1180 p.
- BALBIM, Renato. **Os tons de cinza do Casa Verde e Amarela**. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, v. 14, n. 157, 28 ago. 2020
- BALBIM, Renato Nunes; BECKER, Maria Fernanda; MATTEO, Miguel. Desafios Contemporâneos na Gestão das regiões metropolitanas. *In.: Revista Paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, nº.120, jan./jun. 2011.
- BARRETO, Pedro Henrique. **História – Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos**. 2009.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. Trad. Atílio Cancian. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BONATES, Mariana Fialho. **Ideologia da casa própria... sem casa própria**: o Programa de Arrendamento Residencial na cidade de João Pessoa-PB. 2007. 291 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

BRITTO, Ákila Soares de; SANTOS, Jânio; FREITAS, Nacelice Barbosa. Mobilidade E Forma Urbana: Feira De Santana-BA e a estrutura viária. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. , n. , p. 253-270, jan. 2021.

BONDUKI, Nabil. **Do projeto moradia ao programa minha casa minha vida**. Teoria e Debate, v. 82, p. 8-14, 2009

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Habitação. Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/pr>>. Acesso em 13 abr. 2025.

_____. 2021a. Lei nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021. Institui o Programa Casa Verde e Amarela. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n/14.188-de-12-de-janeiro-de-2021-298832993>> Acesso em: 13 abr. 2025.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Algumas das Características do Novo Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/algumas-das-caracteristicas-do-novo-minha-casa-minha-vida>> Acesso em abr 2025.

_____. Presidente Lula participa da entrega da duplicação de trecho da BR-116 em Feira de Santana (BA). 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/presidente-lula-participa-da-entrega-da-duplicacao-de-trecho-da-br-116-em-feira-de-santana-ba> . Acesso em: 07 de abril de 2025

CALDAS, Gessiene Oliveira. **Espaços urbanos** – uma produção popular – Qualificação e requalificação do bairro George Américo. Feira de Santana 1987 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

CARDOSO, Adauto Lúcio (org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, Adauto Lúcio et al. (orgs.) **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise.** – 1.ed.– Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9º. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: Carlos, Ana Fani A; Volochko, Danilo; Alvarez, Isabel Pinto. (orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p.132-148.

CARMO, Laise Oliveira do. **Evolução urbana: uma análise sobre a conformação espacial da cidade de Teofilândia - BA**. 2017. 181 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017.

CARMO, René Becker Almeida. **A urbanização e os assentamentos subnormais de Feira de Santana**. 2009. 360 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do XX**. Salvador. Prêmio FEB de Economia, 2008, p.70

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R.L. Construindo o conceito da cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 15-25.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte, Minas Gerais: C/Arte, 2015.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e desconcentração nacional**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, 1999.

Duplicação da estrada do Papagaio está na reta final. **Prefeitura Municipal de Feira de Santana**. 4 fev. 2022. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servico.asp?titulo=Duplica%20da%20estrada%20do%20Papagaio%20est%20na%20reta%20final&id=12&link=secom/noticias.asp&idn=29454> . Acesso em: 7 de abril de 2025

FEIRA DE SANTANA. **Lei Complementar nº. 1.612** de 11 de novembro de 1992. Código do Meio Ambiente. Dispõe sobre o Código do Meio Ambiente de Feira de Santana e dá outras providências. Feira de Santana: PMFS, 1992.

_____. **Lei Ordinária nº 1.614**, de 1992. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. 1992.

_____. **Lei Complementar nº 018**, de 08 de julho de 2004. Define o perímetro urbano, delimita os bairros da cidade de Feira de Santana e dá outras providências. 2004

_____. **Lei Complementar nº 65**, de 15 de março de 2012. Institui o Plano Habitacional de Interesse Social do Município de Feira de Santana, e dá outras providencias. 2012.

_____. **Lei Complementar nº 117** de 20 de Dezembro de 2018. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana, e dá outras providencias. 2018.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Modernização Industrial e Desenvolvimento Territorial na Bahia**: uma leitura da Microrregião Geográfica de Feira de Santana. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG-2010), 2010, Porto Alegre. XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG-2010), 2010a.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O Descoroamento da Princesa do Sertão**: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**: influência da industrialização (1970 – 1996). 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 16ª ed. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1973.

GOBBO, Antonella Arcoverde. **Plano de Paris** - contribuições para o planejamento urbano contemporâneo. Pesquisa de pós graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GÓES FILHO, Edelvino da Silva. **Condições da Industrialização em Feira de Santana (1969 - 1989)**. 2001. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Censo demográfico de 1940. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/monografias>>. Acesso em 05 de abr de 2025

_____. Censo demográfico de 1950. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/monografias>>. Acesso em 05 de abr de 2025

_____. Censo demográfico de 1960. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/monografias>>. Acesso em 05 de abr de 2025

_____. SIDRA. Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/potrable>>. Acesso em 05 de abr de 2025

_____. Cidades. Hierarquia urbana, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>> Acesso em 13 de abr de 2025.

IBGE. Cidades. Área da unidade territorial, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>> Acesso em 13 de abr de 2025.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e o desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Caloute Gulbekian, 1993

LIMA, Eliany Dionizio. **A feira livre na mediação campo-cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo do Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Editora Livros Studio Nobel Ltda, 1999.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2008.

MACÁRIO, Rick Marcelo Macedo. **A produção do espaço urbano em Feira de Santana: uma análise a partir do processo de auto-segregação residencial**. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MATTA, Alfredo. **História da Bahia: licenciatura em história**. 1ª ed. Salvador: Editora Eduneb, 2013.

MOUDON, Anne Vernez. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. In: **Revista de Morfologia Urbana**, v.3, n.1, p. 41-9, 2015.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

NETTO, Maria Manoela Gimmler Netto; COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; LIMA, Thiago Barbosa Lima. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. In: **Paisagem e Ambiente**, n. 33, p. 29-48, 2014. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/paam/article/view/90309/92977>>. Acesso em: 23 fev de 2025.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950 – 1960)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

OLIVEIRA, Anailma Palmeira de. **Conjuntos habitacionais e processos de periferização urbana em Feira de Santana: estudo do Conjunto Habitacional Homero Figueiredo**. 2002. Monografia (Especialização em Geografia do Semi-Árido Brasileiro) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana. 2003

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1819 – 1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza; COSTA NETO, Armando Alberto da. **A questão habitacional e a produção de moradias – aspectos da subnormalidade urbana: o caso Fonte de Lili, no município de Feira de Santana-Bahia**. In: Anais do II Encontro de Economia Baiana. 2006

PESSOTI, Gustavo Casseb. SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais**. Conj. & Planej. Salvador, 2009.

PMFS; SERFHAU; BNH; COPLAN. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)**. Feira de Santana: PMFS, SERFHAU, BNH, COPLAN, v. 1 e 2, 1968.

PMFS; CAR; CONDER; et al. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM)**. Feira de Santana: PMFS, CAR, CONDER. 2006. Disponível em: . Acesso em: 13 nov. 2009.

PMFS; CAR. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)**. Feira de Santana: PMFS, CAR, CONDER, 2000.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador, Bahia: Itapuã, 1968.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A Metrópole em Questão: desafios da transição urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. 366 p.

ROLNIK, Raquel (org). **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2002.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. (coleção primeiros passos). São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSSI, Aldo. Consideraciones sobre la morfología urbana y la tipología constructiva. In: **Aspetti e problemi della tipologia edilizia**. Venezia: Cluva, 1964. p.127-137.

SALVADOR, Vicente. **História do Brasil**. Brasil: Portal Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=156> Acesso em 27 de maio de 2025

SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana (1929 – 1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940 – 2010)**. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2012.

SANTO, Sandra Medeiros. **Planejamento Urbano de Feira de Santana (BA):** comparação entre os Planos Diretores de 1968 e 2000. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/62059832/U-107-Sandra-Medeiros-Santo>. Acesso em abril de 2025 .

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria Azevedo (Org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação da Casa de Jorge Amado, 1998, p. 59-100.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, M. F. G. da; TEIXEIRA, M. A. C. A política e a economia do governo Bolsonaro: uma análise sobre a captura do orçamento . **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 27, n. 86, p. 1–13, 2022. DOI: 10.12660/cgpc.v27n86.85574. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/85574>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SILVA, Cleonice Moreira da. **A Princesinha do Sertão Agora é Metrôpole?!**: Uma análise do processo de ‘metropolização’ de Feira de Santana-BA. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SINGER, Paul - **Economia Política da urbanização**, Brasiliense e CEBRAP, São Paulo, 1977.

SINGER, A. **Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. *Novos Estudos*, n. 102, jul. 2015.

SOMEKH, Nadia. **A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador**. 1994. 282 f. Tese (Doutorado)- Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, São Paulo, 1994.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 1ª edição. Porto Alegre: Editora Universidade, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1988.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001. p. 509-643.

VALENÇA, Márcio Moraes; BONATES, Mariana Fialho. **The trajectory of social housing policy in Brazil: From the National Housing Bank to the Ministry of the Cities**. Habitat Internacional, v. 34, p. 165-173, 2010.

VICENTINO, Cláudio; GIANPAOLO, Dorigo. **História Geral do Brasil**, Volume II. 2ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2013.

VILLAÇA, F. J. M. . **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP.: Studio Nobel Editora, 1998. 373p

WHITEHAND, Jeremy W.R. **The making of the urban landscape**. IBG Special Publication, n. 26, Blackwell: Oxford, 1981. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/Journals/urban-history/article/abs/whitehandjwr-the-making-of-the-urban-landscape-the-institute-of-ritish-geographers-special-publications-series-oxford-blackwell-1992-vii-239pp-illustrations-3500/B6909C20BF8095F75167671014403B51>>. Acesso em: 23 fev. 2025.

WINK, Ronaldo. **Santa Cruz e sua evolução urbana**. 2000. 248 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

XAVIER, Marcos. Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território: o exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS, Milton. e SILVEIRA, Maria Laura (Org.) **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro. Record, 2011, p. 329-343.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZORZO, F. A. **Ferrovias e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2001.

APÊNDICE 1

PERÍODO	FEIRA DE SANTANA					HISTÓRIA DA BAHIA/NORDESTE	HISTÓRIA DO BRASIL
	HISTÓRIA	ECONOMIA	ACESSO VIÁRIO	POPULAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS		
1650 - 1740	<ul style="list-style-type: none"> > 1650: João Peixoto Viegas adquire a sesmaria de Tocos englobando as terras de Itaporocas, Jacuípe e Água Fria; > Início do século XVIII: A sesmaria é dividida em fazendas sendo "Sant'Ana dos Olhos d'Água" adquirida pelo casal Domingos Barbosa de Araujo e Ana Brandão; > 1732: Construção da capela de Sant'Ana; > 1733: Ascende a categoria de arraial/povoado; 	<ul style="list-style-type: none"> > Se torna um ponto de parada dos tropeiros, devido a quantidade de fontes de água disponíveis na região; > As pessoas que acompanhavam as tropas passaram a aglomerar-se em torno da capela, formando uma feira de gado e transformando a área mais movimentada da região em um novo arraial; 	<ul style="list-style-type: none"> > Estrada de boiada conhecida como "Estrada Real" partia de Cachoeira, passava por Jacobina, se estendendo até o Piauí e Goiás, atravessava a fazenda "Sant'Ana dos Olhos D'Água", que se tornou ponto de repouso para vaqueiros, tropeiros e outros viajantes; 	-	-	<ul style="list-style-type: none"> > Início do sec XVI: terras do sertão baiano apossadas por grandes criadores de gado: Francisco Dias d'Ávila e Antonio Guedes de Brito; > São José das Itaporocas promovida a freguesia em 1696; > A primeira feira de gado na Bahia aconteceu no século XVI em Capuame; > Pecuária como atividade de desbravamento do sertão nordestino; 	<ul style="list-style-type: none"> > Capitânicas Hereditárias: objetivavam pelo povoamento, consolidar a conquista do território brasileiro; > Regime de sesmaria ligada ao aproveitamento da terra: cultivo de cana de açúcar;
1741 - 1833	<ul style="list-style-type: none"> > 1832: Desmembramento de Feira do município de Cachoeira (BA), é elevada à categoria de vila; > 1833: Instalada como município autônomo; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1828: Considerada a maior feira de gado da província da Bahia; > 1832: Torna-se o centro da área pastoril da Bahia; 	<ul style="list-style-type: none"> > Intensifica sua importância como área de confluência e caminho para Jacobina, o rio São Francisco e Piauí; 	-	-	<ul style="list-style-type: none"> > 1750: Criação do Porto da Barra; > 1763: Salvador deixa de ser a capital do país; > 1798: Início da Conjuração Baiana; > 1823: Independência da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> > 1808: Chegada da família Real no Brasil; > 1822: Independência do Brasil; > 1824: Criação da Constituição Imperial de 1824; > 1831: Abdicação de Dom Pedro I;
1833 - 1899	<ul style="list-style-type: none"> > 1873: Elevada à categoria de cidade, com denominação de "Cidade Comercial de Feira de Sant'Ana"; > 1890: Construção do primeiro matadouro; 	<ul style="list-style-type: none"> > Década de 1850: Estima-se que anualmente vendessem cerca de 50 mil cabeças de gado; > 1854: A feira semanal (grande feira de gado) acontecia às segundas feiras no Campo da Gameleira (atual praça do nordestino) ou Campo do Gado; > Década de 1860: Existiam indústrias de pequeno porte baseadas em trabalhos manuais, com pouca utilização de vapor ou de máquinas; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1876: Construção da ferrovia, que ligava a FSA a Cachoeira. Foi o primeiro trecho aberto pela E.F Central da Bahia; > 1876: Inauguração da estação de trem, ficava atrás da igreja matriz; 	-	-	<ul style="list-style-type: none"> > 1835: Revolta dos Malês; > 1873: Instalação do sistema ferroviário na Bahia; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1850: Lei de Terras; > 1888: Lei Áurea; > 1889: Declaração da República do Brasil; > 1889: Início da República Velha

Legenda: Fatores significativos que afetaram o crescimento urbano de Feira de Santana

Populacionais	Econômicos	Socioculturais	Institucionais	Locacionais
---------------	------------	----------------	----------------	-------------

PERÍODO	FEIRA DE SANTANA					HISTÓRIA DA BAHIA/NORDESTE	HISTÓRIA DO BRASIL
	HISTÓRIA	ECONOMIA	ACESSO VIÁRIO	POPULAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS		
1900 - 1940	<ul style="list-style-type: none"> > 1913: Primeira reforma do matadouro; > 1917: Primeiro plano de embelezamento da cidade; > 1919: Inauguração Cine-Theatro Santana; > 1920: Inauguração do Cinema Brasil; > 1920: Segunda reforma do matadouro; > 1937: Criação da Micareta; 	<ul style="list-style-type: none"> > Instalação de grandes casas comerciais e residenciais, hospedarias e serviços, com feira e o comércio estruturados; > Década de 1930: Movimento feirante limitado a Praça do Comércio (atual Praça da Bandeira) e a Praça João Pedreira; > 1939: A contribuição da indústria do município para a economia do Estado era de apenas 0,5%; > 1940: Existiam 29 estabelecimentos industriais, entre usinas de beneficiamento e fábricas de pequeno porte; 	<ul style="list-style-type: none"> > Década de 20: Abertura de três principais ruas (eixos de expansão): Rua Dr. Sabino Silva; Avenida Getúlio Vargas e Rua Cristóvão Barreto; > 1917: Plano de Construção de Estradas, tinha o trecho SSA-FSA como o tronco principal; > 1929: Conclusão da estrada de rodagem entre SSA-FSA; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1920: 77.600 habitantes; > 1920: População urbana era 7.760; > 1940: 83.268 habitantes; > 1940: População urbana era de 14.155; 	-	<ul style="list-style-type: none"> > 1910: Plano de Melhoramento de Salvador > Década de 20: Movimento de separação do Norte e Nordeste, mas a Bahia estava associada ao sul do Brasil > Década de 30 e 40: Ideia de Nordeste consolidada mas ainda não incluía a Bahia; > 1917: Aprovação do primeiro plano rodoviário da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> > 1917: Brasil declara guerra a Alemanha (Primeira Guerra Mundial); > 1928: Inauguração da primeira rodovia pavimentada (trecho Rio de Janeiro-Petrópolis) > 1930: Fim da República Velha; > 1930: Início da Revolução Industrial no país > 1937: Início da Ditadura Vargas;
1941 - 1950	<ul style="list-style-type: none"> > 1938-1943: Construção dos Currais Modelo, destinados a comercialização do gado; > 1948: Inauguração da Rádio Sociedade em 1948, pioneira do interior da Bahia; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1950: Mais de 115 mil cabeças de gado passaram pela feira. Se tornava a segunda maior feira de gado em todo o Brasil; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1942: Construção de ramal da ferrovia, ligando FSA a Conceição de Feira; > 1949: Conclusão da BR 116 (Rodovia Transnordestina); 	<ul style="list-style-type: none"> > 1950: 107.205 habitantes; > FSA já era a maior cidade do interior da Bahia; 	-	<ul style="list-style-type: none"> > 1941: Criação do aeroporto Santo Amaro; > 1942: Criação da Base Aérea de Salvador, para das suporte na guerra; > 1946: Fundação da UFBA > Declínio da produção do fumo e crescimento da cacauicultura; > 1948: Construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1944: Brasil envia soldados para lutar na Segunda Guerra Mundial; > 1945: Fim da Ditadura Vargas; > Década de 40 e 50: explosão do desenvolvimento rodoviário

Legenda: Fatores significativos que afetaram o crescimento urbano de Feira de Santana

Populacionais		Econômicos	Socioculturais		Institucionais		Locacionais
---------------	--	------------	----------------	--	----------------	--	-------------

PERÍODO	FEIRA DE SANTANA					HISTÓRIA DA BAHIA/NORDESTE	HISTÓRIA DO BRASIL
	HISTÓRIA	ECONOMIA	ACESSO VIÁRIO	POPULAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS		
1951 - 1960	<p>> 1957: Serviço de água encanada, apenas nos bairros abastados;</p> <p>> 1951: Implantação o serviço de transporte coletivo, que foi desativado dois anos depois devido a acúmulo de prejuízos;</p> <p>> 1954: definição do perímetro comercial da cidade pela Câmara Municipal;</p>	<p>> Década de 50: Movimento feirante se expandiu para a Marechal Deodoro, Conselheiro Franco, Sales Barbosa, Libânio de Moraes, Benjamin Constant, av Getúlio Vargas e parte da av Senhor dos Passos;</p> <p>> Década de 50: Existiam 698 casas de negócios;</p> <p>> Década de 50: 40 estabelecimentos de reparo de automóveis e caminhões e venda de peças;</p> <p>> Década de 50: A feira de gado era de sábado a segunda, comercializando em média 4 mil cabeças de gado por semana;</p>	<p>> Década de 50: Iniciada a construção do anel de contorno para os veículos de carga pesada passarem fora do meio urbano;</p> <p>> Década de 50: Abertura das avenidas Maria Quitéria, João Durval e José Falcão;</p> <p>> 1951: Inauguração da BR 324, que liga FSA a SSA;</p> <p>> 1958: Criação da nova estação de trem na Avenida João Durval Carneiro;</p>	<p>> 1960: 141.205 habitantes;</p> <p>> 1960: População urbana era 69.884;</p> <p>> Na década de 60 a população rural era superior à da urbana;</p>	-	<p>> 1955: Criação do aeroporto 2 de Julho;</p> <p>> 1959: Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);</p>	<p>> 1956 - 1961: Política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek;</p> <p>> 1956-1960: Construção de Brasília;</p> <p>> Aumento do movimento migratório/êxodo rural;</p> <p>> Substituição das vias férreas por rodovias;</p>

Legenda: Fatores significativos que afetaram o crescimento urbano de Feira de Santana

Populacionais	Econômicos	Socioculturais	Institucionais	Locacionais
---------------	------------	----------------	----------------	-------------

PERÍODO	FEIRA DE SANTANA					HISTÓRIA DA BAHIA/NORDESTE	HISTÓRIA DO BRASIL
	HISTÓRIA	ECONOMIA	ACESSO VIÁRIO	POPULAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS		
1961 - 1970	<p>> 1968: Retirada de árvores e canteiros da av. Senhor dos Passos para aumentar o espaço para os automóveis;</p> <p>> Década de 60: consolidação da construção de fossas;</p> <p>> 1960: Proibição de construções de um só pavimento na Av. Getúlio Vargas;</p> <p>> 1962: Implantação de novo serviço de transporte coletivo;</p> <p>> 1967: Inauguração do Terminal Rodoviário de Feira de Santana;</p> <p>> 1968: Plano de Desenvolvimento Local Integrado;</p> <p>> 1968: Instalação da Faculdade de Educação no CUCA;</p> <p>> 1968: Inauguração do 35 BI;</p> <p>> 1970: Criado o Plano Diretor do CIS;</p>	<p>> Década de 60: Possuía 293 estabelecimentos industriais;</p> <p>> Década de 60: Segundo maior município baiano em estabelecimentos industriais;</p> <p>> Década de 60: Existiam perto de 1.400 casas de negócios;</p> <p>> 1959-1962: Transferência dos Currais Modelo para o bairro da Queimadinha;</p> <p>> 1961: Inauguração do Matadouro Frigorífico de Feira de Santana (MAFRISA);</p> <p>> 1967: Realização da primeira Expofeira e inauguração do Parque de Exposições;</p> <p>> 1970: Instituiu-se o CIS, sob forma de Autarquia Municipal;</p>	<p>> Década de 60: Início da construção da BR 101;</p> <p>> Década de 60: Início da construção da BR 116 N e 116 S;</p> <p>> 1964: Extinção do ramal da ferrovia Feira-Cachoeira;</p> <p>> 1968: Anel de Contorno parcialmente construído;</p>	<p>> 1970: 190.076 habitantes;</p> <p>> 1970: População urbana era 134.263;</p>	<p>> 1965: Criação da URBIS;</p> <p>> 1969: Concluiu do Feira I - Cidade Nova (URBIS);</p> <p>> 1969: Criação da primeira cooperativa da cidade (INOCOOP)</p>	<p>> 1967: Programa de Industrialização do Interior (processo de descentralização econômica da RMS);</p> <p>> 1968: Governo do Estado cria o Centro de Assistência de Pequenas e Médias Indústrias e instala-o em Feira de Santana;</p> <p>> 1970: O Centro é transformado na Fundação Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN), e tem sua sede instalada no CIS/FSA;</p>	<p>> 1964: Início da Ditadura Militar;</p> <p>> 1964: Fundação do BNH;</p> <p>> 1965: Criação da Rede Globo Televisão;</p> <p>> 1968: Decreto do AI-5;</p> <p>> 1970: Lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento;</p>

Legenda: Fatores significativos que afetaram o crescimento urbano de Feira de Santana

Populacionais	Econômicos	Socioculturais	Institucionais	Locacionais
---------------	------------	----------------	----------------	-------------

PERÍODO	FEIRA DE SANTANA					HISTÓRIA DA BAHIA/NORDESTE	HISTÓRIA DO BRASIL
	HISTÓRIA	ECONOMIA	ACESSO VIÁRIO	POPULAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS		
1971 - 1980	<ul style="list-style-type: none"> > Década de 70: Criação do Serviço de Integração a Migrantes (S.I.M); > Década de 70: O CIS consegue, junto a SUDENE, recursos para implantar indústrias na área do Tomba, o que viabilizou o processo de urbanização do bairro; > 1974: Incorporação da área das BR 324 e 116 ao CIS; > 1972: Faculdade muda para o Norte da cidade; > 1976: Instalação da UEFS; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1976: Inauguração do Centro de Abastecimento; > 1977: Mudança da feira livre para o Centro de Abastecimento e a criação de feiras livres em diferentes bairros da cidade; > 1977: O comércio de carne se manteve no Mercado Municipal; 	<ul style="list-style-type: none"> > Década de 70: Conclusão da BR 116 Norte; > 1972: Conclusão do Anel de Contorno, interligando as BR'S 324, 110 e 116; > 1975: Extinção do ramal da ferrovia Feira-Conceição de Feira; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1980: 291.504 habitantes; > 1980: População urbana era 233.905; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1971: Concluiu o Feira II - Cidade Nova (URBIS); > 1972: Concluiu o Conj Centenário (INOCOOP); > 1977: Criação do Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR); > 1977: Concluiu o Conj Milton Gomes Costa (INOCOOP); > 1979: Concluiu o Conj Antônio Carlos Magalhães (ACM) (INOCOOP); > 1979: Concluiu o Feira III - Jomafa (URBIS); > 1980: Concluiu o Conj Morada das Arvoes (INOCOOP); 	<ul style="list-style-type: none"> > 1970-1980: Estiagens prolongadas nos estados do Nordeste; > 1972: A Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso se torna um dos principais polos de energia do estado; > 1974: Projeto de Reforma Agrária; > 1977: Criação da Região Metropolitana de Salvador; 	<ul style="list-style-type: none"> > 1972: Plano Nacional de Integração, focado na Rodovia Transamazônica; > 1973: Crise do Petróleo; > 1978: Revogação do AI-5; > 1979: Promulgação da Lei da Anistia; > Implantação de conjuntos habitacionais por todo país;

Legenda: Fatores significativos que afetaram o crescimento urbano de Feira de Santana									
	Populacionais		Econômicos		Socioculturais		Institucionais		Locacionais

PERÍODO	FEIRA DE SANTANA					HISTÓRIA DA BAHIA/NORDESTE	HISTÓRIA DO BRASIL
	HISTÓRIA	ECONOMIA	ACESSO VIÁRIO	POPULAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS		
1981 - 1990	<p>> Década de 80: Consolidação da Micareta como o maior carnaval fora de época do Brasil;</p> <p>> Década de 80: Após ampliar oferta de cursos, UEFS se torna uma das principais instituições de ensino superior do interior do nordeste;</p> <p>> 1983: Programa de Macrodrenagem;</p> <p>> 1983: Programa de Habitação Popular;</p> <p>> 1984: Inauguração do maior hospital público do interior do Estado (Clériston Andrade);</p> <p>> 1985: Novo Plano Diretor do CIS com uma proposta de Estratégia de Ordenamento Espacial;</p> <p>> 1985: Implantação do Sistema Paraguaçu com a Barragem de Pedra do Cavalo;</p> <p>> 1985: Fundação do aeroporto;</p> <p>> 1988: Criação da TV Subaé;</p>	<p>> Década de 80: Funcionamento de quatro feiras livres nos bairros: Estação Nova (bairro Ponto Central), Tomba, Sobradinho e Cidade Nova;</p> <p>> Década de 80: Estabelecido o comércio da Salles Barbosa como local de compras em camelô, com mercadorias falsificadas e contrabandeadas;</p> <p>> Década de 80: CIS duplica a quantidade de empresas do parque;</p> <p>> 1983: CIS é assumido pelo Governo do Estado: a área de expansão foi reduzida (fixando apenas na BR 324);</p> <p>> 1986: Instalação da Pirelli no CIS;</p> <p>> 1989: CIS foi responsável pela geração 10.000 empregos;</p>	<p>> Década de 80: Início da abertura das av. Fraga Maia, av. Artêmia Pires, Ayrton Senna e Nóide Cerqueira;</p> <p>> 1985: Conclusão da duplicação da BR 324 ligação Salvador-Feira;</p>	<p>> 1990: 406.447 habitantes;</p> <p>> 1990: População urbana era 349.557;</p>	<p>> 1981: Concluiu o Conj João Paulo (INOCOOP);</p> <p>> 1982: Concluiu o Feira IV (URBIS);</p> <p>> 1982: Concluiu o Conj Morada do Sol (INOCOOP);</p> <p>> 1983: Concluiu o Feira V - Conjunto Arnold Ferreira da Silva (URBIS);</p> <p>> 1983: Concluiu o Cond. José Falcão da Silva (INOCOOP);</p> <p>> 1985: Concluiu o Feira X - João Durval Carneiro - 1ª Etapa (URBIS);</p> <p>> 1985: Concluiu o Cond. J.J Lopes de Brito (INOCOOP);</p> <p>> 1986: Concluiu o Feira Z - João Durval Carneiro - 2ª Etapa (URBIS);</p> <p>> 1987: Concluiu o Conj Francisco Pinto (CAIXA);</p> <p>> 1989: Concluiu o Cond. Parque das Acácias (INOCOOP);</p> <p>> 1990: Concluiu o Conj Homero Figueiredo (CAIXA);</p> <p>> 1990: Concluiu o Conj Oyama Figueiredo (CAIXA);</p>	<p>> 1981: Começo das obras da Via Expressa de Salvador;</p> <p>> 1984: Inauguração do Shopping Iguatemi, o primeiro do Estado;</p> <p>> 1985: Restauração do Pelourinho pelo IPHAN;</p>	<p>> 1982: Primeiras eleições diretas para governadores desde o golpe;</p> <p>> 1983: Início do movimento Diretas Já;</p> <p>> 1985: Fim da Ditadura Militar;</p> <p>> 1986: Fim do BNH;</p> <p>> 1986: Lançamento do Plano Cruzado;</p> <p>> 1988: Promulgada a Constituição Federal de 1988;</p> <p>> 1989: Primeiras eleições diretas para presidente desde o golpe;</p> <p>> 1990: Plano Collor;</p>

Legenda: Fatores significativos que afetaram o crescimento urbano de Feira de Santana

Populacionais	Econômicos	Socioculturais	Institucionais	Locacionais
---------------	------------	----------------	----------------	-------------

PERÍODO	FEIRA DE SANTANA					HISTÓRIA DA BAHIA/NORDESTE	HISTÓRIA DO BRASIL
	HISTÓRIA	ECONOMIA	ACESSO VIÁRIO	POPULAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS		
1991 - 2000	<p>> Década de 90: Invasão de área reservada para o aeroporto da cidade, criando o bairro George Américo;</p> <p>> 1992: Implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM), revogando o PDLI de 1968;</p> <p>> 1992: Inauguração do Hospital da Mulher;</p> <p>> 1997: Criação da Área de Preservação Ambiental (APA) do Lago de Pedra do Cavalo;</p> <p>> 1999: Inauguração do Shopping Boulevard;</p>	<p>> 1995: Os camelôs são expulsos da Salles Barbosa por pressão dos lojistas;</p> <p>> 1996: Criação do Feiraguay para a praça Presidente Médice, atrás da igreja matriz;</p> <p>> 1999: Instalação da fábrica Yazaki no CIS;</p>		<p>> 2000: 480.949 habitantes;</p> <p>> 2000: População urbana era 431.419;</p>	<p>> 1990: Concluiu o Feira IX (URBIS/CAIXA);</p> <p>> 1991: Concluiu o Cond. Parque Cajueiro (INOCOOP);</p> <p>> 1991: Concluiu o Conj Viveiros (CAIXA);</p> <p>> 1991: Concluiu o Conj Arco-Iris (CAIXA);</p> <p>> 1991: Concluiu o Conj Alvorada (CAIXA);</p> <p>> 1991: Concluiu o Conj Luciano (CAIXA);</p> <p>> 1992: Concluiu o Cond. Parque Lagoa Grande (INOCOOP);</p> <p>> 1992: Concluiu o Cond. Luiz H. Prisco Viana (INOCOOP);</p> <p>> 1993: Concluiu o Conj Chácara Mangabeira (CAIXA);</p> <p>> 1993: Concluiu o Conj Terra do Bosque (CAIXA);</p> <p>> 1995: Concluiu o Feira VII - Elza Azevedo (URBIS/CAIXA);</p>	<p>> 1992: Grave crise hídrica;</p> <p>> 1993: Se consolida como um dos maiores polos de turismo do país;</p> <p>> 1994: Implantação de políticas públicas para a melhoria do ensino médio e superior;</p> <p>> 1988: Recuperação de praias do litoral baiano;</p> <p>> 2000: Carnaval de Salvador atrai 1 milhão de pessoas;</p>	<p>> 1991: Criação do Mercosul;</p> <p>> 1992: Impeachment de Collor;</p> <p>> 1993: Plano Real;</p> <p>> 1998: Privatização da Telebrás;</p> <p>> 2000: Brasil se consolida como a maior economia da América Latina;</p>

Legenda: Fatores significativos que afetaram o crescimento urbano de Feira de Santana

Populacionais	Econômicos	Socioculturais	Institucionais	Locacionais
---------------	------------	----------------	----------------	-------------

PERÍODO	FEIRA DE SANTANA					HISTÓRIA DA BAHIA/NORDESTE	HISTÓRIA DO BRASIL
	HISTÓRIA	ECONOMIA	ACESSO VIÁRIO	POPULAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS		
2001 - 2010	<p>> 2004: Feira de Santana contava com 44 bairros, distribuídos em 5 subdistritos;</p> <p>> 2007: Reforma do Terminal Rodoviário de Feira de Santana;</p> <p>> 2010: Inauguração do Hospital Estadual da Criança;</p>	<p>> 2001: Reestruturação do Centro de Abastecimento;</p> <p>> 2000: Primeiro Incêndio do Feiraguay;</p> <p>> 2002: Segundo Incêndio do Feiraguay;</p> <p>> 2002: Construção de um galpão com boxes para a atuação do Feiraguay;</p> <p>> 2007: Implantação da fábrica Nestlé no CIS;</p>	<p>> Década de 00: ampliação das avenidas Fraga Maia e Artêmia Pires;</p> <p>> 2011: Construção dos viadutos da Maria Quitéria e da Getúlio Vargas;</p>	<p>> 2010: 556.642 habitantes;</p> <p>> 2010: População urbana era 510.635;</p>	<p>> 2009: Os três primeiros conjuntos residenciais do Projeto Minha Casa Minha Vida foram construídos em Feira de Santana;</p> <p>> 2001: Foram cadastrados 50 assentamentos subnormais, com 13.610 U.H. em favelas e 9.914 U.H. em loteamentos irregulares;</p> <p>> 2004: Foram estabelecidos 33 loteamentos da PLANOLAR no município;</p> <p>> 2009-2010: Foram implantados 20 empreendimentos do MCMV;</p>	<p>> 2001: Inauguração do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães;</p> <p>> 2003: Criação do Programa Bahia Sem Fome;</p> <p>> 2007: Plano de Desenvolvimento da Bahia;</p> <p>> 2010: Programa Água para Todos;</p>	<p>> 2002: Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente;</p> <p>> 2003: Lançamento do Bolsa Família;</p> <p>> 2003: Lançamento do PROUNI;</p> <p>> 2003: Criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);</p> <p>> 2008: Crise financeira mundial;</p> <p>> 2009: Descoberta do pré-sal;</p> <p>> 2009: Lançamento Minha Casa Minha Vida;</p> <p>> 2010: Dilma Rousseff é eleita presidenta;</p>

Legenda: Fatores significativos que afetaram o crescimento urbano de Feira de Santana

Populacionais	Econômicos	Socioculturais	Institucionais	Locacionais
---------------	------------	----------------	----------------	-------------

PERÍODO	FEIRA DE SANTANA					HISTÓRIA DA BAHIA/NORDESTE	HISTÓRIA DO BRASIL
	HISTÓRIA	ECONOMIA	ACESSO VIÁRIO	POPULAÇÃO	PROGRAMAS HABITACIONAIS		
2011 - 2025	<p>> 2013: Alteração dos limites interdistritais, delimitando 06 novos Bairros: Vale do Jacuípe, Pedra Ferrada, CIS-Norte, Mantiba, Registro, Chaparral;</p> <p>> 2011: Reforma do aeroporto;</p> <p>> 2011: Implantação da Região Metropolitana de Feira de Santana, composta por seis municípios: Amélia Rodrigues, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Feira de Santana;</p> <p>> 2014: reinauguração do aeroporto;</p> <p>> 2018: Regulamentação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana;</p>	<p>> 2016: Feiraguay contava com a estrutura física de 650 boxes;</p> <p>> 2020: Expulsão dos camelôs do calçadão da Salles Barbosa,</p> <p>> 2020: Inauguração do Shopping Popular, contendo 1.800 boxes, inaugurado em 2020 mas que passa por reformas e será reinaugurado em setembro de 2025;</p>	<p>> 2014: reinauguração da Av. Noide Cerqueira;</p> <p>> 2016: reinauguração da Av. Ayrton Senna;</p> <p>> 2017: Inauguração do túnel da av Maria Quitéria</p> <p>> 2017: Duplicação da BR 116 (FSA-Serrinha);</p> <p>> 2018: Inauguração do túnel da av. João Durval;</p> <p>> 2021: Duplicação dos viadutos das av. Maria Quitéria e Getúlio Vargas;</p> <p>> 2023: Construção de viadutos na BR 116N;</p> <p>> 2025: Conclusão de parte da duplicação do anel de contorno, entre os trechos da BR 116 N, 116 S e 324;</p>	<p>> 2022: 616.272 habitantes;</p> <p>> População urbana era 578.086;</p>	<p>> Foram implantados 32 empreendimentos do PMCMV;</p>	<p>> 2011: Programa de Infraestrutura Hídrica do Oeste da Bahia;</p> <p>> 2014: Plano Estadual de Combate à Violência;</p> <p>> 2015: Projeto de Revitalização do Recôncavo Baiano;</p> <p>> 2016: Inauguração do Complexo Eólico da Bahia;</p> <p>> 2018: Requalificação da rodovia BA-099 (Linha Verde);</p> <p>> 2024: Investimento em infraestrutura de saúde pública;</p> <p>> 2025: Investimento em infraestrutura de educação pública;</p>	<p>> 2011: Lançamento do programa Mais Médicos;</p> <p>> 2015: Impeachment de Dilma Rousseff;</p> <p>> 2018: Jair Bolsonaro é eleito presidente;</p> <p>> 2020: Brasil é o segundo país mais afetado pela Pandemia do Covid-19;</p> <p>> 2021: Início das vacinações contra a Covid-19;</p> <p>> 2022: Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente;</p> <p>> 2023: Cria o Plano Nacional de Inclusão Digital;</p> <p>> 2024: Lança o Programa de Recuperação do Meio Ambiente Urbano;</p>

Legenda: Fatores significativos que afetaram o crescimento urbano de Feira de Santana

Populacionais	Econômicos	Socioculturais	Institucionais	Locacionais
---------------	------------	----------------	----------------	-------------